

**Processos participativos: desafios e oportunidades para a  
prática de arquitetura no século XXI**

Os casos de estudo da Cooperativa Trabalhar com os 99% e dos  
*Arquitectos de Cabecera*

**Catarina Amaral Dente Gonçalves**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em

**Arquitetura**

Orientadora: Professora Doutora Bárbara dos Santos Coutinho

**Júri**

Presidente: Professora Doutora Ana Cristina dos Santos Tostões

Orientadora: Professora Doutora Bárbara dos Santos Coutinho

Vogal: Professora Doutora Patrícia Alexandra Dias Santos Pedrosa

**Dezembro 2020**

**Processos participativos: desafios e oportunidades para a prática de arquitetura no séc.  
XXI**

Os casos de estudo da Cooperativa Trabalhar com os 99% e dos *Arquitectos de Cabecera*

Declaro que o presente documento é um trabalho original da minha autoria e que cumpre todos os requisitos do Código de Conduta e Boas Práticas da Universidade de Lisboa.

A presente dissertação segue as normas do Novo Acordo Ortográfico (2009) e utiliza o método de Harvard para efeitos de referência.

As citações presentes na dissertação encontram-se no idioma em que a autora leu as publicações.

“Sê a mudança que queres ver no mundo.” (Mahatma Gandhi)

## Agradecimentos

Esta dissertação não seria possível sem o apoio e estímulo de um vasto grupo de pessoas, a quem manifesto o meu sentido reconhecimento:

à Professora Bárbara Coutinho, pela orientação, disponibilidade e confiança;

a toda a equipa dos *Arquitectos de Cabecera*, em especial ao Professor Ibon Bilbao pelo tempo e acessibilidade;

a toda a equipa do Ateliermob e da Cooperativa Trabalhar com os 99%, por me abrirem as portas do atelier, pela partilha da experiência, pela aprendizagem e pelas inúmeras conversas;

a todos os colegas, pelo trabalho de equipa que é este curso;

à malta da resi e do mcp, pelas memórias e pelo percurso;

à bukkatuna, pela amizade e pelo incansável espírito de companheirismo;

à minha Ana, por sempre me acompanhar, por me aturar todos os dias, por não me deixar desistir e por continuar a testar os seus limites comigo;

à Marta e à Kika, pela companhia e motivação diárias;

à Lena e à Rita, que mesmo à distância, permanecerão sempre presentes;

à Catarina Rocha, por estar comigo do primeiro ao último dia do técnico;

à Marília e à Coias, pelo mútuo empoderamento;

ao Gonçalo Fuso, meu companheiro, pelas longas (e espero eternas) reflexões sobre esta vida;

à Maria Carolina, pela sempre camaradagem e referência;

a toda a minha família, em especial à minha mãe, ao meu pai e ao meu mano, pela educação, compreensão e apoio incondicional.

## **Resumo**

A dissertação procura compreender em que medida as transformações socioculturais e políticas desafiaram a prática da arquitetura e fizeram questionar os princípios do movimento moderno na defesa e na luta pelo direito coletivo à cidade. Giancarlo De Carlo, Jane Jacobs e Henri Lefebvre são os autores de referência.

A dissertação pretende também compreender a dimensão de participação na aprendizagem, na prática e na ética do arquiteto, lendo a arquitetura como uma disciplina eminentemente processual, em estreita relação com as ciências sociais, de modo a responder à condição humana de viver, interagir e participar em comunidade.

Como casos de estudo, a dissertação analisa a Cooperativa Trabalhar com os 99% e os Arquitectos de Cabecera, investigando as suas bases teóricas, o seu percurso e os seus processos metodológicos. Pretende-se entender na atualidade os desafios e as oportunidades que são colocados à prática da arquitetura e do urbanismo, compreendendo a responsabilidade social e o compromisso político inerentes a uma prática arquitetónica participativa que aspira a uma transformação urbana e social.

A dissertação procura assim contribuir para o entendimento de como o ensino e a prática da arquitetura podem contribuir para a edificação de uma cidade mais justa, igualitária e democrática.

## **Palavras chave**

arquitetura, participação, metodologia, ensino, política

## **Abstract**

Sociocultural and political transformations defied the architectural practice and questioned the principles of the modern movement, in the defense and struggle for the collective right to the city. Giancarlo De Carlo, Jane Jacobs, and Henri Lefebvre are relevant authors on this subject.

The aim of this dissertation is to understand the dimension of participation in the learning, practice, and ethics of the architect, reading architecture as an eminently procedural discipline in close relationship with social sciences, to respond to the human condition of living, interacting, and participating in communities.

As case studies, the collectives *Cooperativa Trabalhar com os 99%* and *Arquitectos de Cabecera* are studied and analyzed regarding their theoretical bases, overall progress, and methodological processes. The purpose is to understand which challenges and opportunities are currently present in the practices of architecture and urbanism, recognizing the social responsibility and the political commitment inherent to a participative architectural practice that aspires to an urban and social transformation.

This dissertation, therefore, seeks to contribute to the understanding of how the teaching and practice of architecture can contribute to the building of a more just, equal, and democratic city.

## **Keywords**

architecture, participation, methodology, education, politics

## Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Índice	vii
Índice de Figuras	viii
Lista de Acrónimos	xiii
01   Introdução	1
Motivação	1
Objetivos	2
Metodologia	3
Estrutura de Tese	5
Estado de Arte	5
02   Das lutas aos direitos	8
Giancarlo de Carlo   o princípio da participação	9
Jane Jacobs   os olhos na cidade	10
Henri Lefebvre   direito à cidade	13
03   Da responsabilidade social ao compromisso político	15
A condição humana de participar	15
A ética do arquiteto	17
Aprendizagem através da participação	21
04   Cooperativa Trabalhar com os 99%	23
Do atelier à cooperativa	24
Uma vez nos bairros, para sempre nos bairros	27
Terras da Costa   Cozinha Comunitária	27
PRODAC Norte e PRODAC Sul	31
Rua de Marvila   Palácio Marquês de Abrantes	37
Que Praça queremos?   Praça de Todas as Nações	41
Atualidade	47
Posicionamento	49
05   Arquitectos de Cabecera	52
Origem   <i>da universidade à cidade</i>	53
Experiência   <i>na cidade</i>	56
Mudança   <i>na universidade</i>	59
1  Workshop	60
2  Taller Tematico de Arquitectos de Cabecera – 1º semestre (TTAC1)	61
3  Taller Tematico de Arquitectos de Cabecera – 2º semestre (TTAC2)	62
Presente   <i>na universidade e na cidade</i>	70
Metodologia	70
1  Entrar em contacto	71
2  Cartografia da situação	72
3  Diagnóstico	73
4  Proposta/Projeto	73
06   Considerações Finais	75
Referências Bibliográficas	78
Anexos	88



## Índice de Figuras

- 01 | Cartaz das manifestações de maio de 68 em Paris  
fonte: <https://architectureandeducation.org/2018/06/28/giancarlo-de-carlo-how-to-keep-educational-architecture-human-or-creative-anti-institutionalism/>
- 02 | Jane Jacobs num protesto em 1964  
fotografia de Fred W. Darrah | fonte: <http://becomingjanejacobs.com/blog/2016/10/2/the-blindness-of-claims-of-jacobs-race-blindness>
- 03 | Cartaz das manifestações de maio de 68 em Paris  
fonte: <https://www.artcurial.com/en/lot-je-participe-tu-participes-il-participenous-participons-vous-participezils-profitent-mai-68> (17 dezembro 2020)
- 04 | KIDSMOB  
fotografia de Zoraima de Figueiredo | fonte: Ateliernob (2011). Projecto e workshop KIDSMOB. Arqa, Arquitectura e arte, 98-99, p.71
- 05 | Ateliernob nos Incêndios de Pedrogão Grande  
fonte: <https://umbigomagazine.com/pt/blog/2018/01/23/um-polvo-chamado-ateliernob-tentaculo-1/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 06 | Exposição Novo Mundo em parceria com o MUDE  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/269-exposicao-novo-mundo-mude> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 07 | Exposição Tanto Mar, Portugueses fora de Portugal no CCB  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/174-tanto-mar> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 08 | Primeira reunião com os moradores do bairro da PRODAC  
fonte: <https://vimeo.com/76348011> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 09 | Logótipo da cooperativa Trabalhar com os 99%  
fonte: <https://www.facebook.com/WWT99/photos/1558126430969343> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 10 | Bairro das Terras da Costa na Costa da Caparica  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: [https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse\\_](https://www.archdaily.com.br/br/776053/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-plus-projecto-warehouse_) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 11 | Condições das construções precárias das Terras da Costa  
fotografia de Nuno Botelho | fonte: <https://expresso.pt/dossies/diario/2019-11-15-Carta-aberta-contr-o-esquecimento-do-bairro-de-barracas-que-contrasta-com-o-turismo-da-Caparica> (acesso: 2 dezembro 2020)

- 12 | Atividades com a comunidade  
fonte: <https://pt.slideshare.net/AutonomaConference/autonoma-joana-braga-terras-da-costa-community-kitchen-a-path-towards-a-common-ground> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 13 | Localização da cozinha no bairro  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://pt.slideshare.net/AutonomaConference/autonoma-joana-braga-terras-da-costa-community-kitchen-a-path-towards-a-common-ground> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 14 | Construção do primeiro módulo da cozinha comunitária  
fotografia de Samuel Boche | fonte: Pestana Lages, J., 2017. À Conquista de Justiça Espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade de Lisboa, p224.
- 15 | Construção do segundo módulo da cozinha comunitária  
fotografia de Céline Dixon | fotografia de Céline Dixon | fonte: Pestana Lages, J., 2017. À Conquista de Justiça Espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura de Lisboa, Universidade de Lisboa, p224.
- 16 | Gerador que suportou a comunidade  
fonte: <https://gandaia.info/terras-da-costa-4/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 17 | Demolição do núcleo junto à Rua do Juncal  
fotografia de Joana Braga | fonte: <https://pt.slideshare.net/AutonomaConference/autonoma-joana-braga-terras-da-costa-community-kitchen-a-path-towards-a-common-ground> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 18 | Livro financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian  
fotografia da autora
- 19 | Rua do Bairro Chinês nos anos 60  
fonte: [https://dadospdf.com/download/agora-plantam-la-barracas-os-problemas-de-habitacao-em-lisboa-e-o-nascimento-do-bairro-chines-\\_5a4c2863b7d7bcab67079e11\\_pdf](https://dadospdf.com/download/agora-plantam-la-barracas-os-problemas-de-habitacao-em-lisboa-e-o-nascimento-do-bairro-chines-_5a4c2863b7d7bcab67079e11_pdf) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 20 | Plano das três fases de construção da PRODAC  
fonte: Machado, J. (2017). Projeto Final de Arquitetura. ISCTE-IUL
- 21 | Bairro da PRODAC Norte e Sul  
fonte: <https://www.publico.pt/2012/08/24/p3/noticia/ateliernob-esta-a-trabalhar-no-bairro-prodac-e-vai-a-bienal-de-veneza-por-isso-1814212> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 22 | Entrega das primeiras certidões de escritura de propriedade dos terrenos  
fonte: <https://expressodoorient.com/do-sonho-a-realidade/> (2 dezembro 2020)
- 23 | Primeira reunião com os moradores da PRODAC Norte  
fonte: <https://vimeo.com/76348011> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 24 | Votação dos processos de melhoria dos espaços públicos do bairro  
fotografia de Valter Vinagre | fonte: [https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliernob/58af6aace58ece4cd100029a-prodac-ateliernob-foto?next\\_project=no](https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliernob/58af6aace58ece4cd100029a-prodac-ateliernob-foto?next_project=no) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 25 | Primeiras melhorias no espaço público do bairro PRODAC Norte  
fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/prodac-norte-espacos-exterores-comuns> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 26 | Participação dos moradores nas obras de melhoria do bairro PRODAC Sul  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/prodac-sul-laboratorio-de-participacao> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 27 | Participação dos moradores nas obras de melhoria do bairro PRODAC Norte  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/prodac-norte-espacos-exterores-comuns> (acesso: 2 dezembro 2020)

- 28 | Anfiteatro PRODAC Norte  
fotografia de Valter Vinagre | fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/806043/prodac-ateliernob/58af6ecfe58ece2b4500047b-prodac-ateliernob-foto> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 29 | Anfiteatro PRODAC Sul  
fotografia de Fernando Guerra | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/prodac-sul-laboratorio-de-participacao> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 30 | Festa de inauguração do anfiteatro na PRODAC Sul  
fotografia de Fernando Guerra | <https://www.ateliernob.com/projects/prodac-sul-laboratorio-de-participacao> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 31 | Open House Lisboa no bairro da PRODAC  
fonte: <https://www.facebook.com/ateliernob/photos/open-house-lisboa-prodac/10156634807649868> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 32 | Rua de Marvila  
fonte: <https://earth.google.com/web/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 33 | Lote vazio da CML  
fonte: <http://warehouse.pt/projectos/parque-intergeracional-de-marvila-lisboa/?lang=pt-pt> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 34 | Construção do parque intergeracional de Marvila  
fonte: <http://warehouse.pt/projects/parque-intergeracional-de-marvila-lisboa/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 35 | Parque intergeracional de Marvila  
fonte: <https://divisare.com/projects/322935-colectivo-warehouse-ateliernob-parque-intergeracional-de-marvila-projecto-bip-zip> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 36 | Cartazes  
fonte: <http://mar-vila.org/projetos/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 37 | Palácio Marquês de Abrantes em Marvila  
fotografia de Francisco Nogueira | fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliernob> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 38 | Gabinete de apoio técnico local  
fotografia de Francisco Nogueira | fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliernob> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 39 | Sessões de cinema e debate com a comunidade  
fotografia de Francisco Nogueira | fonte: <https://www.ateliernob.com/projects/276-reabilitacao-do-palacio-marques-de-abrantes> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 40 | Exposição Entre Linhas  
fotografia de Francisco Nogueira | fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/805869/construir-redes-em-marvila-nil-casas-entre-linhas-ateliernob> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 41 | Manual Anti Despejo  
fonte: [https://issuu.com/ateliernob/docs/manual\\_anti-despejo](https://issuu.com/ateliernob/docs/manual_anti-despejo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 42 | Panfleto Anti Despejo  
fonte: <https://www.ateliernob.com/post/manual-anti-despejo> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 43 | Praça das Novas Nações  
fonte: <https://www.ateliernob.com/post/praca-das-novas-nacoes> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 44 | Mapa mental do caminho para a Escola Sampaio Garrido  
fonte: <https://www.ateliernob.com/post/praca-das-novas-nacoes> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 45 | Momento de votação numa das assembleias  
fonte: Ateliernob

- 46 | Vista para a entrada da Escola  
fonte: Ateliermob
- 47 | Vista geral da praça proposta  
fonte: Ateliermob
- 48 | Assembleias estudantis no *Coderch hall* na ETSAB  
fonte: <http://arquitectosdecabecera.org/AC/portfolio/open-etsab/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 49 | Ibon Bilbao e Josep Bohigas  
fonte: <https://www.spanish-architects.com/es/architecture-news/destacados/arquitectos-de-cabecera>  
(acesso: 2 dezembro 2020)
- 50 | Alunos na casa de uma *paciente de cabecera*  
fonte: <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 51 | *Oficina de Atención al Ciudadano*  
fonte: <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 52 | Piso térreo do edifício Guernika  
fonte: Anexo 1
- 53 | Área comum do Guernika  
fonte: <http://arquitectosdecabecera.org/AC/portfolio/lancaster/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 54 | Exposição sobre o Can 60  
fonte: <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 55 | Premi Ciutat de Barcelona 2015  
fonte: <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 56 | Bairro Els Safarejtos  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/safarejtos\\_2017](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/safarejtos_2017) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 57 | Alunos e professores ocupando o casal  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier_wac_besos_2017_reducido) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 58 | *Paella* comunitária  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier_wac_besos_2017_reducido) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 59 | Festa da Espuma  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier_wac_besos_2017_reducido) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 60 | Debate com os moradores  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier_wac_besos_2017_reducido) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 61 | Montagem da exposição  
fotografia: Adrián Pedrazas Profumo | fonte:  
[https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro\\_verde\\_ttac1](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro_verde_ttac1)
- 62 | Apresentação das propostas e debate com os moradores  
fotografia: Adrián Pedrazas Profumo | fonte:  
[https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro\\_verde\\_ttac1](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro_verde_ttac1) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 63 | Equipa dos AC  
fotografia: Adrián Pedrazas Profumo | fonte:  
[https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro\\_verde\\_ttac1](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro_verde_ttac1) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 64 | Local identificado para a realização do evento  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)

- 65 | QRcode  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 66 | Gestão dos fundos para a organização do evento  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 67 | Mulheres no *safareig*  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 68 | Flyers nas caixas de correio dos vizinhos  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 69 | Planta descritiva do desenvolvimento e organização de uma atividade  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 70 | Ficha do planeamento de uma atividade  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 71 | Gravação do *pregón*  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 72 | Serigrafia e entrega de *pañuelos*  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 73 | Atividade com as crianças do bairro  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 74 | Ato inaugural  
fonte: <https://www.facebook.com/femsafareijosfemfesta/photos/367477757072450> (acesso: 2 dezembro 2020)
- 75 | Sessão de cinema  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 76 | Debates em torno do *safareig*  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 77 | Inauguração do mural com o slogan do evento  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 78 | Festa da espuma  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)
- 79 | Espaço depois da festa  
fonte: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 2 dezembro 2020)

## **Lista de Acrónimos**

AC | *Arquitectos de Cabecera*

AML | Área Metropolitana de Lisboa

AQF | Amigos da Quinta do Ferro

BIP/ZIP | Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária

CCCB | *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*

CEACT | Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território

CIAM | Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna

CMA | Câmara Municipal de Almada

CML | Câmara Municipal de Lisboa

DA | Departamento de Arquitetura

DLBC | Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária

ECN | Equipa de Coordenação Nacional

EDP | Energias de Portugal

ELH | Estratégia Local de Habitação

ESBAL | Escola Superior de Belas Artes de Lisboa

ETSAB | *Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona*

ETSAV | *Escuela Técnica Superior de Arquitectura del Vallés*

EUA | Estados Unidos da América

FAUL | Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

FAUP | Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

FCSH – UNL | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa

IADE | Instituto de Arte e Decoração

IRS | Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares

ISCTE – IUL | Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa

IST | Instituto Superior Técnico

LNEC | Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MoMA | *Museum of Modern Art*

OP | Orçamento Participativo

PDM | Plano Diretor Municipal

PER | Programa Especial de Realojamento

PFC | *Projecto Final de Carrera*

PRODAC | Associação de Produtividade de Autoconstrução

RAAML | Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa

RAN | Reserva Agrícola Nacional

REN | Reserva Ecológica Nacional

TT | *Taller Temático*

TTAC1 | *Taller Temático de Arquitectos de Cabecera – 1º semestre*

TTAC2 | *Taller Temático de Arquitectos de Cabecera – 2º semestre*

UAL | Universidade Autónoma de Lisboa

UCLG | *United Cities and Local Governments*

UE | União Europeia

UIA | *Urban Innovative Actions*

UIT | Unidade de Intervenção Territorial

UPC | *Universitat Politècnica de Catalunya*

## 01 | Introdução

### Motivação

A presente dissertação marca o fim de uma etapa de estudos em arquitetura, partilhada entre o IST (Lisboa) e a ETSAB (Barcelona), e afirma-se como o começo de uma experiência que se pretende continuar a respeito de um papel ativo na transformação de uma sociedade e de uma cidade mais justa, equitativa e empoderada, através de um ensino crítico de arquitetura, de uma prática participativa inclusiva e de políticas urbanas democráticas.

O interesse em estudar a participação das pessoas – de todos os credos, raças, idades, géneros – no processo arquitetónico refletiu algumas das inquietações ao longo da minha formação, durante a qual sempre procurei encontrar sentido no desenho arquitetónico para a solução concreta de problemas reais, indo para além da visão abstrata, masculina, caucasiana e eurocêntrica do ideário moderno.

A esta circunstância somou-se a experiência de Erasmus na ETSAB, que me permitiu alargar o meu sentido crítico. Ao longo de um ano tive a oportunidade de completar a minha formação de uma forma mais humana e politizada, com a compreensão das relações entre a arquitetura, o urbanismo, e as ciências sociais, e acima de tudo, aprender a olhar para a arquitetura como uma ferramenta de transformações socioculturais e políticas.

Para além de um vasto conjunto de professores e disciplinas estimulantes, integrar o projeto académico de *Arquitectos de Cabeceira* marcou a minha experiência e despertou o mote desta dissertação. Este projeto surgiu no meio académico, através da vontade de professores e alunos em criar, ensinar e aplicar uma metodologia orientada para os problemas reais das pessoas, que respondesse a questões de carácter social e urbano, através do desenvolvimento de uma prática arquitetónica de participação coletiva.



Esta experiência transformou a forma de me relacionar, pensar e atuar, integrando novas questões às minhas reflexões, e elevando esta investigação a um patamar humano e proativo, alinhado com os meus valores e convicções.

Para enriquecer este conhecimento, e na procura da utilização destas metodologias, procurei acrescentar à minha formação académica, uma experiência profissional. Para tal, participei e acompanhei as dinâmicas de trabalho do Ateliermob e da Cooperativa Trabalhar com os 99%, tentando compreender as semelhanças (ou não) entre as experiências.

No sentido de compreender a forma de (re)pensar e (re)desenhar a cidade e, de responder às inquietudes que foram surgindo nos últimos anos da minha formação, procurei conhecer os contextos e as motivações que questionaram e se opuseram aos padrões estabelecidos na arquitetura e no urbanismo.

Apesar das crescentes reflexões sobre as transformações inerentes aos processos participativos, senti ser premente compreender quais os desafios e as oportunidades colocados à prática da arquitetura com o envolvimento das pessoas. Reconhecendo o papel regenerador que a participação adiciona ao processo urbano, carece de compreender e debater qual o papel, a função e a responsabilidade social dos arquitetos, face a uma atitude interventiva e um comprometimento ético e político. Essa análise nasce da preocupação com o posicionamento *da* e *na* profissão, em resultado de crises financeiras e sociais que submetem o arquiteto a justar-se a novas conjunturas.

Espero, assim, compreender a dimensão social, humana e política do processo de arquitetura, mais do que a sua importância com criação ou objeto, por valorizar a sua ação na construção de espaços de transformação social *para* e *com* as comunidades.

A investigação sobre as relações entre a arquitetura, a participação, o ensino e a política, nas transformações sociais, ganha força face ao último ano de 2020, onde se tomaram as ruas com as reivindicações pelos direitos à igualdade racial e de género, um pouco por todo o mundo, e onde os radicalismos e autoritarismos crescem. Acresce que, com a pandemia, muitas foram as reflexões sobre as condições de habitabilidade e o usufruto ou privação de espaços públicos que voltaram a ganhar atualidade.

## **Objetivos**

Com a presente dissertação propomo-nos a compreender os desafios colocados à prática arquitetónica através da participação de todas as pessoas e qual o seu papel nas transformações urbanas, sociais e políticas.

A presente dissertação procura produzir uma reflexão metodológica sobre a dimensão participativa da arquitetura, evidenciando a relação com o contexto social, económico e político, compreendendo o método e as temáticas dos processos participativos para uma prática e um ensino da arquitetura adequados às circunstâncias da contemporaneidade.

Pretende-se contextualizar a origem desta forma diferente de pensar e olhar a cidade, e como esta evoluiu e ganhou força no século XXI. Para tal, fez-se um retrocesso ao período após a Segunda Guerra Mundial, quando surgem planeamentos e construções da cidade moderna funcionalista, e com eles uma nova visão crítica da cidade, para entender o que despoletou práticas participativas mais humanizadas, e como estas foram evoluindo até ao século XXI, analisando casos com diferentes escalas, metodologias e tempos.

Através desta análise, pretende-se compreender a necessidade de o arquiteto expandir os seus limites de atuação, promovendo um trabalho mais estreito com as várias ciências sociais. Pretende-se igualmente entender as motivações, as lutas, os métodos e as concretizações de uma prática arquitetónica que toma em consideração a participação das pessoas no desenvolvimento de processos de desenho, defesa e decisão de intervenções na cidade. Procura-se compreender qual o papel que a arquitetura pode ter na construção de um espaço social mais justo e inclusivo, não se focando apenas no estudo da sua componente física construída, mas no processo da sua conceção e nas implicações da sua concretização (com uma postura determinante atuando em conformidade com as necessidades reais das pessoas concretas).

Investigaram-se, assim, dois casos de estudo diferentes, procurando entender como atuam no ensino e na prática, e qual o papel do trabalho colaborativo. Através da investigação destes dois casos de estudo, analisaram-se as capacidades e os limites dos processos e o modo como a participação pode contribuir para as transformações sociais, urbanas e políticas.

Assim, procuramos compreender como os dois níveis de ação – ensino e prática – podem complementar-se, de forma a preparar as novas gerações para criar soluções arquitetónicas mais ajustadas aos contextos e às necessidades reais das pessoas.

## **Metodologia**

A investigação fez-se com base na utilização de vários meios de partilha de informação, como a leitura de textos, artigos, entrevistas e notícias, bem como de outras dissertações e filmes, percorrendo múltiplas temporalidades e geografias.

A partir de autores históricos como Giancarlo de Carlo, Jane Jacobs, Henri Lefebvre e David Harvey, estudaram-se os contextos das revoltas sociais e políticas e as transformações urbanas, que reclamavam um mundo mais humanizado, coletivo e democrático.

Outra parte da investigação focou-se em questionar e (re)pensar o papel e a responsabilidade social e política do arquiteto envolvido no processo participativo; bem como na relação de compromisso entre o ensino, a prática e a política; e nos temas e metodologias que estas iniciativas utilizam para criar uma cidade mais democrática e igualitária, tomando como autores de referência Juan Díaz Bondenave, Octávio Lixa Filgueiras, Hannah Arendt, Zaixa Muxí e Josep Maria Montaner, entre outros.

Quanto aos casos de estudo, procurou-se relacionar dois coletivos de âmbitos diferentes, um académico e outro profissional, para compreender a diversidade dos desafios, das problemáticas e das metodologias de cada um, e para entender de que forma é que estes se podem complementar.

Em vez de investigar os casos de estudo de um ponto de vista externo, recorreu-se à observação direta com a participação nos processos e a conversas várias com as diferentes equipas, privilegiando uma metodologia de 'aprender fazendo', onde se valoriza o trabalho de campo (passando de mera observadora a participante ativa).

Em Barcelona, a minha participação no projeto académico de AC revelou-se uma prova de fogo, no que toca à compreensão das bases destas metodologias, dos desafios e das problemáticas de um território, principalmente devido à língua. Toda a investigação sobre este coletivo foi debruçada sobre a análise e a evolução do seu percurso, desde as assembleias estudantis à formação da associação, e a definição da sua metodologia.

Em Lisboa acompanhei a equipa do Ateliermob e da Cooperativa Trabalhar com os 99%, observando de perto o seu trabalho e participando em reuniões, assembleias, apresentações, inquéritos, trabalhos de campo, tanto com entidades públicas e políticas, como com moradores. A análise dos projetos mais representativos dos seus processos participativos levou-nos também à definição de uma metodologia de trabalho.

Ainda numa vertente prática de investigação, a participação em conferências, debates, aulas abertas, formações e workshops contribuíram para alargar as referências e experiências a considerar nesta análise. Nomeando os mais relevantes, tive oportunidade de participar no workshop da *Fundación RIA*<sup>1</sup>, no encontro do BR Cidades<sup>2</sup> e numa escola de verão organizada pela associação Mulheres na Arquitetura<sup>3</sup>. Realizei também uma formação online com as Equal Saree, designado *La Generadora. Estrategias y herramientas para unas especialidades feministas*; assim como uma série de conversas, mais ou menos formais, e conferências (nacionais e internacionais). Participei também no processo de construção do Portal de Palma com o Colectivo Warehouse, acompanhando a partir daí o seu trabalho, bem como o de uma rede de outros coletivos, como o Habitar Porto, as Equal Saree, os Basurama, Col.lectiu Punt 6, Zaida Muxí, Sandra Bestraten, de entre os já nomeados anteriormente.

---

<sup>1</sup> A coordenação da *Fundación RIA* convidou os alunos de Arquitectos de Cabecera, a participar neste workshop, com o intuito de aplicar a sua metodologia de ensino na experiência.

<sup>2</sup> O Encontro do BR Cidades contou com a participação de Ermínia Maricato (reconhecida por seu trabalho no campo do urbanismo e da luta pela Reforma Urbana no Brasil).

<sup>3</sup> O tema desta escola de verão prendeu-se com a perspetiva de género nas cidades, assim como as metodologias e estratégias utilizadas em iniciativas de urbanismo feminista um pouco por todo o mundo.

## **Estrutura de Tese**

Partindo do processo metodológico, a dissertação organiza-se em duas fases distintas: a primeira constitui a contextualização histórica e conceptual dos processos participativos em arquitetura, definindo os eixos de análise nos casos de estudo, seguindo-se a análise do caso de estudo de âmbito profissional – Cooperativa Trabalhar com os 99% –, e o outro de âmbito académico – *Arquitectos de Cabecera*.

O primeiro capítulo enquadra a origem dos processos participativos na história da arquitetura, e das lutas sociais, urbanas e políticas. Estudam-se exemplos concretos, que ajudam a compreender o impacto das crises globais, que levaram os arquitetos a confrontar-se com a falta de resposta da sua prática face a estas situações, e a procurar novas respostas. Como pontos chave, destacam-se o posicionamento de Giancarlo de Carlo e a reflexão de Henri Lefebvre relativamente à cidade, aprofundando a ação da ativista Jane Jacob, pela sua visão humanista e social do que é o usufruto do espaço público pelas pessoas. Este capítulo, analisa também as temáticas tidas em conta nestes processos, e como a inclusão destas no (re)pensar e no (re)desenhar da cidade se torna um ato reivindicativo e político, nomeadamente pela relação entre o ensino, a prática e a política.

Na segunda parte, articulam-se os conhecimentos adquiridos na investigação do capítulo precedente, com o intuito de compreender quais os desafios que estes processos colocam à prática e ao ensino de arquitetura. Esta análise é feita através do estudo de vários processos ao longo do percurso destes casos, conhecendo as suas metodologias, mas também, como estes foram evoluindo e se transformando. Investiga-se assim de que modo contribuem os casos da Cooperativa Trabalhar com os 99% e dos *Arquitectos de Cabecera* para desafiar uma nova prática e ensino da arquitetura contemporânea através das suas metodologias.

## **Estado de Arte**

A questão que iniciou esta investigação é de que as grandes transformações na arquitetura e no urbanismo das cidades – entendidas como a materialização de um direito coletivo (Lefebvre, 1968) – refletem as crises socioculturais que ocorreram ao longo da história e que continuam a acontecer. Mesmo sabendo que qualquer mudança depende de um contexto, continua a ser relevante questionar: quais foram os desafios colocados à prática da arquitetura nesses momentos? Como e porque é que a participação se tornou parte dos processos de trabalho? Qual a responsabilidade social e política dos arquitetos nessas transformações? Qual o papel do ensino na construção de uma nova prática e ética profissional?

A crise de 2008 fez-nos questionar, mais uma vez, a prática arquitetónica e urbanística, considerada um 'serviço de luxo', e como tal, secundário em tempos difíceis. Nesse sentido, gerou-se uma crise disciplinar, da qual se traçaram dois perfis: "por um lado, os arquitetos que querem ser fiéis ao *status quo*, a seus clientes e amos, e, por outro lado, aqueles que tentam melhorar a vida das pessoas". (Muxí, Montaner, 2014a). Esta última posição foi apoiada,

maioritariamente, pelas novas gerações que, procurando questionar e afastar-se do *star system* e de um formalismo arquitetónico, procurava resolver as necessidades reais das pessoas concretas.

A partir desse momento, as alternativas exploradas para projetar *com* e *para* as pessoas, com base em temas como a sustentabilidade, a igualdade de género, a vida comunitária, a participação e o direito à cidade representaram uma nova responsabilidade social e compromisso político dos arquitetos.

Essa perspetiva tem vindo a ser explorada em debates, exposições e conferências, das quais se destacam: em 2010, a exposição no MoMA, com a curadoria de Pedro Gadanho – *Small Scale, Big Change* –, onde se procuraram mostrar outras funções dos arquitetos que respondem às necessidades da população (recordando *Architecture without architects* de Bernard Rudofsky); em 2012, a 13ª Bienal de Arquitectura de Veneza, com a curadoria de David Chipperfield – *Common Ground* –, sendo de sublinhar o termo *common*, aplicado no sentido de ampliar o olhar sobre a arquitetura da cidade; em 2013, a exposição da Trienal de Arquitetura de Lisboa – *Close, Closer* –, que procurou mostrar que a arquitetura não é exclusiva dos arquitetos e dos edifícios; em 2014, a exposição no MoMA, com a curadoria de Pedro Gadanho – *Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities* –, com a participação de David Harvey e Saskia Sassen, que exibiu e debateu abordagens *bottom-up*, como o urbanismo tático; em 2016, a 15ª Bienal de Arquitectura de Veneza, com a curadoria de Alejandro Aravena – *Reporting from the front* –, uma reflexão sobre uma arquitetura com poucos recursos financeiros, social e ativista; e, em 2021, realizar-se-á a 17ª Bienal de Arquitetura de Veneza, com a curadoria de Hashim Sarkis – *How will we live together?* – que procura discutir o papel da profissão, refletindo sobre a complexidade dos problemas urbanos contemporâneos.

Uma vez que os processos participativos são entendidos como um processo coletivo de construção de cidade, salientam-se também as publicações *Situaciones Urbanas* (2007) de Santiago Cirugeda; *Other ways of doing architecture* (2011) da *Spatial Agency*; *Planning for Protest* (2013), num projeto apoiado pela Trienal de Arquitetura de Lisboa; *A cidade ao nível dos olhos* (2015); *Usina: entre o projeto e o canteiro* (2015), para nomear alguns.

Mais recentemente, a publicação da dupla Zaida Muxí e Josep Maria Montaner *Política y Arquitectura: por un urbanismo de lo común y ecofeminista* (2020), vem continuar e completar a publicação de 2011, *Arquitectura y Política: ensaios para mundos alternativos*. Ambos são arquitetos, professores e investigadores em diversas universidades, e recentemente ocuparam cargos políticos no último mandato na autarquia de Barcelona, representando a crescente necessidade de relacionar o ensino, com a prática e a política arquitetónica. Esta participação, apoiante das políticas urbanas de Ada Colau (uma das impulsionadoras do coletivo cidadão transformado em partido político *Barcelona en Comú*), fez com que ambos saíssem da sua zona de conforto académico, para se comprometerem politicamente com uma luta urbana de direito à habitação e a uma cidade feminista, quer a nível ativista como legislativo.

No contexto nacional, para sublinhar a importância da ação política e académica da arquitetura, podemos referir o trabalho da arquiteta Helena Roseta (ex-deputada no parlamento e ex-vereadora da CML) no desenvolvimento do Programa BIP/ZIP em Lisboa, desde 2010, e mais recentemente, do Programa Bairros Saudáveis, em 2020, bem como a construção de leis relativas à habitação e ao espaço público. Este último programa inclui também outros arquitetos de referência no que toca ao trabalho com as comunidades e com universidades, como Tiago Mota Saraiva e Aitor Varea Oro. Este último tem vindo a desenvolver também um projeto nas ilhas do Porto – Habitar Porto – apoiado por um projeto académico – Arquitetos de Família – na FAUP, que pretende colocar os estudantes em contacto com os territórios, requalificar edifícios e promover o debate sobre habitação, procurando reduzir a complexidade dos processos urbanos. A arquiteta Ana Jara e vereadora da CML, fundadora da Artéria, tem também desempenhado um papel relevante a nível de investigação e desenvolvimento de projetos de reabilitação urbana.

Em termos académicos este tema também tem vindo a ganhar relevo, nomeadamente com o maior número de investigações das quais procuramos salientar a publicação de Ricardo Carvalho – *Cidade Social* (2016) – resultante da sua tese de doutoramento; outra tese de doutoramento de Joana Pestana Lages, *À Conquista de Justiça Espacial* (2017) em territórios autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa; e ainda a dissertação de mestrado de Carolina Carneiro, uma reflexão sobre a alternativa política ou a tendência neoliberal das práticas participativas em arquitetura, tendo como caso de estudo a Elemental (2019). Outras publicações relevantes a mencionar a nível nacional são a entrevista a Siza Vieira, *A experiência participativa é algo que fica* (2008) para a revista Arqa; o catálogo da exposição *O Processo SAAL: Arquitectura e Participação, 1974-1976* (2014) no Museu de Serralves; bem como os inúmeros artigos do arquiteto e crítico Luís Santiago Batista, nomeadamente na revista Arqa.

No contexto da cidade de Lisboa, conquistada por investidores estrangeiros e pela especulação imobiliária dos últimos anos, podemos também identificar uma série de movimentos sociais e urbanos pelo direito coletivo à cidade: Movimento pelo Jardim do Caracol da Penha, Jardim do Martim Moniz, Libertem o Adamastor, Stop Torre 60m Portugal, bem como movimentos pelo direito à habitação como a Stop Despejos ou a Habita, entre outros, apoiados por arquitetos, urbanistas e muitos outros profissionais das artes, das ciências e da política.

A pandemia que vivemos em 2020 trouxe novos problemas arquitetónicos e urbanísticos, não só a nível da qualidade construtiva e espacial das habitações, mas também da quantidade, qualidade e diversidade dos espaços públicos urbanos, nomeadamente nas grandes cidades. O distanciamento físico tem trazido algumas dificuldades no encontro das pessoas, e no desenvolvimento de iniciativas sociais e urbanas, o que traz novos desafios às metodologias participativas.

## 02 | Das lutas aos direitos

O início da década de 1960 foi marcado pelo crescimento de uma sociedade de consumo, que desencadeou grandes mudanças ao nível sociocultural. É neste contexto que surgem políticas alternativas, já enunciadas nos anos 1950, e que se posicionam ideologicamente na esquerda. Em consequência, a segunda metade da década de 1960 distinguiu-se por uma grande revolução comportamental, social, cultural e política, marcada pelo feminismo, por movimentos a favor das comunidades negras e homossexuais, pelos protestos contra as guerras em curso e pelo princípio do processo de descolonização em todo o mundo.

Destas transformações, fomentadas pela prosperidade económica, destaca-se em termos urbanos o uso de veículos automóveis, que teve repercussões no (re)desenho urbano das cidades. Tais mudanças, a par da crise geral marcada pelas lutas contra o sistema capitalista, acabaram por gerar uma crise disciplinar na arquitetura.

Na procura de uma alternativa ao ideário moderno, baseado na lógica funcionalista e na setorização da cidade e no desenho de soluções universais, surgem iniciativas dedicadas ao encontro intersubjetivo entre arquitetos e moradores, no sentido de partilharem a produção arquitetónica.

É de salientar o entendimento do arquiteto Giancarlo de Carlo (1919-2005) sobre a sua prática como um dever técnico e social; os movimentos ativistas urbanos que começaram a ganhar relevância, nomeadamente protestos suburbanos incentivados pela visão mais humanista da jornalista e ativista Jane Jacobs (1916-2006); bem como a perspetiva crítica de David Harvey (1935) sobre a influência do capitalismo no urbanismo, e vice-versa; e ainda o conceito do direito à cidade definido por Henri Lefebvre (1901-1991) em 1968, que marcou lutas urbanas e políticas, algumas delas que se prolongam até aos nossos dias.

## **Giancarlo de Carlo | o princípio da participação**

Os princípios do movimento moderno começaram a ser definidos nos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), nos quais se reuniam arquitetos e urbanistas de renome para discutir o rumo da arquitetura. Do IV encontro, em 1933, resultou a redação da Carta de Atenas, que descrevia uma visão do urbanismo moderno determinante no desenvolvimento das cidades europeias após a Segunda Guerra Mundial e no desenho da cidade de Brasília (1957), por Lúcio Costa (1902-1998).

A partir do fim da Segunda Grande Guerra, uma nova geração de arquitetos passou a integrar o grupo, alguns dos quais, em 1954, ficaram responsáveis por organizar o CIAM X (a acontecer em 1956) – Jacob Bakema (1914-1981), Aldo Van Eyck (1918-1999), Alison and Peter Smithson (1928-1993 e 1923-2003, respetivamente), Giancarlo de Carlo. Este grupo, denominado Team X, começou a desenvolver uma reflexão crítica sobre os princípios estabelecidos pelo movimento moderno, refletindo sobre a dimensão social do arquiteto e a produção de arquitetura voltada para as massas.

Uma das principais propostas defendidas pelo grupo era a compreensão da relação entre arquitetura e urbanismo, através da interação do habitante com o lugar, tendo como foco a incorporação das relações sociais na produção do espaço construído (Barone, 2002). Assim, tomavam em consideração o entendimento da necessidade das pessoas se organizarem em comunidade e de apreender o espaço a partir dos seus valores, assim como de criar vínculos sociais e de se identificar com o seu contexto (Arendt, 1958). Como tal, os membros do Team X reivindicavam e conceptualizavam novas formas de habitar, que valorizassem a identidade e as necessidades das pessoas, na procura de um novo humanismo, partindo para experimentações individuais (Frampton, 2014).

Da equipa do Team X destaca-se o arquiteto italiano Giancarlo de Carlo, um dos pioneiros na reflexão sobre a importância da participação na arquitetura e na definição de procedimentos de trabalho que incluíssem as pessoas no processo de elaboração de projetos. A convivência com Giuseppe Pagano (1896-1945), e a atenção prestada ao seu exercício político, a par da sua investigação sobre o trabalho de William Morris e Le Corbusier, conduziram De Carlo a explorar uma prática coerente com as suas convicções (Barone, 2002). Enquanto estudante, participou em movimentos antifascistas e, durante os movimentos estudantis do maio de 1968 (figura 01), foi dos poucos professores da sua geração que se posicionou publicamente ao lado dos estudantes, contra o ensino em vigor (Piza, 2003).

O carácter político, intrínseco à sua prática, é reflexo da sua visão sobre a arquitetura como um exercício de democracia e cidadania. Os seus princípios conjugam o conhecimento e a relação com o contexto social e urbano, e a participação das pessoas no ato arquitetónico, num processo político de fortalecimento das comunidades e de consciencialização do papel de cada um no coletivo (Piza, 2003).



Através do processo participativo, De Carlo procurou explorar a relação entre a arquitetura e o urbanismo, como meio para responder a problemas sociais e políticos, e propor um novo método que reposicionasse o papel do arquiteto, enquanto formulador de hipóteses, em contraposição à arquitetura tradicional, de identificação de um problema e desenho de uma solução.

“Para De Carlo interessa a adaptação das formas, concebidas por critérios racionais a contextos locais, onde os padrões de composição dialogam com tradições populares arraigadas, que são a expressão da sua percepção do espaço.” (Barone, 2002)

Tal implica uma articulação de ideias e práticas com todos os intervenientes no processo arquitetónico, procurando como resultado não um objeto final acabado, mas uma permanente troca que aproxime o espaço construído às necessidades das comunidades.

“Um dos elementos mais marcantes de sua obra é que à excelência técnica se soma uma visão humanista profunda, que coloca a técnica a serviço do homem, antes de tudo.” (Piza, 2007)

Para De Carlo, o processo participativo não deve partir dos anseios e conceitos dos arquitetos, mas do coletivo, pelo que deveriam procurar estar disponíveis a descobrir os valores da comunidade. Para tal, é fundamental que o arquiteto selecione os seus métodos de comunicação, reconhecendo a importância do diálogo e do espaço de negociação mais adequados ao contexto do processo.

Como exemplo, no início da década de 1960, De Carlo desenvolveu o Plano Diretor de Urbino, onde introduziu a participação da comunidade na tomada de decisões do projeto – conforme ele também defendia na sua visão de ensino –, procurando espaços mais humanizados, numa leitura culturalista da cidade e do seu património. Em conversa com todos os moradores, expôs as suas propostas à crítica, à discussão e ao contributo públicos.

## **Jane Jacobs | os olhos na cidade**

Em simultâneo, Jane Jacobs, jornalista e ativista política sem formação em arquitetura, tornou-se uma das maiores pensadoras urbanistas, com a sua crítica aos princípios modernos. Tal como David Harvey, em *Social justice and the city* (1973), Jacobs considera que a arquitetura moderna em nada era compatível com as necessidades de todas as pessoas, e defende que para entender a cidade é necessário relacionar os seus processos sociais e espaciais. Jacobs criticava o urbanismo difundido no ensino e nos meios de comunicação, com base na doutrina da Carta de Atenas, pois esta tinha na sua génese um imaginário imposto às comunidades locais, e destinava-se a planear cidades para pessoas apáticas e sem projetos de vida (Jacobs, 2011). Ao contrário da visão moderna de Le Corbusier, Jacobs entendia que a cidade se devia pensar à escala de todos os moradores, colocando-se na posição de quem a vive e habita. De tal forma que, mesmo sem estudos na área, analisou a cidade e a vida urbana através da experiência e da observação, com os olhos postos na cidade, como defendia no seu livro *The death and life of great american cities* (1961):

“devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua – calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas – e assegurar que haja olhos atentos voltados para esses espaços públicos da rua o maior tempo possível.” (Jacobs, 2011, p. 34)

O seu livro reflete sobre uma série de princípios que influenciaram o pensamento urbanístico das décadas de 1950 e 1960, questionando a cidade funcional que esquece os seus habitantes e coloca o automóvel como elemento central. Jacobs afirmou com convicção que as “necessidades dos automóveis são mais facilmente compreendidas e satisfeitas do que as complexas necessidades das cidades” (Jacobs, 2011, p. 6), e acusou arquitetos e urbanistas de acreditarem que, solucionando os problemas de trânsito, solucionariam o maior problema das cidades. Sublinhando que as “cidades apresentam preocupações económicas e sociais muito mais complicadas do que o trânsito de automóveis.” (Jacobs, 2011, p. 6), questionou ainda como poderiam saber “que solução dar ao trânsito antes de saber como funciona a própria cidade e de que mais ela necessita nas ruas?” (Jacobs, 2011, p. 6).

O papel da arquitetura e do urbanismo, definido pelo movimento moderno, começava então a ser questionado, segundo Jacobs, pois tinha na base a lógica e os princípios do sistema capitalista, emergentes desde o início da industrialização. A comparação entre a (re)urbanização de Paris, planeada por Haussmann, e a (sub)urbanização de Nova Iorque, estruturada por Robert Moses (1888-1991), analisada por David Harvey no seu artigo *The right to the city* (2008), conclui que ambas as transformações urbanas derivaram de um excesso de capital e de desemprego, tendo repercussões na construção de uma nova forma de vida humana e urbana.

No final do século XIX, para enfrentar a crise social, política e económica que França atravessava, Napoleão III (1808-1873) reprimiu quaisquer movimentos políticos, e desenvolveu um plano de investimento em infraestruturas: a nível internacional, construiu uma rede ferroviária até ao Oriente, e apoiou grandes obras como a do Canal do Suez; no país, construiu novos portos, consolidou a rede ferroviária e reconfigurou toda a infraestrutura urbana de Paris (Harvey, 2008). Em Paris, a transformação urbana implicou, não só a criação de um novo modo de vida – de consumo, de turismo e de lazer –, mas também de um novo sistema financeiro baseado em títulos de dívida.

Da derrota na guerra contra a Alemanha de Bismarck e da queda do sistema financeiro, em 1871, ergueu-se a Comuna de Paris – “um dos maiores episódios revolucionários da história urbana capitalista” (Harvey, 2008) –, sendo um sinal de nostalgia daqueles que a nova cidade de Haussmann tinha aniquilado, e do seu desejo de recuperar a cidade perdida.

Em 1942, Robert Moses escreveu um artigo<sup>4</sup> na revista *Architectural Forum*, no qual analisava alguns erros cometidos por Haussmann na reconstrução de Paris. Tal reflexão levou-o a usar os planos de Haussmann, para, aumentando a sua escala, transformar toda a área metropolitana de Nova Iorque no fim da Segunda Guerra Mundial (Harvey, 2008).

Vêm-se, portanto, repetir os acontecimentos nos EUA, com o desenvolvimento de uma série de transformações urbanas, como a construção de autoestradas e de uma nova rede de infraestruturas, que geraram uma (sub)urbanização generalizada, particularmente na cidade de Nova Iorque. Esta transformação que, à escala metropolitana, teve como foco o uso do veículo automóvel, alterou não só a cidade a nível formal, como também mudou o modo de vida das populações. Tais mudanças trouxeram consequências a nível social, provocando revolta, nomeadamente nos subúrbios, para onde a população de classe média e baixa foi empurrada; e a nível político, uma vez que alguns opositores das novas políticas urbanas se reuniram em volta de protestos e movimentos urbanos, liderados por Jane Jacobs.

Dos efeitos negativos do alastramento dos subúrbios, destaca-se a perda da facilidade de acesso dos moradores ao centro da cidade, num momento virado para o consumismo, o turismo e o mercado financeiro e empresarial. Por esse motivo, Jacobs “reivindicou a vida urbana da cidade densa perante a vida no subúrbio” (Muxí, Montaner, 2014a, p. 122).

Jacobs é reconhecida pelo seu ativismo urbano, no qual procurou apoiar a valorização da vida nos bairros, através de protestos urbanos (figura 02). Tornou-se uma referência em várias lutas sociais, nomeadamente nas lutas feministas, que reclamavam que a (sub)urbanização (consequência da ação de Robert Moses) era o reflexo máximo de todas as inquietações básicas do movimento feminista. Considera-se a luta mais significativa – da qual Jacobs saiu vencedora – a campanha de salvamento do seu próprio bairro, o *Greenwich Village*, que Robert Moses planeava remodelar profundamente.

Segundo Jacobs, as cidades são um organismo vivo, formado por uma complexidade organizada, e que depende da interação dos diferentes agentes, enquanto que os arquitetos podem deixar-se limitar por teorias determinísticas sobre os critérios de qualidade do espaço, não considerando a sua organicidade e conhecimento dos moradores.

Jacobs, à semelhança de Jan Gehl (1936), defendeu também os valores do uso do espaço público e da vida nas ruas, tendo as pessoas como centro do projeto urbano, e considerando fundamental a redução da presença do automóvel e das vias rápidas.

Do estudo do *ballet* quotidiano urbano, a ativista concluiu a importância de garantir: a mistura de usos distribuídos pelos bairros, intensificando a circulação de pessoas pelas ruas em horários diferentes; o desenho de quarteirões pequenos, que possibilitem o encontro e as relações entre vizinhos; a existência de edifícios de diferentes idades e em diferentes estados de conservação; a densidade de pessoas nos bairros, tanto de moradores dos bairros, como transeuntes ou

---

<sup>4</sup> Artigo “*What happened to Haussmann*”, disponível em: <https://www.worldcat.org/title/what-happened-to-haussmann/oclc/80770453>

visitantes (Jacobs, 2011). Assim, estas seriam as notas significativas para uma cidade diversa, igualitária, justa, democrática e segura – princípios que, ainda nos dias de hoje, se procuram alcançar no urbanismo das nossas cidades.

## **Henri Lefebvre | direito à cidade**

Um pouco por todo o mundo, em Maio de 1968, as reivindicações pelos direitos civis contra o capitalismo tiveram o seu expoente máximo, sendo mais intensas nos EUA e na Europa. As cidades foram tomadas por manifestantes (estudantes e operários), em protestos pelos seus direitos, contra o rápido desenvolvimento do capitalismo e as transformações socioculturais e urbanas.

São de salientar os protestos na cidade de Paris (figura 03) – os mais efervescentes e representativos do Maio de 68 –, determinantes para a compreensão do contexto em que Henri Lefebvre lançou o livro e definiu o conceito de *Le droit à la ville* (1968), ao mesmo tempo que escrevia *La révolution urbaine* (1970). Este último sublinha a importância do urbanismo para o sucesso do capitalismo e a influência que este tem na conceção e no desenho do espaço urbano. Por esse motivo, e, tal como exalta David Harvey em *The right to the city* (2008), o urbanismo sempre representou uma questão de classe, uma vez que as cidades sempre surgiram em territórios com uma produção excedente. Como tal, a sua configuração e as lutas urbanas são por isso mesmo lutas de classe, e vice-versa, motivo que reforça o sentimento de pertença ao meio urbano que habitam (Lefebvre, 1968).

Por conseguinte, na ótica de Lefebvre, o ideário moderno configura uma figura padronizada de usuário, que vive em unidades mínimas de habitação fora do centro urbano, de onde as classes mais desfavorecidas foram expulsas, de forma a conter a agitação urbana que pudesse impulsionar a democracia e ameaçar os privilégios das classe dominantes (Lefebvre, 1968). Desta forma, procurou-se silenciar a consciência crítica das comunidades para a luta urbana e a luta social contra a comercialização da vida urbana, a privatização do espaço público e o esquecimento das periferias (Lefebvre, 1968).

Assim, a par do que se proclamava nas ruas, Lefebvre materializou o que o discurso e as ações do povo representavam, na sua definição de direito à cidade como uma “forma superior de direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito de propriedade), estão implicados no direito à cidade.” (Lefebvre, 1968, p. 134). Definiu assim “novos direitos relacionados com a cidade moderna, a moradia e o bairro, a reivindicação da vida cotidiana e a vontade de fazer parte e de participar da cidade” (Muxí, Montaner, 2014a, p. 213) que reforçam a ideia de que o direito à cidade unifica a luta dos movimentos sociais urbanos, reivindicativos de melhores condições de habitabilidade e a luta por vontades inibidas.

O sociólogo é o primeiro a afirmar que não são só os arquitetos, urbanistas, paisagistas, engenheiros e agentes económicos ou religiosos que têm o poder de tomar decisões sobre a

cidade. Também o cidadão comum tem o direito, não só à cidade, como a fazer cidade e a participar no seu projeto de construção, evidenciando os direitos dos habitantes conduzidos pela capacidade de criação e pela estrutura das relações sociais, políticas e económicas da cidade.

O direito à cidade deve significar, tal como defendido por Lefebvre, o direito a fazer parte do processo urbano, o que implica uma luta coletiva pela gestão da cidade como um bem comum, revertendo o individualismo fomentado pelo movimento moderno. O exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização, através de um projeto democrático de cidade, representa o facto de o direito à cidade estar:

“longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente de exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.” E acrescenta ainda que “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (Harvey, 2008)

Assim sendo, sabermos que tipo de cidade queremos habitar está inteiramente relacionado com os vínculos sociais e o modo de vida que desejamos, mas também com a nossa ação, a relação com o outro e a forma de comunicarmos (Arendt, 1958). Como tal, o direito de mudar o meio e a forma como se vive, é ter liberdade de (re)fazer cidade, permitindo que a população urbana viva numa cidade de acordo com os seus desejos (Harvey, 2012).

A transformação de espaço é uma transformação social, e como tal, devia ser partilhada por todos. É ainda uma transformação de nós mesmos, segundo Robert Park:

“a tentativa mais bem-sucedida do homem de refazer o mundo em que vive mais de acordo com os desejos do seu coração. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é também o mundo onde ele está condenado a viver daqui por diante. Assim, indiretamente, e sem ter nenhuma noção clara da natureza da sua tarefa, ao fazer a cidade o homem refeito-se a si mesmo.” (Park, 1967 citado em Harvey, 2008)

Conclui-se, desta forma, que a participação na transformação das cidades permite que os seus habitantes se relacionem com a mesma no futuro, e que (re)inventar e (re)desenhar a cidade com o envolvimento das pessoas na tomada de decisões nos processos participativos reinventa também as noções de comunidade, cidadania e *polis*.



01| Giancarlo de Carlo na abertura da Trienal de Milão em 1968



02| Jane Jacobs num protesto em 1964



03| Cartaz das manifestações de maio de 68 em Paris

## 03 | Da responsabilidade social ao compromisso político

### A condição humana de participar

O entendimento do ser humano como um ser social e de relações vai de encontro ao pensamento desenvolvido pela filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975), relativamente à necessidade dos indivíduos de agir, relacionar, comunicar e conviver uns com os outros (Arendt, 1958).

A partir deste raciocínio, podemos entender que a natureza do ser humano é estar inserido em coletivo, uma vez que, durante toda a sua vida, precisa da companhia de outros seres humanos (Dallari, 1983), e desde as origens que se organiza e vive agrupado em sociedade, da qual necessita *fazer, tomar e ter parte* (Bordenave, 1994). O ser humano participa naturalmente, desde o começo da humanidade e de forma instintiva, em grupos familiares ou religiosos, sendo possível identificar uma série de outros tipos de participação, mais ou menos voluntária, que passam por grupos de vizinhos ou amigos, associações profissionais ou políticas, negócios, entre outros. Tal condição de relação entre pessoas é, segundo Arendt, fundamental à expressão máxima da vontade humana – a ação<sup>5</sup> – e à vida e pensamento político (Arendt, 1958). No campo político, a ação, como exercício de liberdade e de cidadania (Arendt, 1958), expressa-se na resolução de problemas e na decisão, em conjunto, de um futuro comum, que o indivíduo não conquistaria sozinho (Bordenave, 1994).

Relativamente à arquitetura, a filósofa caracteriza-a como a ação na *polis* (Arendt, 1958). Sendo um trabalho intelectual e criativo, pode ser enfatizada como uma “ação social ao considerar que a arquitetura e o urbanismo estão estritamente relacionados à *polis*, ao político.” (Montaner, 2017, p. 131), uma vez que “a *polis* e a cidadania vão sendo construídas com a ação das leis e da arquitetura” (Montaner, 2017, p. 133).

---

<sup>5</sup> Em *The human condition* (1958), Arendt considera três atividades fundamentais ao ser humano – labor, trabalho e ação – que se desenvolvem tanto no campo privado, como no público, assim como no social e no político.

Nesse sentido, a ação, como vontade, deve ser determinante para que os arquitetos se reinventem, sobretudo em situações de crise, assumindo “um papel ativo na melhoria da sociedade e com propostas arquitetônicas que promovam as relações entre as pessoas” (Montaner, 2017, p. 131).

Compreendendo assim a necessidade das pessoas de viver em comunidade e participar dela, e entendendo a participação como o ato de “fazer parte, tomar parte ou ter parte” (Bordenave, 1994, p. 22), o seu envolvimento na prática arquitetônica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de soluções que respondam às suas reais necessidades e anseios.

No entanto, “a prova de fogo da participação não é o *quanto se toma parte* mas *como se toma parte*” (Bordenave, 1994, p. 23), assim podemos distinguir uma atitude ativa que ‘toma parte de’ e se envolve, de uma atitude passiva que pode ‘fazer parte’ sem ‘tomar parte de’. Tal sentido de envolvimento nos processos acaba por ter influência na forma como as pessoas se sentem, ou não, responsáveis pelo seu sucesso e manutenção; e no sentimento de pertença que se desenvolve ao longo do processo e que, no melhor dos cenários, as pessoas tomam como seu, sendo que o processo não acaba, mesmo com o afastamento das equipas técnicas.

Podemos assim concluir que se pode alcançar maior ou menor controlo sobre a tomada de decisões nos processos consoante o grau de participação e compromisso dos indivíduos (Bordenave, 1994), que pode variar desde a prestação de informações (em que apenas se informa os indivíduos das decisões tomadas), a diferentes tipos de consultas, à elaboração de propostas, à cogestão, à delegação, até, por fim, à autogestão. Neste último grau de participação cidadã, há uma igualdade de condições entre todos os indivíduos.

A criação, por parte do arquiteto, de métodos de comunicação e discussão inclusivos e mais democráticos conferem transparência às tomadas de decisão, à partilha de responsabilidades e à concretização de processos e políticas, aumentando as capacidades de gestão pública e a descentralização do poder.

Muitas vezes, as pessoas restringem-se a participar a um nível familiar ou associativo, sem estarem conscientes da sua responsabilidade cívica de ter uma opinião a nível social (Bordenave, 1994), participando nas lutas socioculturais, urbanas e políticas de forma a transformar a sociedade, como uma ferramenta para a construção de cidades mais plurais.

“para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições. Para elas democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação” (Bordenave, 1994, p. 8)

Podemos, desta forma, compreender que a democracia tem diferentes abordagens dependendo da participação dos cidadãos. Na democracia implementada na maioria dos países – a representativa – os cidadãos *tomam parte* no processo de tomada de decisões periodicamente nas eleições. Por outro lado, na democracia participativa, pretende-se que os cidadãos

participem do processo de “construção de uma sociedade democrática participativa, na qual (...) todos os membros da sociedade tenham parte na gestão e controle dos processos produtivos e tenham parte equitativa no usufruto dos benefícios conseguidos com seu trabalho e seu esforço” (Bordenave, 1994, p. 60)

### **A ética do arquiteto**

Para Montaner “o ativismo é uma atualização da necessidade humana de ação” (Montaner, 2017, p. 177) teorizada antes por Hannah Arendt. Como referido anteriormente, nas lutas da década de 1960, o ativismo teve um papel determinante nas transformações socioculturais, políticas e urbanas, de acordo com uma postura responsável e atenta a cada contexto.

Hoje em dia, a consideração das pessoas nestes processos denota o compromisso social e político inerente ao papel do arquiteto, revelador de uma postura ética (Montaner, 2017, p. 157), ainda que, muitas vezes, se desconsidere o seu lado político (Bishop, 2012).

Na defesa do papel político do arquiteto, destaque para Jo Noero (1951), arquiteto ativista sul africano, que “segue um rigoroso código de ética” (Montaner, 2017, p. 141) na sua prática. Este recusa-se a aceitar projetos meramente escultóricos ou formalistas, que considere imorais ou que não sejam úteis ou adequados a nível cultural e social, projetando “com base no presente e na realidade, para as necessidades da vida cotidiana”, rejeitando “a conceção da arquitetura como obra autónoma” (Montaner, 2017, p. 141).

Podemos compreender um pouco da sua abordagem ao analisar a sua participação na 13ª Bienal de Arquitetura de Veneza (2012) – *Common Ground* –, na qual expôs uma planta que levou seis meses a desenhar à mão, como forma de protesto à arquitetura que se fazia em tempos de crise, ao lado de uma tapeçaria produzida por 50 mulheres; a par da exibição de um filme que mostrava o contexto de um bairro, a sua história e o envolvimento da comunidade. A obra de Jo Noero revela a sua sensibilidade para com o contexto socio-urbano, questionando a arquitetura contemporânea com o desenho de um *projeto comum* numa cidade devastada em resultado do *apartheid*, mostrando-se atento à memória e às necessidades das pessoas.

É de referir também o seu depoimento, bem como os de Giancarlo Mazzanti (1963), Alejandro Aravena (1967) e Rural Studio, na revista *Lotus International* nº145, em 2011, dedicada ao *Activism in Architecture*, uma vez que todos seguem um sistema de valores de acordo com os seus princípios, opondo-se ao “poder e à especulação contra as pessoas” (Montaner, 2017, p. 155).

Neste sentido, podemos concordar que o ativismo presente na arquitetura diz respeito à defesa e à aplicação de um código de ética, político e coletivo, que “está cada vez mais presente na arquitetura contemporânea.” (Montaner, 2017, p. 143).



A viragem do século foi marcada pelo surgimento de uma série de iniciativas alternativas, que defendiam a inclusão “da arquitetura e do urbanismo informais dentro da teoria e da prática da arquitetura erudita” (Montaner, 2016, p. 103). A informalidade das cidades foi sendo integradas não só na prática, como em diversas publicações, livros e revistas, na teoria e numa mudança pedagógica no ensino da arquitetura (Montaner, 2016). Nesse sentido, grupos de jovens questionam a prática hierárquica e convencional da arquitetura (Montaner, 2016), repensando o culto pelo trabalho do autor autónomo e genial, explorando soluções de trabalho em equipas interdisciplinares. Procuram explorar uma nova *praxis* em arquitetura, para além do projeto e da construção do objeto, com iniciativas alternativas e novas metodologias – na qual se valoriza mais o processo de trabalho –, através de exposições, instalações, arquiteturas efémeras, publicações, vídeos, blogs, ações, ativismo social, assessorias, mediações, entre outros.

“As ações dos coletivos defendem a necessidade da arquitetura e mostram que ela pode ser desenvolvida pela exploração de caminhos muito diversos” (Montaner, 2017, p. 155)

Assim como Octávio Lixa Filgueiras<sup>6</sup> (1922-1996) considerou que “o candidato a arquiteto, saído dum determinado ambiente que é o seu meio próprio, familiar, ao eleger tal carreira passa imediatamente a sofrer as solicitações duma formação especializada que o envolvem num conjunto cada vez maior de responsabilidades, não só no plano individual, como no da coletividade.” (Filgueiras, 1985, p. 22). Estas novas práticas partem da livre atividade dos indivíduos, mas, no entanto, estão atentas à realidade e à mudança, valorizando as relações entre as pessoas.

Salientamos, neste sentido, o programa Favela Bairro, um projeto de urbanização e integração das favelas na cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo o direito dos cidadãos à habitação, bem como da sua integração num espaço público infraestruturado. O processo participativo criado com base na colaboração de uma multidisciplinar equipa técnica – arquitetos, engenheiros, advogados, geólogos, psicólogos, assistentes sociais, biólogos, filósofos, sociólogos – e desenvolvido em várias etapas, permitiu conhecer e viver a realidade das pessoas e do território, a fim de propor soluções adequadas e aceites pelos moradores.

Um dos maiores exemplos do séc. XXI que une ativismo, coletivo e participação através da sua arquitetura é Santiago Cirugeda (1972), arquiteto e ativista espanhol, com experiência em observar as vulnerabilidades urbanas numa cidade, e consoante as necessidades sociais, transformá-las em oportunidades, explorando alternativas que tiram partido das lacunas na legislação das cidades para ocupar espaços mal aproveitados. A influência da publicação, *Situaciones Urbanas* (2007) que reunia algumas das suas iniciativas originou a criação de uma rede de colaboração – *Arquitecturas Colectivas* – em toda a Espanha, apresentada noutra publicação, com o mesmo nome, em 2011. Esta rede permitiu trabalhar estes temas a outra

---

<sup>6</sup> Um dos primeiros arquitetos portugueses a relacionar a arquitetura com as ciências sociais. Foi docente na ESBAP – na qual publicou *A função social do Arquiteto* (1962) – e mais tarde na FAUP, liderou uma das equipas do Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.

escala, fornecendo novas ferramentas e metodologias de trabalho, partilhadas com parcerias internacionais.

O trabalho de Cirugeda denota um grande conhecimento da legislação e um código de valores evidente, necessários ao desenvolvimento dos seus projetos concretos e reivindicativos, que seguem “mecanismos de gestão, projeto e construção éticos e claros” (Montaner, 2017, p. 172). No entanto, identificam-se uma série de ambiguidades: umas vezes, considera-se arquiteto, outras, artista; as suas iniciativas são financiadas pelas mesmas entidades que critica; promove o trabalho coletivo, mas procura destacar-se como criador; e propõe alternativas efémeras, quando as comunidades procuram soluções duradouras (Montaner, 2017).

Em Espanha, destacam-se ainda coletivos como Basurama, Laboratorio Urbano, Todo por la praxis, Ecosistema Urbano, Esto es una plaza, entre outros, com equipas interdisciplinares, que cooperam em redes nacionais e internacionais e exploram ferramentas e metodologias de trabalho através da participação das pessoas como um projeto de construção social.

Na Catalunha são de salientar iniciativas como: LaCol, formada em 2009 por estudantes, que hoje são arquitetos ativistas, sediados na fábrica Can Batlló em Barcelona; e muitas outras, das quais procuramos destacar o Col.lectiu Punt 6 e as Equal Saree, dois coletivos que colocam uma perspetiva crítica de género como prisma para (re)pensar a arquitetura e a sociedade capitalista e patriarcal,

“que não apenas foi pensada a partir da óptica masculina, como, além disso, baseia-se no exclusivismo da industrialização, no predomínio do veículo particular, na ênfase no crescimento e no consumo do território.

A óptica de género significa uma correção do urbanismo despótico e elitista para que se passe a pensar em sistemas urbanos que favoreçam todos os grupos por igual” (Montaner, 2017, p. 103).

Compreendemos assim que o urbanismo não é neutro, e que afeta todos os utilizadores da cidade de diferentes formas, pelo que a inclusão de critérios que promovam o envolvimento de todos eles propiciam o desenvolvimento de processos mais próximos das realidades e das necessidades quotidianas de todos.

Col.lectiu Punt 6, é uma cooperativa de arquitetas, sociólogas e urbanistas, que conta com Zaida Muxí como uma das fundadoras, e procura aplicar a perspetiva de igualdade de género interseccional no uso do espaço urbano, por uma cidade mais justa e atenta às experiências das pessoas que a vivem. Atuam sobre o espaço público e sobre o espaço privado, com recurso a oficinas participativas, procurando dar voz a quem mais sabe sobre os territórios; a iniciativas pela segurança nos bairros e a *marchas exploratórias*, à semelhança dos princípios e dos métodos de Jane Jacobs, nomeadamente as Jane Walks.

Equal Saree, é um coletivo de arquitetas que começou ainda na universidade, quando desenvolveram o projeto final, durante 3 anos, para o desenvolvimento da mulher na Índia – *Walking India*. A sua visão sobre a arquitetura e o urbanismo, como forma de democratizar o uso

das cidades e garantir qualidade de vida das pessoas, divide-se em critérios de: diversidade, não perpetuando quaisquer desigualdades; cuidados, visibilizando, valorizando e coletivizando as tarefas de cuidado; e sustentabilidade, respeitando a nível ambiental, económico e social os contextos e as comunidades (Equal Saree, 201-). No entanto, é relevante o trabalho que têm vindo a desenvolver no sentido de introduzir a perspetiva de género em intervenções nos pátios das escolas, utilizando o espaço como educador, acreditando numa educação transformadora da sociedade, quando utilizada nos processos de decisão (Blasco et al., 2019).

Mesmo estando de acordo com os princípios urbanistas em desenvolvimento na cidade de Barcelona – dos quais participam, tanto ao nível do desenvolvimento de processos arquitetónicos, como na elaboração de novas legislações, baseados na igualdade, participação e transparência –, ambos os coletivos nomeados anteriormente procuram ser independentes das administrações (Muxí, Montaner, 2020).

*Ca la Dona*, um projeto realizado ao longo de 10 anos pela arquiteta e professora Sandra Bestraten (1976), tornou-se um emblema da participação e das reivindicações feministas da cidade de Barcelona. Um espaço construído nos limites da zona medieval de Barcelona, pensado para ser sede de diversas associações, para a reflexão e criação de um pensamento crítico, desde uma perspetiva feminista, em relação ao contexto social e político presente. A sua construção contou com a ajuda das mulheres que dele participam, na criação de um espaço de empoderamento e cuidado feminista.

“Se a igualdade e a diversidade são valores, a participação é um procedimento, um instrumento” (Muxí, Montaner, 2014a, p. 218).

É de salientar a nível nacional, o processo SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) desenvolvido nos anos de 1970, a par de uma crise política, social e habitacional, num contexto revolucionário pós 25 de Abril, acompanhado de uma crise disciplinar e académica. Este programa, que contou com a participação de professores e alunos, consistiu num laboratório de experimentação de novas metodologias de projeto, intensificando a reflexão sobre a função social do arquiteto. Nesse sentido, pretendeu conhecer para compreender e dialogar para intervir, explorando outra forma de pensar e desenhar o urbano e o habitacional, num processo democrático (Bandeirinha, 2007).

Nos últimos anos esta prática generalizou-se, sobretudo a seguir à crise de 2008, com variados coletivos como o Colectivo Warehouse, fundado em 2013, na procura do papel do arquiteto contemporâneo – como mediador – através de uma prática participativa; a Oficina Gato Morto, um coletivo formado em 2016 para conceptualizar e construir espaços coletivos através de soluções participadas; a Milacessos, uma cooperativa que procura batalhar por uma cidade acessível a todos; a plataforma Spacetranscribers, uma rede interdisciplinar que questiona as problemáticas e as diferentes camadas dos espaços construídos, através de mediações *in situ* com as populações, entre outros.

## Aprendizagem através da participação

A postura ética, política e ativista, referida anteriormente, tem procurado responder a uma nova relação entre a teoria e a *praxis*, na qual o ensino tem um papel importante.

Devemos ser conscientes de que a educação é um ato político, tal como das políticas que a influenciam, e da forma e dos conteúdos que são ensinados, que não podem ser separados da pedagogia (Freire, 1968). Paulo Freire (1921-1997), filósofo e pedagogo brasileiro, refletiu sobre esta relação entre a pedagogia e o sentido crítico, explorando uma nova relação entre o professor, o estudante e a sociedade. Era defensor de uma educação que promovesse a proximidade entre o professor e o aluno, bem como uma comunicação horizontal, longe da hierarquia e da autoridade da relação mestre-aprendiz, considerando que assim poderia haver uma verdadeira partilha de conhecimento.

Segundo ele, a educação deve estimular a formação de uma consciência crítica e política, incentivando os alunos a libertar-se dos modelos estipulados e a criar e a perseguir o seu próprio rumo (Freire, 1968). A academia deve, portanto, ter um papel relevante na renovação da arquitetura, onde “dois campos tradicionalmente separados – a pesquisa teórica e a pragmática ou a experiência empírica” devem hoje nutrir-se mutuamente (Montaner, 2017, p. 178).

“a agenda da capacitação para a participação não é simples. A vantagem é que estas coisas não se adquirem numa sala de aulas, mas na chamada *praxis*, que é um processo que mistura a prática, a técnica, a invenção e a teoria, colocando-as ao serviço da luta pelos objetivos do povo.” (Bordenave, 1994, p. 73)

Assim, “interessa saber formular perguntas, como condição primeira de conhecer” (Filgueiras, 1985, p. 3), através da utilização de ferramentas de comunicação adequadas, não apenas como metodologia, mas como forma de ser verdadeiramente democrático (Freire, 1968). Nesse ponto de vista, o objeto de estudo, referindo-nos nestes processos participativos às pessoas e às cidades, deve ser compreendido segundo uma prática dialética com a realidade (Freire, 1968). Por isso mesmo, a participação não é um conhecimento que se possa adquirir ou passar de uns para os outros, mas uma forma de pensar e agir perante a sociedade, no sentido de ser:

“uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na *praxis* grupal. Parece que só se aprende a participar, participando” (Bordenave, 1994, p. 74).

No séc. XXI, é de referir o trabalho do Rural Studio<sup>7</sup>, na Universidade de Auburn, onde os alunos são formados conhecendo a realidade e a responsabilidade social da arquitetura, desenvolvendo habitações e equipamentos públicos para os habitantes (Montaner, 2016). Também a *Architectural Association* (AA) de Londres tem promovido uma exploração mais aberta, bem como a Cidade Aberta em Valparaíso com contribuições poéticas e sociais, colocando-se ao serviço das comunidades.

---

<sup>7</sup> Fundado em 1993 por Samuel Mockbee (1944-2001) e Dennis K. Ruth (1944-2009)

Em Portugal destacam-se duas iniciativas académicas: no Porto, os *workshops* Arquitetos de Família, numa parceria entre o Habitar Porto e a Junta de Freguesia de Campanhã, procuram estimular a aprendizagem em contextos reais, e em Coimbra o coletivo Há baixa, composto por estudantes universitários, do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, com base no lema 'experimentar e praticar ajudando', procuram fomentar o encontro entre a universidade e a cidade.

Podemos concluir que, processos de participação que envolvem arquitetos e estudantes no desenvolvimento de projetos públicos, de gestão do território ou intervenções sociais, revelam-se ferramentas de intervenção, investigação e reflexão da função social do arquiteto.

“aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação” (Bordenave, 1994, p. 26).

## 04 | Cooperativa Trabalhar com os 99%

Em 2005, após vários anos de trabalho em parceria, Tiago Mota Saraiva<sup>8</sup> (1976) e Andreia Salavessa<sup>9</sup> (1977) fundaram o Ateliernob, em Lisboa, definindo-o como uma “plataforma multidisciplinar de desenvolvimento de ideias, investigação e projetos nas áreas da arquitetura, cidade e território.” (Ateliernob, 2020a).

Onze anos mais tarde, em 2016, e em consequência da crise financeira de 2010 e do desenvolvimento de vários projetos de arquitetura e design social, constituíram a cooperativa Trabalhar com os 99%, através da qual procuram envolver-se em processos com pessoas que nunca trabalharam com arquitetos e/ou não têm condições para os contratar.

Até 2019 tiveram o seu gabinete de trabalho na Baixa Pombalina, mais concretamente na Rua dos Fanqueiros, nº235, quando receberam uma ordem de despejo, dada a especulação vivida no centro da cidade. Ainda durante a pandemia COVID-19, instalaram-se no Palácio Marquês de Abrantes, em Marvila, local disponibilizado pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), uma vez que o atelier vinha a desenvolver trabalhos naquele território, particularmente procurando dar uma nova programação ao edifício.

---

<sup>8</sup> Tiago Mota Saraiva, licenciado em Arquitetura, pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), especializado em Arquitetura, Território e Memória pela Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, foi assistente convidado da Universidade Moderna de Lisboa, e da FAUL. Fez parte do Conselho Diretivo Nacional da Ordem dos Arquitetos. Iniciou o seu trabalho na área da arquitetura e do urbanismo em 1995, tendo colaborado com vários ateliers em Lisboa, e em Roma no Massimiliano Fuksas Studio. Teve uma coluna semanal no Jornal i durante 8 anos. É líder e membro do conselho editorial do Le Monde Diplomatique – edição Portuguesa. Foi consultor externo da CML para a implementação da Agenda 21 para a Cultura. É dirigente da cooperativa Trabalhar com os 99% e membro da cooperativa Sou Largo. É membro da direção das associações europeias: "city makers" re:Kreators, Placemaking Europe.

<sup>9</sup> Andreia Salavessa, licenciada em design no Instituto de Artes Visuais, Design e Marketing e em arquitetura pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Realizou os I e III seminários de verão de arquitetura e urbanismo da UAL e foi coorientadora do VIII e tutora na workshop Noutra Costa realizada na UAL. Colaborou, desde 2000, em diversos escritórios de arquitetura em Lisboa. É responsável pelo projeto de design para crianças kidsmob. Desenvolve atividades de sensibilização de crianças para as questões da arquitetura, design, cidade e cidadania em colaboração com a associação Sou – Movimento e Arte, a Sou Largo e a Culturgest. Presidente da mesa da assembleia geral das cooperativas Sou Largo e Trabalhar com os 99%. É Sócia gerente da Fábrica do Gelado.

## Do atelier à cooperativa

O percurso académico dos fundadores do atelier foi marcado pelo papel ativo na instituição, nomeadamente na associação de estudantes e no conselho pedagógico, o que revela desde cedo o seu sentido de responsabilidade pelo comum, a sua inquietação social, consciência política e convicção da importância da participação em processos de decisão.

Ao longo dos anos, desenvolveram vários projetos em parceria, principalmente concursos públicos. Com esta experiência, formam o Ateliermob com o objetivo de explorar uma prática multifacetada em arquitetura, adaptando sempre a abordagem mais adequada a cada contexto, mais do que definir um estilo próprio. Como tal o percurso do atelier foi sendo bastante diversificado, não se cingindo apenas a uma escala ou tipologia de projeto, nem limitando a sua área de ação. Desta forma desenvolveram e construíram propostas/projetos, à escala do objeto (kidsmob<sup>10</sup> (figura 04)), do habitat (nova habitação e reabilitação, nomeadamente a resposta à catástrofe dos incêndios em Pedrogão Grande<sup>11</sup> (figura 05)), da exposição (Alfama é marcha, Novo Mundo (figura 06) e Tanto mar (figura 07)), ou do plano urbanístico (com propostas para eixos importantes da AML, como a Avenida Almirante Reis e Morais Soares ou Alto do Seixalinho, no Barreiro), entre outros.

Um dos fatores que distinguiu o atelier desde a sua formação é o facto de grande parte da sua comunicação ser feita *online* por meio de um *blog*, evidenciando a distinção a que se propunham da arquitetura 'convencional', habitualmente apresentada em *site* e, mais orientado para o mercado e para o *marketing*. O formato de *blog*, foi entendido pelo Ateliermob, como uma forma de fazer comunicação mais próxima, diária e vivencial – quase familiar – prova da vontade do atelier partilhar o processo, mais do que o resultado final.

No entanto, o percurso do atelier foi interrompido pela crise de 2011 quando muitas obras foram interrompidas ou canceladas. Essa fase revelou ser um momento charneira no rumo do coletivo, uma vez que forçou uma reflexão interna sobre o caminho a seguir e reforçou o papel social que defendiam, como afirmou Tiago Mota Saraiva: “em tempo de crise a arquitetura faz ainda mais sentido” (Saraiva, 2017a). Segundo ele é de situações de tensão criativa, que surgem as melhores soluções, porque se formulam melhores perguntas, e os coletivos reinventam-se.

“O nosso trabalho foi sempre muito em função das necessidades das pessoas que nos contactavam. E tentámos começar a perceber: onde é que podíamos servir de certa forma as pessoas? Onde é que trabalho do arquiteto podia ser útil?” (Ateliermob, 2013)

---

<sup>10</sup> O kidsmob é uma cozinha para crianças, que surgiu da necessidade de um elemento de brincar de valor acessível e que não reproduzisse estereótipos. (Ateliermob, 2011)

<sup>11</sup> Em junho de 2017 um enorme incêndio deflagrou em Pedrogão Grande e alastrou-se para Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pêra, Sertã, Penela, Góis e Pampilhosa da Serra. Afetou cerca de 500 casas, das quais 259 eram primeiras habitações e 64 pessoas morreram (Ateliermob, 2020a).

A vontade de trabalhar com as pessoas que nunca trabalharam com arquitetos ou que não têm condições financeiras para contratar os serviços de um (Sevilha, 2017), começou a surgir quando compreenderam e contactaram diretamente com as condições reais do país e reforçaram a consciência da necessidade concreta da arquitetura, sobretudo em territórios onde a população não tem os meios nem os conhecimentos para contratar um arquiteto. Foi claro que era com essas pessoas que o coletivo pretendia trabalhar, enfrentando as carências socioeconómicas que atingem com maior gravidade certas comunidades.

Esta ideia começou a ganhar forma com o trabalho desenvolvido no bairro da PRODAC<sup>12</sup>, onde a resistência inicial da comunidade revelou ser um dos maiores desafios ao processo (figura 08). Foi, pois, necessário quebrar algumas barreiras e criar uma relação de confiança, para que esta entendesse como os serviços de arquitetura poderiam melhorar as suas vidas. O processo – montado pela equipa ainda antes de existir qualquer projeto –, foi galardoado com o prémio *Future Cities* na 13ª Bienal de Veneza, em 2013, acabando por configurar uma estratégia que viriam a ser aplicada a outros bairros.

Desta forma, o que começou por ser apenas um projeto, evoluiu e ganhou corpo na sequência de diversos trabalhos desenvolvidos no seio do Ateliernob, estabelecendo o estatuto de cooperativa oficialmente em 2016. O nome da cooperativa, Trabalhar com os 99% (figura 09), surge do entendimento de que as pessoas que desejavam envolver nestes processos, representam a vasta maioria da população que não tem meios financeiros para tal. Por isso definem-na como uma:

“cooperativa de arquitetura de intervenção, desenvolvimento de processos participativos e cooperativos, de desenho e produção de políticas públicas e de desenvolvimento estratégico (..) é uma organização sem fins lucrativos constituída por pessoas e organizações” (Ateliernob, 2020a)

A cooperativa é constituída por uma equipa interdisciplinar, comum ao atelier, que sempre que necessário se associa a outros técnicos, coletivos e entidades, de forma a enriquecer e alargar o âmbito dos seus serviços, tornando-os mais completos e eficazes. Para além de arquitetos, a equipa já contou com outros profissionais, nomeadamente com a antropóloga Ana Catarino (1976)<sup>13</sup>, que acompanha os processos e projetos da cooperativa há vários anos.

O trabalho coletivo, colaborativo e cooperativo em que acreditam, vai muito para além das portas do atelier, estendendo-se numa rede, nacional e internacional, que assenta em princípios de entreajuda e interdisciplinaridade, onde o sucesso de uns é o sucesso de todos. A cooperativa faz parte da rede europeia ReKreators, da DLBC<sup>14</sup> Lisboa e do Placemaking Europe e associa-

---

<sup>12</sup> Este processo será desenvolvido mais à frente neste capítulo.

<sup>13</sup> **Ana Catarino**, licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, frequentou o mestrado Cultural Analysis da Universidade de Amsterdão e pesquisadora na Faculdade de Arquitectura de Delft; membro da Architectural Humanities Research Association e dirigente da cooperativa Trabalhar com os 99%.

<sup>14</sup> Associação para o Desenvolvimento Local de Base Comunitária



se muitas vezes em parcerias com o coletivo Warehouse e com o Largo de Residências. Esta estrutura tem levado a equipa a participar, apresentar e desenvolver o seu trabalho em diferentes fóruns, workshops, manifestos, debates e conferências.

A dinâmica do coletivo prende-se num equilíbrio entre os trabalhos ditos convencionais<sup>15</sup>, de encomenda ou concursamento, desenvolvidos pelo Ateliernob e os de ordem social, principalmente desenvolvidos pela Tralhar com os 99% e sobre os quais nos debruçamos nesta dissertação. Sendo a cooperativa um braço do Ateliernob, é necessária uma grande gestão interna entre a prática da arquitetura e outras áreas do saber incluídas nos processos.

A génese da cooperativa assenta ainda noutra eixo de ação que se prende com a vontade de ter uma participação política, estando presente nos territórios, liderando movimentos da população, fazendo parte de comissões de estudo ou participando mesmo em processos de decisão, como por exemplo na construção da Lei de Bases da Habitação.

“Arquitetura democrática é as pessoas sentirem que contam. As pessoas habituaram-se demasiado a não contar... desabilitaram-se de reivindicar e de ter uma palavra. As estratégias que temos vindo a tomar são sempre tendo em conta esse fim, de que as pessoas contam.” (Sevilha, 2017)

Trabalhar com os 99% procura colocar as pessoas no centro da discussão, com uma metodologia de trabalho onde as pessoas contam, desenvolvendo projetos que, inevitavelmente, vão para além da arquitetura. Para tal, procuram o envolvimento com as comunidades em processos nos quais se procuram libertar dos constrangimentos típicos de financiamento, candidatando-se a financiamentos de diferente escala e natureza – municipal, nacional ou europeia, pública ou privada – que lhes permitem intervir onde, de outra maneira, não haveria acesso aos seus serviços (Pereira S. , 2018).



04 | KIDSMOB



05 | Ateliernob nos Incêndios de Pedrogão Grande



06 | Exposição Novo Mundo em parceria com o MUDE



07 | Exposição Tanto Mar, Portugueses fora de Portugal no CCB



08 | Primeira reunião com os moradores do bairro da PRODAC



09 | Logótipo da cooperativa Tralhar com os 99%

<sup>15</sup> Que seguem uma lógica de trabalho clássico de arquitetura.

## **Uma vez nos bairros, para sempre nos bairros**

“O que sentimos é que quando entramos num bairro, de alguma forma, já não saímos de lá.”  
(Saraiva, 2017a)

### **Terras da Costa | Cozinha Comunitária**

Na sequência da independência das colónias portuguesas, que começou em 1974, e com a entrada na União Europeia (UE), em 1986, a procura de trabalho foi a razão principal para a imigração em Portugal. Tal como os migrantes portugueses do interior do país, também os imigrantes africanos não encontravam uma resposta de alojamento em Lisboa, devido à falta de recursos económicos e de políticas de habitação (Pestana Lages J. , 2017). Desde há cerca de 30 anos, e em resultado destes fluxos migratórios, que uns terrenos descampados à entrada da Costa da Caparica, pertencentes à área de Reserva Agrícola Nacional (RAN) e de Reserva Ecológica Nacional (REN) (figura 10), são o local encontrado por uma comunidade crescente – devido à falta de intervenção das entidades locais e nacionais –, contando em 2010 com cerca de 500 pessoas. Terras da Costa é um bairro de génese ilegal, composto na sua maioria por um grupo de origem cabo-verdiana e outro de etnia cigana, onde as pessoas vivem em condições precárias, “se sentem esquecidas e a intervenção pública mais determinante são as frequentes e severas ações policiais” (Warehouse, 2014). Uma parte significativa da população são crianças – cerca de 100 – que até aos 5 anos não tinham acesso à pré-escolaridade e, portanto, passavam o dia no bairro, sem espaços para brincar. A inexistência de um espaço público estruturante da vida em comunidade revelou ser o problema vital e de resolução urgente.

O conjunto habitacional é de construção precária e impossível de legalizar, sem infraestruturas básicas – energia elétrica e água potável – e, conseqüentemente, sem saneamento público (figura 11). A eletricidade chegava ao bairro através de puxadas ilegais, não conseguindo chegar às casas mais distantes. Quando a boca de incêndio que servia de abastecimento à comunidade, localizada apenas a umas dezenas de metros do bairro, foi retirada a pedido de moradores da Costa da Caparica, a fonte pública passou a ser o ponto de água mais próximo, a 1 km de distância, à qual tinham de se deslocar com bidões em carrinhos de mão para transportar a água.

Em 2012, o Departamento de Arquitetura (DA) e o Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território (CEACT) da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), organizaram um workshop intitulado “Noutra Costa”, onde se procurava atender a este território e aos seus moradores. O workshop direcionado a estudantes de arquitetura contou com o Ateliernob como um dos ateliers convidados.

Euclides Fernandes, morador do bairro e mediador do programa Fronteiras Urbanas, foi também mediador e júri do workshop, e no seguimento deste, procurou o Ateliernob, no sentido de tentar solucionar o grave problema da falta de água canalizada (Pestana Lages J. , 2017). Consciente de que esta questão extravasava o âmbito da arquitetura, o atelier disponibilizou a sua ajuda,

partindo da aspiração de uma das mais antigas moradoras do bairro, a Dona Vitória, de ter uma cozinha comunitária. A comunidade aprovou em assembleia esta proposta, acreditando com a sua construção conseguiriam não só água no bairro, mas também melhores condições de vida (Pestana Lages J. , 2017). A equipa pretendia também enquadrá-la num processo de diálogo com as entidades e instituições locais – algo praticamente inexistente naquele território – para uma melhoria das condições de habitabilidade da comunidade.

Esta proposta dependia sobretudo de uma decisão política, dado que o bairro se localiza numa área RAN e REN. Também era necessário conseguir autorização junto da Câmara Municipal de Almada (CMA), e ainda financiamento para a sua construção. Apesar do projeto apenas ter recebido uma Menção Honrosa do programa de bolsas da Trienal de Arquitetura de Lisboa – *Crisis Buster* – acabou por receber o devido reconhecimento e financiamento por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, presente no júri, ao abrigo do Programa de Desenvolvimento Humano, “dado o carácter de urgência da proposta” (Pestana Lages J. , 2017, p. 225).

Desta forma, a estratégia ancorou-se na mediação entre os vários atores, procurando aproximar entidades públicas e cidadãos, fortalecendo a identidade do bairro. A cozinha comunitária era o pretexto para conseguir água potável e criar um espaço de encontro multifuncional e intergeracional para a comunidade, partilhado e gerido por todos (Warehouse, 2014). O processo foi marcado pela participação dos moradores em assembleias para a tomada de decisões, desde a qualidade espacial e funcional do projeto, à sua construção, gestão e manutenção futura. Estas foram acompanhadas por diversas atividades, promovendo a participação de homens e mulheres de todas as faixas etárias e a aproximação entre moradores (figura 12).

Em conjunto com os moradores das Terras da Costa, deliberou-se a melhor implantação para a construção da cozinha comunitária (figura 13). Como remate do bairro, preencheu um local onde já teria existido outra construção – ocupando um território de alguma hostilidade com quem chegava de fora do bairro (Ateliernob, Warehouse, Catarino, 2017). O facto de a cozinha ser parcialmente fechada<sup>16</sup> também foi uma decisão tomada em conjunto com os moradores. À existência de um ponto de água, somaram-se outros espaços relacionados com a lavagem e a secagem da roupa, e ainda um grande espaço aberto para refeições e convívio. Os materiais e as técnicas de construção acessíveis permitiram a participação de todos.

A cozinha foi construída com madeira doada pelo coletivo EXYZT, resultante do desmantelamento da Casa do Vapor, na Trafaria, em agosto de 2013, reduzindo o custo e a pegada ecológica da obra. O primeiro módulo foi construído em março de 2014, em parceria com o Colectivo Warehouse (figura 14), sem qualquer apoio financeiro, mas a par com muitas atividades para angariação de fundos e parceiros. Este primeiro passo gerou grande entusiasmo entre os moradores, que desde logo se apropriaram da estrutura para eventos e atividades do seu dia-a-dia, tornando-a no ponto nevrálgico do bairro (Ateliernob, Warehouse, Catarino, 2017). Os outros módulos foram construídos em agosto de 2014, com o apoio fundamental da

---

<sup>16</sup> Aspeto que é nos dias de hoje tema de algum conflito entre moradores, uma vez que a posse da chave representa algum tipo de vantagem sobre outros.

comunidade e de uma equipa de voluntários internacionais, já com o financiamento da fundação (figura 15).

A construção da infraestrutura de abastecimento de água e saneamento demorou mais alguns meses. Aquando o seu término, foi estimado um consumo médio por família e criado um conjunto de regras informais entre moradores, que contribuísem para uma cultura contra o desperdício de água, que se mantém até hoje.

A inauguração da cozinha comunitária aconteceu em dezembro de 2014, em ambiente de festa.

No ano de 2016 o projeto da cozinha ganhou reconhecimento internacional (e depois disso a nível nacional), com o prémio *Archdaily* de Edifício do ano de 2016, na categoria de Arquitetura Pública, dando visibilidade ao problema desta comunidade – sem condições básicas, mas tão perto de milhares de veraneantes.

Da mesma forma que o processo da Cozinha Comunitária não se iniciou apenas com a sua construção, também não ficou por aí. Assim o trabalho da equipa técnica, e interdisciplinar, prossegue até aos dias de hoje nas Terras da Costa, acompanhando um processo de eletricidade e outro de realojamento, entretanto interrompido.

O tema da eletricidade surgiu, em 2015, quando a Energias de Portugal (EDP) cortou a eletricidade no bairro, sem qualquer aviso prévio. A CMA começou por disponibilizar um gerador de urgência, do qual os moradores fizeram puxadas para conseguirem que chegasse a todas as casas. Em contacto com a EDP, a equipa presente no terreno – Ana Catarino, Joana Braga (1981) e Joana Pestana Lajes (1979) – tentou perceber como resolver a situação, e a única solução encontrada passava por um contrato coletivo. Este era considerado como um contrato de obra mesmo que as mais de 50 famílias, representadas pela Associação de Moradores, cumprissem todas os requisitos para poderem usufruir de uma tarifa social. Sendo um contrato coletivo e único, apenas gerava uma fatura global, que tinha de ser repartida por todos e paga em conjunto. Este aspeto revela uma interdependência entre moradores e uma dependência da equipa técnica, que ainda hoje faz a leitura mensal dos contadores e os cálculos individuais. Também foi necessário que a associação de moradores se formasse rapidamente, para a concretização do contrato de eletricidade. Contudo, a CMA suportou parte dos custos da obra-do poste de eletricidade até ao contador geral – no entanto, deste até cada uma das casas, foi suportado pelos moradores. Durante todo o processo, entre o corte de eletricidade e o contrato de EDP começar a funcionar (cerca de 22 meses), a comunidade esteve dependente de um gerador (figura 16).

Em reuniões na Comissão de Habitação para a discussão sobre a Lei de Bases da Habitação, no verão de 2017, o Ateliermob colocou as Terras da Costa como tema, chamando a atenção para os vários bairros que passavam por situações semelhantes. Numa visita ao bairro, a comissão acabou por se comprometer em permitir os contratos individuais de luz, garantindo

condições de habitabilidade aos moradores, até serem realojados, reconhecendo a situação como temporária. No entanto as reuniões entre o Ateliermob, o Colectivo Warehouse, a paróquia, a Santa Casa da Misericórdia, a associação de moradores e a CMA, em 2018 e 2019, foram sempre inconclusivas, e a CMA não avançou com os procedimentos necessários, criando grandes dificuldades para os moradores<sup>17</sup>. Esta situação chega a ser violenta para a comunidade, por um lado, passa a estar 'legal', mas por outro existe uma co dependência entre todos.

Paralelamente ao processo de eletrificação, foi assumido um compromisso político de um processo de realojamento participado que incluía os dois núcleos do bairro. Em novembro de 2015, a CMA decidiu proceder ao realojamento do núcleo junto à Rua do Juncal, no entanto, só em março de 2016<sup>18</sup> é que os cerca de 200 moradores foram realojados em habitações sociais, propriedade do município – incluídos ainda no Programa Especial de Realojamento (PER) –, com a promessa de regressarem ao bairro para o futuro processo de realojamento conjunto. As 34 casas desocupadas foram demolidas (figura 17).

Também em 2016, com um segundo financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian, a equipa do Ateliermob e do Colectivo Warehouse voltaram ao terreno para redigir as premissas do processo de realojamento. Este trabalho começou com o levantamento das casas e um inquérito aos moradores, seguindo-se vários mapeamentos coletivos (discutindo a escala do bairro e da cidade) e uma assembleia com os moradores para discutir possíveis localizações do novo bairro (Ateliermob, Warehouse, Catarino, 2017). O processo tinha como objetivo criar as bases para um processo político com a Câmara, mas com a mudança de Executivo, em resultado do processo eleitoral, resultou apenas a produção do livro *Terras da Costa* (2017) (figura 18).

No momento da redação desta dissertação, a associação de moradores encontra-se inativa (não havendo quem assuma responsabilidades) e o processo de realojamento está em suspenso, mas “a procura por uma solução, e por incentivar as pessoas a acreditarem que têm uma voz, continua” (Catarino, 2020). O novo Executivo da Câmara apresentou uma Estratégia Local de Habitação (ELH), na qual se refere genericamente a ‘núcleos degradados’, sem apresentar uma solução para as Terras da Costa. A Lei de Bases da Habitação e o 1º Direito referem que os moradores têm de ser tidos em conta no desenho da estratégia, o que não se verifica até à data. Ainda assim, a Cozinha Comunitária é uma parte importante de todo o processo, um elemento arquitetónico que foi construído com o propósito de trazer água à comunidade. Tendo cumprido o seu objetivo, a verdade é que a “Cozinha Comunitária foi apenas o começo de um longo trabalho que só deverá ser considerado como bem-sucedido no dia em que todas as pessoas do

---

<sup>17</sup> Como por exemplo a impossibilidade de usufruir de uma tarifa social e de deduzir a fatura no IRS por falta de um contrato individual

<sup>18</sup> Os moradores ficaram cinco meses com todos os seus pertences embalados aguardando uma mudança prometida em um mês.

bairro vivam numa casa com as condições de habitabilidade que queremos para todos nós” (Ateliernob, Cozinha Comunitária das Terras da Costa - Ateliernob + Projecto Warehouse, 2020b).



10 | Bairro das Terras da Costa na Costa da Caparica



11 | Condições das construções precárias das Terras da Costa



12 | Atividades com a comunidade



13 | Localização da cozinha no bairro



14 | Construção do primeiro módulo da cozinha comunitária



15 | Construção do segundo módulo da cozinha comunitária



16 | Gerador que suportou a comunidade



17 | Demolição do núcleo junto à Rua do Juncal



18 | Livro financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian

## PRODAC Norte e PRODAC Sul

Em consequência do forte êxodo rural e da incapacidade de resposta por parte das entidades governamentais, o aumento populacional repentino na cidade de Lisboa, gerou graves problemas de oferta e acesso à habitação. Com o intuito de atender e promover habitação digna para todos, formou-se a Associação de Produtividade de Autoconstrução (PRODAC).

Nos anos 70, a CML convidou a PRODAC a desenvolver o processo de realojamento do Bairro Chinês (figura 19), um dos maiores bairros de habitação autoconstruídos, que vinham a crescer de forma ilegal em voltas das indústrias nos arredores de Lisboa. O objetivo da associação foi construir um bairro provisório, que acolhesse aquelas pessoas, permitindo assim a demolição das barracas, para, mais tarde, as realojar definitivamente num bairro de habitação social (a construir pela CML). Assim, CML adquiriu então uns terrenos próximos do Bairro Chinês, para que as pessoas pudessem manter o seu quotidiano, assumiu a construção de todas as infraestruturas e equipamentos e cedeu os terrenos à associação da PRODAC para a construção

do novo bairro. A construção das habitações estava planeada em três fases<sup>19</sup> (figura 20), porém, apenas se concretizaram as duas primeiras, devido às divergências políticas e ao espírito revolucionário que vinha a florescer.

O carácter temporário com que o bairro foi planeado, e o princípio da autoconstrução inerente à PRODAC, determinaram o método de construção de execução rápida com custos controlados, assente na pré-fabricação e com recurso à autoconstrução. As habitações foram construídas com base numa estrutura pré-fabricada, de painéis autoportantes de cimento, e instalada por uma construtora, já os acabamentos e as instalações ficaram a cargo dos moradores, acompanhados por ações de formação, promovendo a participação e envolvimento social. Foram desenhadas habitações de diferentes tipologias – T1, T2, T3 e T4 –, cada qual com uma planta tipo, de acordo com a dimensão do agregado familiar.

Após o realojamento da comunidade no novo bairro, o das barracas foi totalmente demolido.

A associação da PRODAC extinguiu-se<sup>20</sup> em 1983, ficando a propriedade dos fogos e a gestão do bairro entregues à CML. Durante 40 anos (figura 21), os moradores nunca conseguiram a titularidade das suas casas, uma vez que o bairro se encontrava num estado de indefinição, por o Plano Diretor Municipal (PDM) prever a sua demolição devido à condição transitória com que foi construído.

No entanto, em 2011, vislumbrou-se o fim deste impasse com a atribuição das “certidões de escritura que lhes garantem a propriedade dos terrenos e, conseqüentemente, das habitações” (Câmara Municipal de Lisboa, 2011) (figura 22), sendo necessário, para completar o procedimento, realizar o processo de licenciamento de cada casa.

Nessa altura, a comunidade precisava de ajuda especializada para proceder aos processos de licenciamento, e a CML criou um elo de ligação com o Ateliernob, que, naquele momento, pretendia criar um gabinete técnico de apoio local, para assessorar quem não recorria a serviços de arquitetura, por dificuldades financeiras ou por desconhecimento. A parceria formada entre os moradores, Associação de Moradores da PRODAC Norte, Associação de Moradores do Vale do Fundão (PRODAC Sul), e o Ateliernob, desencadeou uma série de intervenções que permitiram a regularização das habitações e a requalificação de vários espaços públicos dos bairros. Esse processo procurou ajuda em diversos financiamentos públicos, nomeadamente no programa municipal Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária<sup>21</sup> (BIP/ZIP), para desenvolver ações que envolvessem toda a comunidade, e que estimulassem a participação consciente e ativa dos cidadãos para a organização coletiva e a defesa de interesses comuns.

---

<sup>19</sup> As duas primeiras fases decorreram em menos de 2 anos. As obras iniciaram-se em outubro de 1971, com a construção de 80 fogos e a sua conclusão coincidiu com o arranque da segunda fase, em fevereiro de 1972, quando se construíram 510 fogos. A terceira fase previa a construção de mais 689 fogos.

<sup>20</sup>No entanto o seu nome ficou sempre associado ao bairro.

<sup>21</sup> O Programa BIP/ZIP foi criado em 2011 pela autarquia da CML como um instrumento de política pública municipal, dinamizando iniciativas e projetos locais.

O processo iniciou-se na PRODAC Norte, com uma primeira candidatura ao programa em 2012 – PRODAC Norte em movimento<sup>22</sup> – na qual se propunha “a realização dos trabalhos inerentes ao licenciamento de todas as casas” (BIP/ZIP, Programa BIPZIP Lisboa, 2012a). Após a sua aprovação, e em colaboração com a associação, organizou-se uma reunião com todos os moradores (figura 23), para a apresentação da equipa técnica e a explicação dos trabalhos a desenvolver, incentivando o envolvimento e o empoderamento cidadão. De seguida procedeu-se ao levantamento de cada fogo e aos desenhos técnicos para o processo de licenciamento<sup>23</sup>. Em 2013 foram entregues 72 processos de licenciamento, com o objetivo de, mediante aprovação da CML, serem emitidas as respetivas licenças de utilização.

O espaço público do bairro, apesar de mantido pelos moradores revelava problemas de segurança e de salubridade, que se vinham agravando e que urgiam melhoramentos. Numa assembleia de moradores, motivados pelo sucesso do processo de regularização, demonstraram interesse em dar continuidade ao processo e proceder a uma nova candidatura BIP/ZIP. Embora sabendo que não seria possível a execução de todas, foram identificadas e discriminadas na candidatura – Fora de Portas (BIP/ZIP, 2013) – as áreas a intervir. Como tal, após a aprovação do programa, todos os projetos de melhoria foram orçamentados e apresentados aos moradores, para uma votação segundo critérios de prioridade (segurança e acessibilidades), urgência de execução e verba disponível (figura 24). No topo desta lista ficaram os espaços entre casas – muros de suporte, rampas, escadas, corrimões – onde foram executados os primeiros trabalhos (figura 25).

Esta candidatura conquistou o 1º lugar do programa BIP/ZIP e definiu três objetivos que serviram de guia a todas as intervenções de requalificação do espaço público dos bairros que se seguiram (Norte e Sul). Em primeiro procurava-se resolver os problemas enumerados pelos próprios moradores, de reabilitação e manutenção de muros, escadas, rampas, pavimentos, espaços verdes, mobiliário urbano, e a criação de espaços de encontro comunitário. Também se pretendia consolidar a dinâmica participativa iniciada em 2012, estimulando o envolvimento e empoderamento dos moradores, com a sua participação no espaço de discussão e decisão dos projetos a realizar, e na execução dos mesmos. Por último, mas não menos importante, foi a criação de bolsas de trabalho para os moradores do bairro, que com alguma experiência profissional na construção podiam executar as obras necessárias, e ainda, receber formação por parte de técnicos das empresas parceiras do projeto. Este último objetivo foi um contributo financeiro importante para as famílias com uma situação social e económica precária, e fundamental para a apropriação e manutenção dos espaços, uma vez que a população participou na sua construção (figura 26 e figura 27).

---

<sup>22</sup> Esta primeira fase do processo foi distinguida na 13ª Bienal de Arquitetura de Veneza, com o prémio *Future Cities*, como caso de estudo do ‘ainda projeto’ *Working with de 99%*, que procurava um reposicionamento na prática da arquitetura perante a situação financeira que se atravessava em Portugal.

<sup>23</sup> O atelier responsabilizou-se pela impressão de todas as cópias a entregar à CML, mais uma extra, simbolicamente entregue a cada proprietário.



Com a limitação orçamental e temporal prevista, não foi possível executar todos os trabalhos enumerados, pelo que em 2014 se elaborou uma nova candidatura BIP/ZIP – Construir Participação (BIP/ZIP, Programa BIPZIP Lisboa, 2014a) – na qual se pretendia melhorar a imagem pública do bairro (os muros exteriores que limitam o bairro e são a sua fachada principal) e construir um anfiteatro ao ar livre (espaço de encontro público desejado pela comunidade). No entanto, a candidatura não foi aprovada, e a continuidade das obras no espaço público do bairro ficou suspensa, aguardando imprescindível financiamento para a conclusão dos trabalhos. Em 2015, uma nova candidatura – O lugar para a participação (BIP/ZIP, 2015a) –, com os mesmos objetivos da anterior, retoma os trabalhos de requalificação do bairro, reabilitando os muros e construindo o anfiteatro como um prolongamento do bairro – ligando duas cotas até então desconexas (figura 28).

Até 2017 foram sendo aprovados os processos de licenciamento, acompanhados de vistorias das especialidades, e entregues as licenças de utilização aos moradores do bairro da PRODAC Norte, efetivando o seu direito à propriedade.



19 | Rua do Bairro Chinês nos anos 60



20 | Plano das três fases de construção da PRODAC



21 | Bairro da PRODAC Norte e Sul



22 | Entrega das primeiras certidões de escritura de propriedade dos terrenos



23 | Primeira reunião com os moradores da PRODAC Norte



24 | Votação dos processos de melhoria dos espaços públicos do bairro



25 | Primeiras melhorias no espaço público do bairro PRODAC Norte



26 | Participação dos moradores nas obras de melhoria do bairro PRODAC Sul



27 | Participação dos moradores nas obras de melhoria do bairro PRODAC Norte



28 | Anfiteatro PRODAC Norte

Paralelamente ao processo desenvolvido no bairro da PRODAC Norte, também a Associação de Moradores do Vale do Fundão (PRODAC Sul), em parceria com o Ateliermob, elaborou uma candidatura ao programa BIP/ZIP – o Bairro nas nossas mãos (BIP/ZIP, 2012b) –, em 2012, com o objetivo de conseguir ajuda e financiamento para a regularização das casas. A proposta era ambiciosa, visto que incluía 458 fogos do bairro, e acabou por não ser aprovada.

No entanto, continuava a ser necessário apoiar esta comunidade, pelo que se procurou apoio junto do Município, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios pelo Município de Lisboa (RAAML). Em 2013 iniciou-se um processo de regularização, segundo a mesma metodologia desenvolvida no bairro vizinho, com a duração de dois anos, abrangendo 452 fogos.

“Num momento em que os moradores começam a acreditar que o problema das licenças será resolvido, importa reforçar as dinâmicas participativas e de envolvimento coletivo, iniciando um processo de melhoria dos espaços comuns e exteriores do bairro, cujos problemas de degradação se considera urgente solucionar.” (BIP/ZIP, 2014b)

Com a experiência da PRODAC Norte recorreu-se ao mesmo processo *bottom up*. Em 2014, numa assembleia com 300 moradores, elaborou-se a lista de zonas a intervir para incluir na elaboração da candidatura ao BIP/ZIP – Espaço Comum (BIP/ZIP, 2014b). A verba disponibilizada pelo programa não possibilitava a execução de todos os trabalhos enumerados, pelo que se orçamentou e votou cada um, consoante a prioridade e a vontade dos moradores, numa nova. A proposta mais votada<sup>24</sup> foi a construção de um anfiteatro ao ar livre e jardins envolventes (figura 29). Foram novamente criadas bolsas de trabalho para os moradores participarem na execução dos trabalhos, e o “início das obras originou um momento de particular comoção manifestado por alguns moradores que sentiram o bairro sair do abandono e da invisibilidade.” (BIP/ZIP, Programa BIPZIP Lisboa, 2015b). O anfiteatro foi inaugurado em julho de 2015 em ambiente de festa (figura 30).

Mais uma vez, houve trabalhos que não chegaram a ser executados. Em consequência, em 2015 realizou-se uma nova proposta ao BIP/ZIP – Laboratório de participação (BIP/ZIP, Programa BIPZIP Lisboa, 2015b) – propondo-se uma intervenção na mobilidade e no estacionamento do bairro (trabalho requerido mais tarde pela Junta de Freguesia de Marvila), tal como a requalificação de muros e escadas no interior do bairro.

No ano seguinte, em resultado de uma nova candidatura ao mesmo programa – Laboratório de participação II (BIP/ZIP, lab participação II, 2016) – realizaram-se trabalhos referentes à renovação de mobiliário urbano, muros exteriores e acessibilidades, com o objetivo de concluir os trabalhos identificados como necessários na assembleia de moradores em 2014.

---

<sup>24</sup> “obteve 70 votos, e a menos votada 35, o que revela o interesse genuíno em cada uma das propostas” (BIP/ZIP, 2015b).

Em 2017, com o longo trabalho desenvolvido até então, elaborou-se a primeira candidatura conjunta – PRODAC Preparar o Futuro (BIP/ZIP, Programa BIPZIP Lisboa, 2017) – com o objetivo de elaborar um plano de sustentabilidade e de melhoria das condições de habitação, que pudesse servir de base para candidaturas a financiamentos de outra escala. Após a regularização das casas e as intervenções no espaço público, revelava-se urgente intervir na qualidade do edificado, ao nível da reabilitação e da sustentabilidade ambiental. No entanto, este plano não foi aprovado.

Desde então, o Ateliernob mantém contacto com os moradores, presta assessoria técnica aos processos de licenciamento em curso e continuam a ser presença assídua nos eventos da comunidade.

A dinâmica desenvolvida nos bairros da PRODAC Norte e Sul foi sendo reconhecida nacional e internacionalmente, sendo incluída em diversos eventos, nomeadamente no *Open House*, organizado pela Trienal de Lisboa (figura 31).

Neste momento o processo de regularização das habitações do bairro da PRODAC Sul continua pendente e os projetos de licenciamento entregues e aprovados pela CML aguardam as licenças de utilização desde 2017.

Em 2019, elaborou-se uma candidatura a um fundo europeu – *Urban Innovative Actions* (UIA) – que pretendia apoiar pequenos proprietários a reabilitar as suas habitações, na condição de manter os moradores, evitando qualquer tipo de especulação. Pela exigência de ser uma entidade pública a concorrer, a proposta foi feita por intermédio da CML, e inclui quatro case studies onde o Ateliernob tem vindo a prestar assessoria técnica – PRODAC Norte, PRODAC Sul, Quinta do Ferro e Bairro São João de Brito. No caso do bairro da PRODAC (Norte e Sul) o objetivo é “dar o salto” (Sevilha, 2017) e intervir em questões ambientais, como a instalação de painéis solares em todas as casas, e em questões térmicas, refazendo coberturas e isolando as paredes de fachada (sistema ETICS), numa perspetiva de “melhoria da sustentabilidade, da estratégia ambiental e da autossuficiência” (Sevilha, 2017).



29 | Anfiteatro PRODAC Sul



30 | Festa de inauguração do anfiteatro na PRODAC Sul



31 | Open House Lisboa no bairro da PRODAC

## Rua de Marvila | Palácio Marquês de Abrantes

Com o trabalho que estava a desenvolver no território de Marvila, mais propriamente nos bairros da PRODAC, a equipa do Ateliermob foi conhecendo a realidade daquela zona da cidade onde ainda se encontram vestígios de uma Lisboa operária do séc. XX. O Plano Diretor Municipal (PDM) aprovado em 2010 – que previa para Marvila a construção de novas áreas habitacionais para a classe média, de um grande hospital central de Lisboa e de uma terceira ponte de travessia sobre o Tejo – não se chegou a concretizar, restando um troço de cidade expectante e a esperança da população por um futuro adiado.

A zona da Rua de Marvila (figura 32), localizada num triângulo de cidade isolado entre duas linhas de comboio – a Este da rua, a que segue para Sta. Apolónia e que limita a zona ribeirinha, e a Oeste, a que segue para o Areeiro, próxima de zonas de habitação social – é circundada por terrenos baldios e edificado em ruínas, e como tal a população residente, isolada do resto do território, envelhece esquecida.

O ímpeto do atelier em trabalhar com este território, num cenário suspenso, prendeu-se com o receio de que a oportunidade para a especulação imobiliária, alheia aos interesses das pessoas, destruísse a comunidade. Por isso, desenvolveu-se um plano anti gentrificação<sup>25</sup>, assente num processo participado a fim de recolher as aspirações e as necessidades da população, de modo a fomentar o sentido de comunidade e a consciencialização e valorização do seu património material e imaterial

Em 2014, com o projeto financiado pelo BIP/ZIP – Desenhar Redes – o atelier procurou sensibilizar a população para as problemáticas do território e capacitar os moradores para aumentar a sua resiliência e participação ativa na tomada de decisões sobre o seu futuro (BIP/ZIP, Desenhar Redes, ref. 070, 2014c).

Para tal era necessário consolidar a população, numa associação de moradores, fortalecendo a coesão social, de forma a intensificar o seu envolvimento na resolução de problemas e as suas reivindicações para resistir no território. No entanto, a comunidade, tão isolada e dispersa, não conseguiu até ao momento formar a associação, ficando sempre os moradores unidos num registo informal.

Durante o habitual processo de diagnóstico levado a cabo pela equipa foram identificados com a população uma série de problemas e oportunidades, nomeadamente a falta de espaços e equipamentos de uso público. Sendo o mais imediato de resolver a falta de um espaço para a mobilização e encontro da comunidade, inclusivo, principalmente do ponto de vista geracional, para englobar distintas faixas etárias de forma a ultrapassar o isolamento social e a fortalecer o tecido humano do bairro.

---

<sup>25</sup> O plano pretendia contrariar a lógica de gentrificação que se baseia no abandono dos territórios, até à sua degradação (ruínas) e isolamento/expulsão da população, para que assim diminua o seu valor de mercado, sendo mais fácil a sua compra em massa e por fim fazer tábua rasa do território e construir tudo novo.

De entre as várias opções, elegeram construir um parque intergeracional num lote vazio da CML (figura 33), entre a Rua de Marvila e uma das linhas de comboio, em parceria com o coletivo Warehouse, e com o apoio de alunos de arquitetura da Universidade Lusófona de Lisboa (figura 34). O parque é constituído por uma zona de anfiteatro, acompanhado de uma rampa até à parte mais baixa, onde foi instalado o parque infantil e construída uma laje para a posterior colocação de equipamentos de exercício, bem como mesas e cadeiras, por parte da Junta de Freguesia de Marvila – o que nunca se verificou (figura 35).

Do diagnóstico resultou ainda a produção de cartazes que sintetizavam as problemáticas e oportunidades do território, identificadas com a comunidade, como o Mirante da Quinta do Marquês de Marialva, edifícios embargados, o autocarro 739, o Palácio Marquês de Abrantes, entre outros (figura 36). A sua afixação pelo bairro, procurou sensibilizar a população para os seus problemas, e, de forma simbólica, fechou o momento de diagnóstico. No entanto, abriu também outras portas e transformou-se no mote para uma nova candidatura ao programa BIP/ZIP – Construir Redes (BIP/ZIP, 2015c) – direcionada à reabilitação, reativação e revitalização de espaços expectantes identificados, capazes de uma transformação social, dando continuidade ao trabalho de combate ao isolamento e à gentrificação.

De todos os espaços, escolheram o Palácio Marquês de Abrantes (figura 37), não só pela importância na memória e no sentido de coletivo da comunidade, mas também pelo que a sua apropriação significaria a nível da sustentabilidade e da contestação do projeto. Em primeiro lugar, o palácio tinha sido já ‘casa de muita gente’ (albergando em tempos cerca de 200 pessoas) e um centro desta comunidade; em segundo, fazia mais sentido ocupar um lugar já construído do que erguer um novo; por último, a sua ocupação representava o contrariar da lógica de gentrificação, uma vez que ocupava um edifício em ruínas, dando-lhe conteúdo. O facto de o devolver às pessoas, e estas poderem voltar a usufruir dele como um espaço de encontro e debate sobre o futuro, revitaliza tanto o palácio, como o território envolvente.

Para tal montou-se um gabinete de apoio local – atelier de arquitetura aberto à comunidade – durante 3 meses, na zona central do palácio, em melhores condições. Para além da avaliação do estado físico do edificado, durante o processo camarário, evitou-se que este entrasse na lista para venda em hasta pública, travando a especulação e gentrificação do território. As obras de requalificação da parte do palácio a ocupar, fizeram descobrir que este tinha sido construído em cima de uma ruína pré-terramoto – até então escondida pelo pavimento de madeira deteriorada –, deixada a descoberto durante a sua ocupação (figura 38).

Enquanto o gabinete esteve instalado, ouviram-se as histórias de vida das pessoas e do palácio, conquistando a confiança da comunidade, e promovendo não só um ensaio de ocupação, mas também um processo de discussão sobre o destino do edifício e o seu uso público.

No entanto os interregnos inerentes a estes processos com a comunidade e dependentes de financiamentos públicos, em que as equipas podem passar algum tempo afastadas dos territórios, e, neste caso, também o isolamento da comunidade, dificultam a sua mobilização. Várias foram as tentativas e os métodos utilizados para atrair pessoas, como as mesas redondas

e os debates, até às sessões de cinema (figura 39). Esta última iniciativa teve uma adesão imediata, principalmente pela população mais idosa, pela falta de acesso a espaços culturais. Após as primeiras sessões houve a necessidade de alterar o horário das projeções para conseguir uma igual participação por homens e mulheres<sup>26</sup>.

Em 2017, como culminar de dois anos de trabalho na Rua de Marvila e, explorando outros usos para o Palácio Marquês de Abrantes, resultou a exposição *Entre Linhas*, organizada pela Hangar, onde se expuseram as experiências e histórias da comunidade segundo a interpretação de cinco artistas (figura 40). Assim, procurava-se valorizar também o património imaterial deste território, com especial enfoque na população operária da zona oriental da cidade, através do registo das suas memórias, que foram sendo ignoradas ou esquecidas, correndo o risco de se perderem no tempo.

A ocupação do palácio e o debate alargado de ideias constituíram a base de um estudo prévio para a sua reabilitação e ocupação, entregue à CML, proprietária do edifício. Com a intenção de devolver o palácio à comunidade como um regenerador de renovação urbana, e operando com a Sociedade 3 de Agosto, procuraram desenvolver um programa e um projeto de carácter público e uso comunitário, gerido por todos.

O projeto previa a requalificação da zona principal do palácio para uma lógica de habitação temporária que poderia servir tanto população refugiada como moradores do bairro. Havia interesse em manter uma vida de bairro, e com a crise de refugiados na Europa, procurou-se desenhar uma estratégia para a inclusão destes no território, podendo reabrir uma série de comércios fechados recentemente, desde que acompanhados de um plano de habitação. Também sabendo que existem naquele território muitas casas com condições precárias – que a população não abandona para a realização de obras, algumas delas até disponibilizadas pelos senhorios, com medo de não conseguirem regressar – o palácio passaria a funcionar como um abrigo durante as obras de requalificação. A proposta incluía uma série de núcleos familiares, quartos isolados e cozinhas comunitárias, e contemplava ainda espaços para diversas ocupações e atividades de âmbito cultural, criando diferentes dinâmicas com o cruzamento de usos.

O início do processo foi desafiante, poucos acreditam na mudança, no entanto, no fim da ocupação do palácio e com a entrega do estudo prévio, a população questionou a equipa: “Então o atelier vai embora? E o que fica aqui? E agora?”

Seguiram-se dois anos de silêncio por parte da autarquia e um “calvário” burocrático para avançar com o estudo prévio entregue. No verão de 2019 o Ateliermob expôs o caso em assembleia municipal, denunciando a situação de impasse, durante a qual o palácio continuou devoluto e a deteriorar-se, com cerca de 2000m<sup>2</sup> disponíveis para habitação, cultura e outras valências sociais.

---

<sup>26</sup> Parte da assembleia – as mulheres – abandonava a sessão antes do final do filme, devido ao aproximar da hora de jantar, que elas tinham de preparar.



Em setembro do mesmo ano, o então Presidente da CML, Fernando Medina (1973), após visitar o palácio, junto com os moradores, a Sociedade 3 de Agosto, e a equipa do Ateliermob, defendeu a necessidade de avançar o mais rapidamente possível com o projeto, aproveitando as oportunidades já criadas com a mobilização e o envolvimento da comunidade. No entanto as circunstâncias e as necessidades do município referentes à habitação e aos refugiados, não eram as mesmas de quando o estúdio prévio foi entregue na CML. Como tal, o projeto foi alargado a todo o palácio (incluindo o edifício lateral onde está sediada a Sociedade 3 de Agosto) e destinado a habitação de renda acessível, podendo esta alojar quem tivesse necessidade, desde refugiados, a vítimas de violência doméstica, a moradores, entre outros.

Desse encontro resultaram então dois contratos: um referente a um novo gabinete de apoio local e outro referente à dinamização comunitária. O primeiro prendeu-se com a necessidade de não deixar morrer o movimento cidadão, estimulado pela ocupação do palácio, durante o desenvolvimento do projeto de requalificação total do edifício, instalando de novo a equipa em alguns dos espaços do palácio. O outro, assinado no início do estado de emergência, não se tornou exequível, porque não se puderam desenvolver quaisquer atividades com a comunidade.

Após o confinamento em consequência da COVID-19, a equipa regressou ao palácio para retomar os trabalhos, nomeadamente as sessões de cinema, que a comunidade tanto reclamava. No entanto, quando se começavam a sentir as melhorias de a equipa voltar a estar no terreno e se reativavam as relações com a comunidade, a segunda vaga obrigou todos ao regresso a casa.

Neste momento, os dois contratos anteriores já terminaram e o Ateliermob aguarda a sua contratação para o desenvolvimento do projeto de requalificação integral do Palácio Marquês de Abrantes.



32 | Rua de Marvila



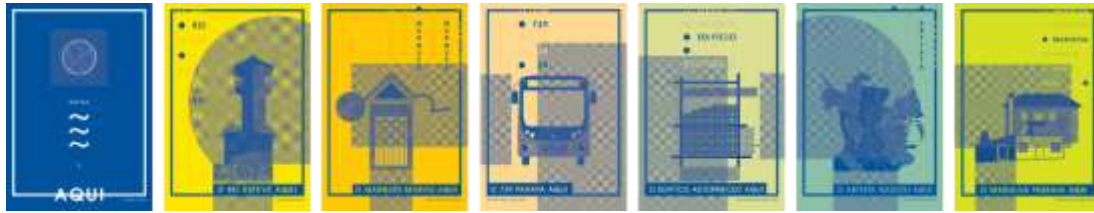
33 | Lote vazio da CML



34 | Construção do parque intergeracional de Marvila



35 | Parque intergeracional de Marvila



36 | Cartazes



37 | Palácio Marquês de Abrantes em Marvila



38 | Gabinete de apoio técnico local



39 | Sessões de cinema e debate com a comunidade



40 | Exposição Entre Linhas

## Que Praça queremos? | Praça de Todas as Nações<sup>27</sup>

Em 2018, num momento em que Lisboa estava em pleno processo de rápida transformação, por pressão do turismo e da especulação imobiliária, em que a Assembleia da República discutia a Lei de Rendas e os despejos por cessão de contratos – cada vez mais acelerados e difíceis de contrariar – ganhavam atenção política e mediática, a Cooperativa Trabalhar com os 99%, em parceria com o Largo de Residências, e ao abrigo do programa BIP/ZIP, formou a Frente Técnica Anti Despejo: ampla equipa de técnicos – arquitetos, urbanistas, antropólogos, advogados, artistas – que pretendia “promover a dinamização comunitária e a cidadania” (BIP/ZIP, Frente Técnica Anti-Despejo, 2018).

<sup>27</sup> Que praça queremos? foi o título dado pela Frente Técnica Anti Despejo às assembleias com os moradores na Escola Sampaio Garrido sobre a Praça de Todas as Nações – nova designação para a Praça de Todas as Nações – também proposta da equipa.



“A partir do território dos Anjos propomo-nos criar redes e levantar trincheiras de resistência, para quem quer continuar a viver e trabalhar na cidade. Urge conquistar vitórias que possam oferecer um caminho oposto ao esvaziamento da cidade por parte dos seus habitantes.” (Largo Residências, 2019)

A ideia de criar esta ‘frente técnica’ assentava na certeza de que o despejo de uma habitação não representava apenas a perda de pessoas e de casas, mas também a perda em relação ao bairro e à comunidade. Como tal, foi constituída tendo como propósito montar um gabinete técnico de apoio jurídico e elaborar um manual, que apoiasse a comunidade na resolução e na construção legal de respostas a situações concretas de despejo da sua habitação. Procurava também reforçar os laços comunitários e a promoção de redes de vizinhança, desenvolvendo ações que fomentassem a coesão de todos os que habitam o território, com base num processo participado, capacitando a comunidade para a tomada de decisões coletivas quanto ao espaço público. Uma forma de aproximar todos os que habitam o território pode passar por implicá-los na discussão do espaço público, com base no desenho de diferentes formas de discussão, decisão, resistência e empoderamento cidadão, fomentando movimentos auto-organizados na comunidade.

Pretendia-se criar uma base de resistência local a estes processos, rejeitando a lógica de que em lugar de se tratar de casos isolados, eram de verdade uma questão do coletivo que habita e constrói o território. Com o acompanhamento das ações de despejo, a equipa pretendia não só promover a união da comunidade para a tomada de decisões coletivas, mas também recolher dados que baseassem a construção de um manual anti despejo.

Todos os casos que chegaram até à equipa, apesar de imorais, estavam perfeitamente enquadrados do ponto de vista legal, não havendo contestação legal possível. No entanto, a elaboração deste manual compilou uma série de pistas metodológicas que podiam ser aplicadas à resolução de casos semelhantes, combatendo o desconhecimento e o medo fomentados nos inquilinos. Pretendeu também revelar as reflexões do estudo urbanístico elaborado durante um ano de trabalho, entre a equipa técnica, os moradores e trabalhadores no território, sobre as transformações que os despejos provocaram nas suas vidas e as condições do edificado. O Manual Anti Despejos<sup>28</sup> é composto por fichas técnicas com explicações legais, de como se pode responder em determinadas circunstâncias, quais são ou não os seus direitos, e por uma série fotografias que mapeiam e registam as transformações que ocorreram no bairro (figura 41). Foi ainda elaborado um panfleto<sup>29</sup> síntese (figura 42), com a informação condensada que completava o manual, e distribuído pelo comércio local e pelo Largo do Intendente.

É de sublinhar a importância do manual que permanece, após o fim processo no território, para esclarecimento e ajuda de toda a população em situações de despejo.

---

<sup>28</sup> A consultar em: <https://www.ateliernob.com/post/manual-anti-despejo>

<sup>29</sup> A consultar em: <https://www.ateliernob.com/post/manual-anti-despejo>



41 | Manual Anti Despejo



42 | Panfleto Anti Despejo

Durante o processo a equipa diagnosticou uma zona no bairro dos Anjos que urgia de um debate profundo, uma vez que já vinha a ser alvo de vários projetos de intervenção, sobrepostos até, mas que nunca chegaram a ser concluídos – a Praça das Novas Nações (figura 43).

A Praça das Novas Nações encontrava-se há vários anos numa situação indefinida.

Localiza-se no limite do território definido pelo programa BIP/ZIP, no entanto é um dos pontos nevrálgicos do bairro e a população dos Anjos usa-a com bastante frequência, nomeadamente as crianças que frequentam a escola Sampaio Garrido.

A praça surgiu como Praça das Colónias, em 1933, e um mês depois passou a designar-se Praça do Ultramar. Ainda assim, em 1975, com o fim da guerra colonial e a descolonização, a toponímia de Lisboa espelhou a nova realidade, e mudou de nome para Praça das Novas Nações – no culminar das ruas de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor, homenageando assim cinco novas nações que se constituíram após o 25 de abril. Apesar de ter tido várias denominações, nunca deixou de ter a configuração de uma rotunda com diferentes usos.

A relação de proximidade que se estabelece através da rua de Cabo Verde (entre a entrada da escola e a praça) é marcada por inquietações relativas ao trânsito e à segurança, principalmente dos mais novos. A par desta questão, um projeto desenvolvido uns anos antes pela arquiteta Andreia Salavessa com alunos – O Bairro ao Espelho – levou a equipa a ponderar novamente uma parceria com a Escola Sampaio Garrido. Contudo, propuseram-se a explorar uma nova abordagem debruçada apenas sobre a praça, em vez de considerar todo o bairro como anteriormente. O desafio, estimulou a cooperação entre as equipas, e permitiu orientar o processo em duas linhas de trabalho – sessões com alunos e sessões com adultos –, ambas a decorrer na biblioteca da escola. A equipa, composta pela antropóloga Ana Catarino e a arquiteta Andreia Salavessa, organizou as sessões de modo a abordar as crianças do mesmo modo que os adultos, cativando os mais novos à iniciativa.

Para participar na iniciativa escolheram-se os alunos do quarto ano, pelo facto de serem os mais velhos e terem uma maior capacidade de se questionar, sugerir e levantar questões. Dessa forma, poderiam gerar maior discussão e debate de ideias. As sessões tinham a duração de uma hora e decorreram num tempo livre do seu horário. Apesar de as atividades serem as mesmas para as turmas envolvidas, os seus estímulos eram diferentes e levaram a dinâmicas distintas.

Na primeira sessão de trabalho com os mais novos, após a apresentação de todos, iniciou-se um diálogo informal sobre o bairro que habitam, a escola e o espaço público, até chegarem à praça em concreto. Na sessão seguinte expôs-se um grande mapa do bairro (figura 44), onde os alunos desenharam o seu percurso desde casa até à escola, bem como um mapa mental desse mesmo trajeto. Neste último podiam representar as suas memórias através de desenhos, textos, palavras, cores, símbolos, entre outros. A terceira sessão incidiu sobre a apresentação de imagens, umas históricas referentes às mudanças que foram acontecendo na praça, e outras de parques que se foram comparando, para assim perceber o que gostavam em cada um e o que gostariam de ter na praça do seu bairro. Na sessão seguinte, pretendia-se fazer uma votação entre diferentes possibilidades de uma nova praça. Porém, quando se apresentaram as hipóteses a votar, os mais novos começaram a debater entre si e a escolher o que mais gostavam em cada uma, como que construindo uma manta de retalhos, em vez de escolherem entre as diferentes propostas. Na sessão final, apresentou-se a maquete da proposta desenhada e discutiu-se o resultado do processo, para aferir a opinião dos mais novos e para explicar como a proposta resultava da tentativa de lhes responder não só a eles e às suas necessidades, mas às de todos. Com esse elemento tornou-se claro imaginar a nova praça.

As assembleias com adultos – moradores e utilizadores da praça – realizaram-se no mesmo local, facto que revelou ser uma dinâmica bastante frutífera para o processo, uma vez que se comparavam e relacionavam as sessões, nomeadamente quando se contava o que os mais novos tinham referido.

A primeira sessão incidiu sobre o levantamento das questões que serviriam de base à discussão da reforma da nova praça. Na sessão seguinte procedeu-se à votação de diferentes soluções elaboradas pela equipa, tendo em conta a paragem de autocarros, os ecopontos, as árvores, o estacionamento, o acesso à escola, e os espaços de esplanada, de sombra, de brincar, de estacionar bicicletas, de bebedouros, entre outros (figura 45). O debate em volta das propostas apresentadas enunciou novos *inputs* que permitiram que o desenho da praça continuasse a evoluir. À semelhança da última sessão com os mais novos, o desfecho foi marcado pela boa reação perante a maquete da proposta e os desenhos técnicos do estudo prévio.

Tanto as crianças como os adultos manifestaram a sua vontade de a nova praça se concretizar rapidamente e passar a ser uma realidade para todos.

Uma das grandes diferenças que se pôde observar foi a assiduidade/presença das pessoas envolvidas. Enquanto que os alunos se mantiveram os mesmos, nas assembleias de adultos estiveram pessoas presentes do início ao fim, mas outras foram mais esporádicas, e outras não chegaram a comparecer. Estas últimas pertencem maioritariamente à comunidade imigrante, que com a barreira linguística acabam por ter bastantes dificuldades na comunicação<sup>30</sup>, e são, ainda hoje, um dos desafios do projeto e que a equipa procura incluir nas formas de apropriação e programação da praça.



43 | Praça das Novas Nações



44 | Mapa mental do caminho para a Escola Sampaio Garrido



45 | Momento de votação numa das assembleias

É de assinalar este processo está incluído no programa BIP/ZIP, o qual não pressupõe construção, nem urbanismo. Mas neste caso, partindo da ideia de reforçar os laços de proximidade, a partir de um espaço público de um bairro em concreto, acabou por se transformar de facto numa possibilidade de projeto e de intervenção real.

O trabalho desenvolvido no bairro dos Anjos foi progredindo em diferentes fases, no entanto a evolução foi de tal forma inesperada, mesmo para a equipa, que esta teve de se ir adaptando ao longo do processo. O objetivo não passava por desenhar um projeto de uma nova praça, mas por discutir sobre o espaço público e, eventualmente, desenvolver alguma ação comunitária ou uma ação na praça. No entanto, a grande receptividade por parte dos adultos e das crianças fez alterar a dimensão da intervenção.

Acresce que redesenhar esta praça questiona, desafia e, de certa forma, anula o desenho que vem desde o Estado Novo, e que entende a praça como meio de controlo, no sentido de ser um elemento a partir do qual se tem acesso a todo o bairro. Há, de certo modo, um 'redesenho democrático' quando se fecha a circulação automóvel e o espaço público é conquistado pelas pessoas que habitam o bairro.

No decorrer das assembleias, um dos moradores sugeriu, à equipa e aos outros moradores, que se concorresse ao Orçamento Participativo (OP) da CML com o projeto da nova praça. A proposta foi aceite e apoiada por todos, no entanto não foi um dos projetos vencedores.

---

<sup>30</sup> Uma vez que grande parte não fala português, e muitos deles nem inglês.

Na análise das várias propostas levadas a votação, conclui-se que o maior fator diferenciados é referente ao corte do trânsito automóvel em torno da praça. A intenção de conquistar uma certa acalmia naquela zona do bairro pressupõe mudanças de tráfego, privilegiando a acessibilidade pedonal e o usufruto do espaço público comum para todos. Assim, o transporte individual torna-se mais incómodo, sobretudo para quem circula na Rua de Angola e não vive no bairro, fazendo apenas o atravessamento da cidade. O objetivo não é acabar com o trânsito automóvel, mas apenas reduzi-lo no centro da cidade.

A nova praça está organizada em duas zonas, uma mais dinâmica e outra mais tranquila. A parte mais alta, a oeste da praça, junto à entrada da escola, é um espaço com rampas e cordas, para as crianças brincarem. Este ambiente infantil, foi um dos protagonistas das assembleias, e importante de definir com os adultos. Para ser um parque infantil, teria de cumprir uma legislação própria e bastante rígida, o que deixou algumas reservas por parte da equipa. Como tal, tentaram desconstruir este conceito e criar uma zona para atividades lúdicas infantis, sem a definir como um parque infantil (figura 46).

Outra exigência da comunidade foi a manutenção da grande árvore no desenho da nova praça, tendo em consideração a memória histórica deste elemento. Assim, esta acabou por se assumir fundamental para o sombreamento na zona mais baixa, a este da praça, e para a proteção visual da praça em relação à rua de Angola. Esta zona é ainda delimitada por um longo banco que permite a reunião de muitas pessoas e protege este espaço da via (figura 47).

As áreas envolventes, que circunscrevem a praça, estão marcadas pelo alargamento de passeios, o redesenho das passagens para peões, a criação de um parque para bicicletas, a transladação da paragem de autocarro do meio da praça para uma das ruas adjacentes, o redesenho dos ecopontos, a plantação ou reposicionamento de árvores e a remoção de lugares de estacionamento (tema que gerou preocupação, derrubada pela conquista de espaço público).

Muitos são os projetos com intenções de intervir na Praça das Novas Nações e, a determinada altura do processo, a Unidade de Intervenção Territorial (UIT) do Centro entrou em contacto com o BIP/ZIP, tendo sido alertada pelo mesmo para o projeto da Frente Técnica Anti Despejos já apoiado pelo programa para a mesma praça. Num primeiro encontro entre as três equipas apresentou-se o trabalho já desenvolvido, a maquete e os desenhos técnicos. Compreendendo o avanço do projeto da Frente Técnica anti Despejo, a UIT do Centro travou o seu, por o primeiro ser um processo participado com a comunidade e por haver neste bairro – para o bem e para o mal – uma enorme massa crítica, e, portanto, uma forte possibilidade de contestação (Catarino, 2020).

Outro momento importante do projeto foi a reunião com os engenheiros de tráfego, que garantiu que toda a circulação redesenhada era possível e viável.

Por último, mas não menos importante foi o apoio recebido por parte das entidades públicas que sempre apoiaram o processo. Assim, em setembro de 2019 foi entregue o estudo prévio do

projeto para a Praça de Todas as Nações, na CML e na Junta de Freguesia de Arroios. No entanto, continua-se a aguardar o contacto por parte das entidades públicas para a contratação do atelier para o desenho do projeto.



46 | Vista para a entrada da Escola



47 | Vista geral da praça proposta

## Atualidade

Várias foram as ações que se desencadearam a par com a pandemia, sendo algumas delas fruto da mesma, ou apenas se desenvolveram durante esta situação.

Durante os últimos meses, o arquiteto Tiago Mota Saraiva integrou a Equipa de Coordenação Nacional (ECN) do Programa Bairros Saudáveis, uma iniciativa pública interministerial, proposta e dirigida por Helena Roseta<sup>31</sup> (1947). Este programa é um instrumento participativo que procura apoiar iniciativas locais de melhoria de condições de saúde e qualidade de vida em territórios vulneráveis por todo o país. Para tal, os bairros ou as zonas a concurso são avaliados segundo critérios relativos às condições de habitabilidade, rendimento dos moradores, risco de COVID-19, taxa de vacinação, acesso a cuidados de saúde, sucesso e frequência escolar ou exclusão social (Bairros Saudáveis, 2020). Assim percebe-se que esta ação pretende ser um instrumento de política pública, desenvolvido nos eixos da saúde, da economia, do ambiente, do urbanismo ou de questões sociais, podendo, mediante a escala e a pertinência das propostas, aprovar e atribuir um orçamento para a sua realização – à semelhança do programa municipal BIP/ZIP. Visa dar poder às comunidades, associações locais e coletividades, promovendo temas como a auto-organização, a cidadania ativa, o trabalho em rede, o desenho e a gestão participada de espaços públicos, o desenvolvimento humano, a sustentabilidade ambiental, e a discriminação.

---

<sup>31</sup> **Helena Roseta**, licenciada em arquitetura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL), iniciou a sua carreira profissional com Nuno Portas, no LNEC e no depois no seu atelier e trabalhou ainda na requalificação de bairros informais desde os anos 70. Foi deputada constituinte em 1976 e contribuiu para colocar o direito à habitação na Constituição de 1976, quando era deputada da Assembleia da República. Já foi vereadora da habitação na CML, Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Presidente da Ordem dos Arquitetos, deputada novamente na Assembleia da República. Foi autora inicial e principal promotora da Lei de Bases da Habitação em 2019 e do Programa Bairros Saudáveis em 2020.

Este programa termina em 2021, tendo como objetivo contribuir para a formação de uma comunidade mais resiliente, inclusiva e saudável.

Ao mesmo tempo, Tiago Mota Saraiva e Ana Jara<sup>32</sup>, iniciaram um *podcast*, que já vinha sendo pensado e maturado anteriormente, intitulado de Arquitetura do comum, no qual o próprio nome anuncia desde logo a sua proximidade a qualquer ouvinte. Assim, enriquecendo as conversas com os mais variados convidados, partem da arquitetura – condição que lhes é inerente – para falar de temas comuns da atualidade.

Mais uma prova da vontade em agir na atualidade e de ter uma voz presente, da sua presença e participação numa rede ativa internacional, e a propósito da pandemia, a cooperativa Trabalhar com os 99%, junto com outros coletivos europeus, subscreveu, em Julho, o manifesto *Planning post-COVID-19 Cooperative Cities*. Neste são propostos eixos estratégicos para uma recuperação económica mais solidária, igualitária e cooperativa, orientada para o reforço de práticas de uma economia social e solidária, que não deixa ninguém para trás (Cooperative City, 2020).

Também nos últimos meses, com receio de uma crise pandémica, devido à falta de saneamento e água corrente, agravou-se a situação na Quinta do Ferro, um bairro no centro de Lisboa, onde as condições de habitabilidade são bastante precárias e que a cooperativa acompanha há 6 anos. Aí, a associação de moradores e proprietários – Amigos da Quinta do Ferro (AQF) – espera desde 2017 uma resposta relativamente ao plano urbanístico participado entregue na CML, desenvolvido com a cooperativa Trabalhar com os 99%. O projeto tenciona melhorar tanto habitação como espaço público, nomeadamente desenhando uma praça, um parque infantil e um estacionamento – em terrenos camarários e de pequenos proprietários envolvidos no projeto –, e ainda uma escadaria de acesso à escola, para que o bairro seja atravessado pelos jovens e assim integrado na cidade. Com receio do avanço de um grande investidor privado sobre o território, tem aumentado a resiliência e a iniciativa da comunidade no sentido de fomentar o projeto de associativismo local para construir cidade. Após três anos de espera, e devido à pressão e visibilidade da situação em várias reportagens nos últimos meses, começam a dar-se os primeiros passos no diálogo com a CML, nomeadamente com o pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local, no sentido de partir para uma ação de reabilitação urbana, juntos dos moradores, pequenos proprietários e todas entidades envolvidas desde o início do processo.

Um dos trabalhos representativos da vontade em desempenhar uma ação política, principalmente em matéria de habitação, é a Estratégia Local de Habitação<sup>33</sup> (ELH), um

---

<sup>32</sup> **Ana Jara**, licenciada pela FAUL e mestre em Artes, pela *Central Saint Martins College of Art and Design* de Londres. Foi professora convidada da Escola de Arquitetura da Universidade de Umeå, na Suécia, docente na pós-graduação em *Design Thinking* no IADE. É doutoranda em Estudos Urbanos no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Universitário de Lisboa [ISCTE-IUL] e na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL). Escreve regularmente sobre arquitetura, cidade e políticas urbanas para publicações como o *Caderno Vermelho* e *Le Monde Diplomatique*. É cofundadora da Artéria e vereadora eleita na CML.

<sup>33</sup> E elaboração de uma ELH não é obrigatória para os municípios, no entanto são da sua responsabilidade e um requisito para a candidatura a financiamentos públicos na área da habitação, como é o caso do 1º Direito, por exemplo

instrumento que define um plano de intervenção, que se está a desenvolver com os municípios do Seixal e de Avis. A sua elaboração consiste num diagnóstico atualizado das carências habitacionais dos municípios e na proposta de soluções, pensadas para ser executadas em 6 anos. Mais que a elaboração de uma estratégia formatada para aceder a programas de financiamento, a intenção é desenvolver um modelo de diagnóstico, atualizado e ativo, através da participação das comunidades, para uma melhor e mais rápida resposta pública.

Em 2021, *In Conflict* – a representação portuguesa na 17ª Bienal de Arquitetura de Veneza, com a curadoria dos depA – contará com a participação do Ateliernob, em conjunto com o Coletivo Warehouse. O pavilhão apresenta uma narrativa da arquitetura portuguesa através de 45 anos de democracia, a partir de processos marcados pela danificação material, a deslocação social e a participação popular, e outros que se referem à problemática, à escala ou ao modo de ação (In Conflict, 2020). Assim, pretende-se não só ‘medir a ação e o envolvimento públicos’, mas particularmente:

“pensar o papel da arquitetura enquanto disciplina artística, pública, política e ética. Na impossibilidade de resolver todas as contingências, importa hoje pensar como criar lugares onde todos tenham lugar à mesa, na expectativa de cumprir o projeto de um futuro em comum.” (In Conflict, 2020).

## **Posicionamento**

Perante a análise da obra do coletivo<sup>34</sup> e admitindo todo o tipo de ações sobre as quais a equipa tem vindo a atuar, conseguimos compreender que este não define uma metodologia concreta. Muito pelo contrário, procura libertar-se de uma ‘maneira de agir ou de fazer’, aproximando-se a uma visão de que não há uma receita.

Ainda assim, é possível apontar um modo de operar, que se vai adaptando à especificidade de cada contexto e se consolida com a prática, com base na sua postura alternativa à habitual relação entre arquiteto, cliente e financiamento, apostando na consciencialização da comunidade e no desenvolvimento dos processos em colaboração com a comunidade.

Estes processos são longos e transversais, entendidos no conjunto de todas as suas fases, desde a sinalização e aproximação aos territórios e à comunidade, à formulação de hipóteses, ao processo arquitetural (que, muitas vezes, se materializa em espaços construídos), ao modo de financiamento – que pode ser conhecido à priori ou não – e ao acompanhamento das comunidades após o projeto, salientando a continuidade dos processos, que não começam nem acabam com uma construção física.

---

<sup>34</sup> Entende-se por coletivo o conjunto do Ateliernob e da Cooperativa Trabalhar com os 99%.



A sinalização dos territórios pode partir tanto da sua análise de territórios e das suas problemáticas, e com os quais a equipa tem vontade de trabalhar; como por parte de comunidades que procuram a equipa para solucionar as suas necessidades; e ainda por parte de entidades públicas e privadas que financiam processos.

Após a aproximação ao território, o ponto de partida da equipa na avaliação das necessidades do contexto, é sempre uma 'folha em branco', livre de qualquer análise ou interpretação já estabelecida. Como tal, parte para o terreno não para propor uma solução, mas para ouvir e conhecer as pessoas e as suas problemáticas, entendendo e definindo as melhores estratégias de comunicação e de gestão do processo.

A abordagem à comunidade parte, maioritariamente, de reuniões de apresentação e conhecimento da equipa, mas também de inquéritos à comunidade e outras ações, de forma a criar uma relação de proximidade e confiança para o desenvolvimento do processo, sempre em parceira e com a presença das entidades locais, funcionando como elo de ligação.

Por vezes instalam-se nos territórios de forma mais permanente, em espaços de proximidade física às comunidades, para um diagnóstico mais profundo e próximo, potenciando o diálogo e a participação de todos no confronto de ideias, na formulação de possibilidades/hipóteses e na construção de soluções. Muitas vezes, a captação das pessoas até estes gabinetes de apoio local passa pela promoção de atividades com as quais estas se identifiquem. O entendimento dos moradores face às leis, aos procedimentos, aos elementos gráficos e mesmo aos processos, nem sempre é fácil e claro, pelo que a equipa procura explorar e adaptar-se de forma a melhorar a comunicação e evolução dos projetos.

Esta procura deve-se à visão que o coletivo tem sobre o projeto arquitetural como um processo colaborativo, onde o habitante não é apenas o destinatário final, mas um agente ativo na sua construção. Esta participação não tenciona ter uma postura impositiva, de nenhuma das partes, procurando um equilíbrio entre os desejos e necessidades da comunidade e o conhecimento técnico da equipa, e as possibilidades das circunstâncias.

A abertura ao contributo do outro é entendida como parte do modo de operar do coletivo, e a procura de consenso durante a formulação das hipóteses como um processo de aprendizagem mútua, onde as soluções se vão moldando conforme a partilha de conhecimentos. Posto isto, a equipa não tem a pretensão de 'salvar' a comunidade, nem de achar sequer que esta precisa de ser salva, muito menos de querer solucionar todos os seus problemas. Enquanto arquitetos assumem a responsabilidade de delinear uma estratégia de atuação no território, procurando, através da participação das pessoas, definir o programa e não o seu desenho.

Ainda que estas premissas se materializem muitas vezes em espaços construídos – como a Cozinha Comunitária, os anfiteatros da PRODAC ou o Parque Intergeneracional de Marvila – estes surgem como pretextos para potenciar transformações de carácter social. A concretização destas transformações inerentes aos processos – que nos mencionados na dissertação se

admite que ainda não foram completamente alcançadas – está sujeita a um ritmo lento de (re)definição do espaço social, que justifica o tempo alargado a que estão sujeitos.

Como os financiamentos fomentam o desenvolvimento de mais do que a construção de espaços físicos, na maioria das vezes não chegam a completar todo o processo. Por vezes o financiamento é o princípio do processo, que é delineado com base mesmo; outras o processo é desenvolvido consoante os objetivos da comunidade e da equipa, que procuram depois um meio para o concretizar. Desta forma, compreende-se a longevidade dos processos, que acabam por acompanhar as comunidades ao longo de vários anos, e que, ao limite, nunca terminam.

## 05 | Arquitectos de Cabecera

O projeto *Arquitectos de Cabecera* (em diante, designado AC) nasce de um movimento estudantil em Barcelona, que pretendia dar resposta à situação de crise nacional e global vividas em 2013. Evoluiu como uma proposta académica associada a uma metodologia, constituindo-se, mais tarde, como uma associação, com o objetivo de manter sempre uma ligação entre a academia e a prática profissional de arquitetura.

A designação de AC surge da analogia com os *medicos de cabecera* – médicos de família<sup>35</sup> – que conhecem o histórico do paciente, permitindo adaptar os tratamentos/seus serviços às suas características. A comparação entre a prática da arquitetura e o exercício do médico de família – profissional fundamental para um sistema nacional de saúde, eficiente e democrático – demonstra como os promotores deste projeto valorizam as noções de “proximidade”, “continuidade”, “propedêutica” e “serviço público”.

---

<sup>35</sup> O médico de família é uma espécie de ‘amigo’ que conhece o historial clínico dos utentes que acompanha, fomentando uma relação de confiança e proximidade. Este é o primeiro a detetar eventuais problemas de saúde, a ajudar na prevenção e, caso seja necessário, acompanha-o nos tratamentos. Assim, compromete-se, não com uma especialidade, mas com a resolução de qualquer problema de saúde, consultando outros médicos de especialidade, caso necessário. O seu compromisso não termina com a cura ou o fim dos tratamentos, continuando sempre a acompanhar o paciente. (Disponível em: <https://www.centrosdesaude.pt/saiba-como-ter-um-medico-de-familia/>)

## Origem | *da universidade à cidade*

Durante o ano de 2013, decorreram várias assembleias estudantis no grande *hall* (figura 48) da *Escola Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona*<sup>36</sup> (ETSAB) da *Universitat Politècnica de Catalunya* (UPC), acompanhadas e apoiadas por professores, onde se reivindicava um programa mais atento às realidades da sociedade, entendendo a arquitetura como um serviço público (Robles, 2018).

Espanha vivia um momento de crise, e a incerteza sobre o futuro da universidade pública conduziu os estudantes a protestos e manifestações, confrontando as carências sociais, profissionais e académicas que se faziam sentir. A escassez de habitação acessível, consequência da bolha imobiliária de 2008, caracterizava o contexto de emergência habitacional/social daquele momento. Em termos profissionais, vivia-se uma crise profunda na prática da arquitetura, enquanto na academia, os alunos reconheciam a falta de atualidade dos exercícios e a falta de contacto com a realidade e os seus desafios e oportunidades. (Arquitectos de Cabecera, 2019a)

Consequentemente, durante estas assembleias, questionava-se a formação e a prática dos arquitetos, considerada desadequada para a atualidade, e pretendia-se “*empoderar a los estudiantes y tomar la ciudad existente como campo de trabajo*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 5). Ao contrário das tradicionais premissas de projeto, os AC pretendem dar “*al tecido social la misma importancia que a la estructura urbana*” (Arquitectos de Cabecera, 2019a), de modo a capacitar os estudantes não só técnica e conceptualmente, mas também com consciência política e sensibilidade social para trabalhar com os problemas da cidade e da habitação.

Os estudantes contavam com o apoio de professores da ETSAB – nomeadamente Ibon Bilbao (1968) e Josep Bohigas (1967) – na procura de uma solução para as suas reivindicações, formulando uma proposta de *docencia alterada*. Esta proposta pretendia desenvolver uma metodologia de ensino que colocasse os futuros arquitetos em contacto com os cidadãos de modo a desenvolver um papel mais comprometido com a sociedade (Bilbao, Bohigas, 2016).

*“Trabajando desde la vivienda colectiva en la ciudad existente, pretende acercar la figura del arquitecto al ciudadano, atendiendo sus necesidades, y demostrar que seguimos siendo útiles para la sociedad en plena crisis económica y social.”* (Exterioridades Críticas, 2020)

---

<sup>36</sup> Universidade pública e a mais antiga da Catalunha, com cerca de 3000 alunos. Durante a ditadura franquista foi dividida entre ETSAB (no centro da cidade) e ETSAV (nos arredores de Barcelona), tendo sido os ‘*rojos*’ (designados assim pelo sistema ditatorial) transferidos para aquela que mais se afastava do centro urbano, por instigarem uma série de contestações.

Ibon e Josep (figura 49) vinham a trabalhar sobre a habitação coletiva, na disciplina de *Vivienda y Ciudad*<sup>37</sup>, frequentada no 3ºano, e decidiram a título experimental incluir esta perspetiva na sua reflexão sobre a relação entre a habitação e a cidade (Bilbao, Bohigas, 2016). Tendo como foco o sujeito (habitante) mais que o objeto (habitação), procuram atuar na habitação coletiva para transformar a cidade de dentro para fora (Exterioridades Críticas, 2020).

*“Y quien habita las calles es quien ocupa el espacio público. En este sentido, atender a quién vive en casa está definiendo el espacio público.” (Bilbao, Bohigas, 2016)*

Esta condição levou-os a questionar o modelo de ensino em vigor, uma vez que este nada refletia o que era vivido fora da academia. Nas suas aulas analisavam não só o território, mas também as diferentes formas de o habitar, e elegiam edifícios ou locais abandonados, vazios ou esquecidos, em contextos sociais desafiantes, explorando uma arquitetura de proximidade com uma ação propedêutica.

*“El valor de este proyecto pedagógico y experimental de una universidad pública, impulsado por estudiantado y profesorado, reside en vincular las intervenciones en las viviendas colectivas a la participación de la gente que las habita.” (Arquitectos de Cabecera, 2018b, p. 8)*

Importante para esta tomada de consciência e decisão de ação foi o facto de ambos, não sendo professores contratados<sup>38</sup>, trabalharem paralelamente em ateliers, onde sentiam as dificuldades do mercado de trabalho, tendo uma visão alargada do contexto socioeconómico. Tal condição levou-os a reconhecer a necessidade de se moverem noutra área, procurando dar respostas concretas e necessárias à situação vivida, afastando-se dos programas de encomenda para abraçarem situações reais e de emergência que agitavam Barcelona (Bohigas, 2016). O facto de ambos terem um pé na academia e outro na prática, caracteriza a génese desta proposta e valoriza o perfil do professor profissional, que ensina e pratica em complementaridade, relacionando-se com a cidade que se constrói (Bilbao, 2020).

Das assembleias emergiu a vontade de levar estas reflexões mais longe, não através de greves nem manifestações, mas agindo de forma ativa na cidade. Decidiu-se sair à rua para explicar a utilidade da profissão, e qual o propósito de investir recursos públicos na formação de arquitetos, procurando assim promover a abertura da escola pública de arquitetura à sociedade e à cidade.

---

<sup>37</sup> Ibon Bilbao lecionava a disciplina desde 1998, e Josep Bohigas desde 2005.

<sup>38</sup> O facto de serem professores convidados, ou seja, os seus contratos eram renovados anualmente, nunca garantindo a sua renovação no ano seguinte, tornava difícil o desenvolvimento de propostas de longo prazo, e trazia alguma instabilidade pessoal.

Com este objetivo, alunos e professores organizaram, de forma voluntária<sup>39</sup>, um *workshop* de duas semanas, que deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo no bairro do Raval – um dos bairros do centro histórico medieval de Barcelona – confrontando a abordagem morfológica já explorada, e procurando “*ampliar la experiencia y conocer más a fondo este lugar tan complejo de la ciudad de Barcelona*” (Anexo 1).

Desta forma, os alunos começaram por bater às portas, apresentando-se e oferecendo ajuda com o seu conhecimento. À pergunta – Posso ajudá-lo? – surgiam respostas muito distintas, maioritariamente afirmativas.

Ao longo das semanas desenvolveram-se vários projetos com os *pacientes de cabecera*<sup>40</sup>, colocando no centro das decisões as suas carências (Arquitectos de Cabecera, 2019b) e oferecendo-lhes uma colaboração técnica, tendo como premissas o planeamento e o estudo de melhorias no seu habitat. O objetivo era acompanhá-los no mapeamento das suas necessidades, e na procura de soluções viáveis (Bohigas, 2016). Esta metodologia de projeto, enfatiza a aprendizagem de um modelo de cooperação e participação, colocando a academia, e os seus professores e alunos, ao serviço da comunidade, agindo “para” e “com” a comunidade (figura 50).

O fecho desta experiência foi marcado por uma exposição no próprio bairro, “provocando” os moradores e transeuntes em pleno espaço público, em vez do tradicional evento académico, habitualmente realizado dentro da universidade.

Ainda que nenhum dos projetos tenha sido concretizado, este desafio acabou por ser determinante, por fazer com que a ideia do *arquitecto de cabecera* começasse a ganhar sentido e a academia reconhecesse a necessidade de uma nova abordagem disciplinar e pedagógica (Arquitectos de Cabecera, 2019b).

Nos anos seguintes, os professores Ibon e Josep, continuaram a lecionar a disciplina de *Vivienda y Ciudad*, implementando esta aproximação, embora apenas nas primeiras semanas de aulas, em fase de diagnóstico dos territórios.



48 | Assembleias estudiantis no Coderch hall na ETSAB



49 | Ibon Bilbao e Josep Bohigas



50 | Alunos na casa de uma paciente de cabecera

---

<sup>39</sup> No sentido em que nem alunos, nem professores obtiveram qualquer reconhecimento académico ou monetário por tal.

<sup>40</sup> Expressão atribuída pelos AC às pessoas a que estes se apresentavam e se disponibilizavam a ajudar.

## Experiência | *na cidade*

Em 2015, Josep Bohigas, juntamente com Guillem Augé (n.d.), David Bravo (n.d.), Alex Gimenez (1970), Nydia Gutiérrez (n.d.) e Anna Vergés (n.d.), comissariaram a exposição *Piso Piloto: Medellín – Barcelona*, no *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB). O mote era refletir sobre a problemática que ambas as cidades enfrentavam na habitação e na sua relação com o espaço público, e partilhar essas reflexões com outras cidades do mundo (*Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*, 2015), uma vez que apesar de as duas cidades serem um exemplo de intervenção e inclusão urbana, continuavam sem garantir o direito à habitação e o direito à cidade.

No âmbito desta exposição surgiu a oportunidade de reunir diferentes universidades, associações e coletivos, colombianos e espanhóis, que estavam a trabalhar em diferentes campos, tanto profissionais como académicos, desde a ilegalidade, à reivindicação e à ação política. A exposição organizava-se em três núcleos: mostra das diferentes temáticas abordadas, espaços de elaboração de propostas e lugares de debate, sendo entendida como um processo de reflexão em curso. Paralelamente, decorriam ações que pretendiam trabalhar diretamente com os vizinhos, em processos participativos, elaborando propostas exequíveis.

Uma destas ações foi coordenada pelos AC, sendo o seu primeiro workshop oficial, que contou com o apoio da ETSAB. Com a intenção de demonstrar que esta abordagem alternativa poderia obter ainda melhores resultados, o workshop teve a duração de um mês, atendendo ao facto dos processos que envolvem a participação da população serem sempre mais demorados. Em colaboração da Pei.lab<sup>41</sup>, foi constituída uma equipa de trabalho composta por vinte e cinco estudantes vindos da Colômbia e vinte e cinco estudantes de Barcelona, que trabalharam desde o CCCB.

Para além do *stand* destinado a cada participante na exposição, os AC montaram também uma *Oficina de Atención al Ciudadano* (figura 51): um contentor instalado no espaço público *Pati de les Dones* do CCCB, devidamente identificado e aberto a toda a cidade, para “*atender las consultas de los vecinos*” (Bohigas, 2016), a funcionar em paralelo com o espaço de trabalho no interior, onde alunos e professores elaboravam as respostas aos casos que chegavam à oficina.

Um aspeto relevante a analisar neste processo é a forma como os casos chegavam à oficina: alguns diretamente por parte das pessoas que necessitavam de ajuda, e outros por representantes de instituições que expressamente pediam ajuda em nome de outros. De modo a podermos compreender melhor a natureza da ação proposta com a oficina, debruçamo-nos sobre dois casos desenvolvidos: o pedido de Sarah, uma habitante do bairro do Raval, que solicitou ajuda para melhorar as condições de habitabilidade do edifício que ocupava; o pedido da *Fundación Tot Raval* – que reúne mais de 60 entidades do bairro – que procurava apoio para evitar o despejo e a demolição de um edifício que acolhia vários coletivos.

---

<sup>41</sup> Pei.lab é um Programa Internacional da *Facultad de Arquitectura y Diseño de la Pontificia Universidad Javeriana de Bogotá* fundado pelo arquiteto Carlos Hernández em 1996.

O primeiro incidiu sobre um edifício abandonado na Rua Lancaster nº24, o *Guernika* (figura 52 – designação atribuída pelos seus moradores – ocupado em 2011, onde viviam mais de 30 pessoas em situações precárias.

Após o estudo do edificado, dos moradores e das patologias identificadas, verificou-se a necessidade urgente de desenhar projetos de ventilação, águas, esgotos e reparações gerais. A estratégia passou por levar a cabo uma série de microprojetos que os próprios vizinhos podiam concretizar, circunstância que acabou por unir a comunidade em redor de um projeto comum. Apesar de não haver orçamento para as transformações, os moradores encarregaram-se de melhorar a condição do edifício com os seus próprios meios. Como tal elaborou-se um dossier técnico<sup>42</sup>, que reunia um guião (intitulado *hoja de ruta*<sup>43</sup>) para cada uma das intervenções, que poderiam ser concretizadas em diferentes tempos, dependendo das possibilidades orçamentais. Cada *hoja de ruta* incluía o planeamento das intervenções, a descrição das ferramentas, dos materiais e do número de pessoas necessárias, bem como as instruções de execução.

Os estudantes e os moradores, realizaram uma primeira intervenção, de transformação do piso térreo numa área partilhada, com iluminação natural, e de pintura das fachadas e das zonas comuns do edifício (figura 53). No entanto os moradores acabaram por ser realojados em habitações públicas e o *Guernika* demolido.

O segundo caso é relativo a uma das 38 casas-fábrica que resiste no bairro do Raval, designada por Can60. Esta tipologia de edifício é característica do bairro antigo de Barcelona, onde as fábricas foram posicionadas antes da demolição das muralhas, tendo como tal um forte significado histórico. O edifício em questão alberga há 30 anos diferentes entidades com projetos socioculturais e artísticos. Em 2015 foi comprado por um grupo de investimento estrangeiro que pretendia proceder à sua demolição para construir habitações de luxo (Arquitectos de Cabecera, 2015). O reconhecido interesse arquitetónico, histórico e tipológico do edifício, o perigo da perda do património intangível que abrigava e o seu significado no tecido social do bairro, fez com que esta transação imobiliária tivesse um impacto negativo não só para os coletivos, mas também na própria comunidade local.

A solução passou, não por um desenho arquitetónico, mas pelo desenvolvimento de ferramentas e argumentos com os quais os moradores pudessem valorizar e defender o Can60, justificando a sua manutenção. Começou por se abordar cada utilizador, em colaboração com a *Fundación Tot Raval*, no sentido de conhecer as suas condições e dinâmicas sociais.

---

<sup>42</sup> Pode ser consultado em: <https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/lancaster>

<sup>43</sup> *Hoja de ruta* é a designação dada ao documento que serve de guião, e que incluiu os passos das transformações, servindo como resultado do processo.



Numa primeira fase abriu-se a casa-fábrica ao bairro, com uma exposição (figura 54) que exibia a produção de Can60, valorizando as suas atividades, dando visibilidade à situação e reivindicando a sua permanência. Posteriormente a estratégia passou pela produção de um dossier técnico<sup>44</sup> que fundamentava a classificação do edifício como um dos últimos da tipologia, que foi entregue aos poderes municipais de Barcelona, solicitando a preservação do edifício e a negociação do futuro de Can60 com o novo proprietário.

Após um ano de negociações – acompanhadas pessoalmente por Ibon Bilbao – não só as 38 casas-fábrica foram classificadas e preservadas como património da cidade, como o *Ayuntamiento de Barcelona* adquiriu o Can60 para o converter num centro cívico, garantindo que continuasse a ser um polo de atividades socioculturais do bairro. Como resultado, mais do que (apenas) um projeto de arquitetura, esta iniciativa promoveu a constituição de uma lei que protege e potencia a dinâmica destes edifícios.

A índole de cada proposta e as próprias dinâmicas, que naturalmente se geram, explicam como as soluções são distintas, reais e adaptadas ao contexto e ao tempo que se dispunha. Cada *paciente* padecia de uma ‘doença’ diferente e os AC procuraram atendê-lo com os instrumentos mais adequados a cada caso (Bilbao, Bohigas, 2016).

Com esta participação os AC receberam, em 2016, o *Premi Ciutat de Barcelona 2015* (figura 55), no âmbito de *Arquitectura y Urbanismo*. Esta distinção foi atribuída, pela primeira vez, a uma proposta académica, em vez de a um edifício ou espaço público construído (Robles, 2018), o que acabou por valorizar a iniciativa e dar força ao projeto que procurava ganhar espaço na academia.



51 | Oficina de Atención al Ciudadano



52 | Piso térreo do edifício Guernika



53 | Área comum do Guernika



54 | Exposição sobre o Can 60



55 | Premi Ciutat de Barcelona 2015

<sup>44</sup> A consultar em: <https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/can60>

## Mudança | *na universidade*

No ano letivo 2017/18 ocorreu a grande mudança a nível pedagógico na ETSAB, com a implementação do *Plan 2014*<sup>45</sup>. Este novo plano de estudos obrigou a reformular algumas unidades curriculares, nomeadamente as do último ano (5ºano), aglomerando *Proyecto IX* e *Proyecto X* em *Taller Temático* (TT). A universidade abriu assim a possibilidade de serem propostos novos programas docentes e, dessa forma os AC passaram a integrar o currículo académico da universidade.

A unidade curricular é composta por aulas práticas de projeto e um seminário teórico semanal, acompanhado por professores de diferentes departamentos. Naquele momento, Zaida Muxi (1964) passou a integrar a equipa de professores de projeto, e Jordi Franquesa (n.d.) e Sandra Bestraten a equipa de seminário. Com esta nova organização curricular, o *Proyecto Final de Carrera* (PFC) deixou de existir<sup>46</sup>, terminando a formação dos alunos no 5º ano com o TT.

No seguimento desta conquista, a autarquia de *Santa Coloma de Gramenet*, desafiou os AC a desenvolver um projeto de dois anos nesta cidade. Este trabalho foi dividido por dois bairros, respetivamente *Els Safaretjos*, durante 2017/18, e *Raval*, no ano seguinte.

A cidade de *Santa Coloma de Gramenet* surge na margem esquerda do *Rio Besòs*, para lá da Área Metropolitana de Barcelona e do limite da zona de baixas emissões<sup>47</sup>.

Em analogia com um dos desenhos mais emblemáticos de *O Príncipezinho*, a planta desta cidade recorda-nos a silhueta de um *chapéu* (figura 56) – que na verdade é uma *jiboia a comer um elefante* –, um ícone que nos ensina a perceber que o essencial é invisível aos olhos, e que a realidade é muito mais complexa do que o que vemos (anexo 1).

Durante a guerra civil e a ditadura espanholas, esta cidade cresceu exponencialmente, passando de uma pequena povoação agrícola a uma cidade de 120 000 habitantes. A maioria das construções foram realizadas pelos próprios habitantes, mas nos anos 60 e 70 a especulação imobiliária apoderou-se do setor da construção. O seu limite com o rio é marcado por um grande passeio fluvial, construído nos últimos anos para proteger as margens das inundações frequentes, tornando-se um valor acrescido ao bairro, pela sua relação muito próxima com o rio e com a cidade de Barcelona.

---

<sup>45</sup> O Plan 2014 veio substituir o Plan 2010: tinha a duração de 6 anos, mais 1 para a realização do Proyecto Final de Carrera (PFC) – a iniciativa académica mais representativa do percurso dos alunos, com uma carga horária e professores atribuídos.

<sup>46</sup> Durante o primeiro ano de implementação do Plan 2014 houve alunos a frequentar o TT ainda incluídos no Plan 2010. Consequentemente, durante os dois anos letivos seguintes – 2018/19 e 2019/20 – ainda se concluíram PFCs. Estes foram acompanhados por Pilar Calderón (19??) e Zaida Muxi. Neste momento, já não há ninguém que siga o Plan 2010, pelo que já não há PFCs.

<sup>47</sup> Plano de restrições de circulação à Área Metropolitana de Barcelona que limita a circulação dos veículos mais poluentes, a fim de melhorar a qualidade do ar.

O bairro de *Els Safarejtos* está situado a sul da cidade, e faz fronteira com outras cidades como *Sant Adrià*, Badalona, e Barcelona do outro lado do *Rio Besòs*, com uma superfície de 8 hectares e uma população de 1200 pessoas (Arquitectos de Cabecera, 2018b). Este território encontra-se excêntrico da sua cidade, e, naquele momento, vivia uma incerteza urbanística, devido a um grande plano urbanístico (*Area Residencial Estrategica*) que tinha sido suspenso pela mobilização dos moradores, aguardando-se uma decisão política. A sua localização é estratégica à escala metropolitana, pela sua capacidade de centralidade e rótula urbana, revelando-se fundamental naquele território (Arquitectos de Cabecera, 2018b).

*“Desde AC nos propusimos trabajar colaborativamente en la visualización de las debilidades y potencialidades del barrio de Els Safarejtos y proponer acciones que permitan que sus fragilidades se transformen en oportunidades.”* (Arquitectos de Cabecera, 2018b, p. 20)

O trabalho no bairro, foi organizado em três momentos diferentes, interdependentes e complementários (Arquitectos de Cabecera, 2017).

## **1| Workshop**

O workshop decorreu durante o verão de 2017 e foi o primeiro passo no estudo do bairro. De início os alunos ocuparam o *casal* (centro de dia) (figura 57), onde começaram por conversar com várias associações, conviver com moradores, e visitar as suas casas, analisando o território e detetando as fragilidades do bairro, numa investigação breve, mas muito intensa.

Após a primeira semana, identificaram os temas que afetavam os vizinhos, mediante uma análise crítica, de modo a transformar as debilidades em oportunidades. Entre as várias situações, foram reconhecidas as fronteiras físicas (nem sempre coincidentes com os limites administrativos), a falta de serviços básicos no bairro, a predominância de uma tipologia construtiva muito relacionada com o rio, a falta de presença de representação multigeracional no espaço público, e a falta de coesão social que fazia perigar o sentimento de identificação no bairro (Arquitectos de Cabecera, 2017). Cada grupo trabalhou sobre uma destas problemáticas, sempre com uma visão conjunta.

Contou-se com a presença de uma série de tutores, professores convidados e conferências que trouxeram conteúdo teórico ao workshop.

No final, para apresentar à comunidade o resultado do trabalho, foi organizado um evento num dos terrenos vazios na margem entre o bairro e o rio, durante o qual se debateram as propostas que se tinham alcançado. Este evento foi marcado por vários momentos de encontro, lazer e convívio de modo a promover o sentimento de comunidade: uma *paella* partilhada (figura 58) com os moradores do bairro, uma festa da espuma para os mais novos (figura 59), e um debate com os moradores sobre as conclusões do estudo (figura 60).

No final das 3 semanas de trabalho foi produzido um dossier<sup>48</sup> com a análise documentada ao longo da investigação, as potencialidades do bairro, e as conclusões da reflexão.



56 | Bairro Els Safaretjos



57 | Alunos e professores ocupando o casal



58 | Paella comunitária



59 | Festa da Espuma



60 | Debate com os moradores

## 2| Taller Tematico de Arquitectos de Cabecera – 1º semestre (TTAC1)

O TTAC1, que começou em setembro, contava com os *inputs* do workshop, o que levou a que cada grupo de alunos se debruçasse sobre uma das temáticas já levantadas e que mais achava pertinentes.

O evento final de apresentação das propostas idealizadas pelos estudantes teve lugar numa exposição realizada na fábrica de cartão, um dos espaços em abandono no bairro. Após dias de ‘construção’ – recolha de móveis nas ruas e pintura dos mesmos (figura 61), angariação de parceiros para a paella, limpeza e montagem do espaço –, o dia da abertura começou com a apresentação de cada projeto à comunidade (figura 62), à qual se seguiu um convívio com a ‘partilha’ de uma paella. Mais tarde abriu-se um debate sobre as soluções apresentadas, terminando o dia com a entrega de uma lembrança dos moradores, Rosa e Francesc, a cada aluno e professor, e a desmontagem dos *stands* (figura 63).

Cada grupo elaborou um folheto relativo à sua proposta, que esteve para consulta durante a exposição. Mais tarde estes elementos foram compilados num dossier técnico<sup>49</sup>,

<sup>48</sup> A consultar em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dossier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dossier_wac_besos_2017_reducido)

<sup>49</sup> A consultar em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro\\_verde\\_ttac1](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro_verde_ttac1)

complementados pelo seu planeamento por fases de desenvolvimento – de mínimos a máximos<sup>50</sup> – dando o mote à conceção de um jogo didático sobre o bairro – *Safajoc*<sup>51</sup>.



61 | Montagem da exposição



62 | Apresentação das propostas e debate com os moradores



63 | Equipa dos AC

### 3| Taller Tematico de Arquitectos de Cabecera – 2º semestre (TTAC2)

Uma das premissas recolhidas no TTAC1 – e que ficou por responder – foi que este bairro era o único na cidade que não tinha a sua festa de bairro. Sendo esta uma tradição enraizada em Espanha, revelava a falta de sentimento de pertença àquele lugar, fruto da falta de coesão social. Deste modo, a proposta central foi organizar uma grande festa em *Els Safaretjos*, com o objetivo “*fantàstic però difícil: il·lusionar i unir a la gent del barri de Safaretjos amb l’organització conjunta d’una festa de barri*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 12).

Numa reunião com os moradores no *casal*, foram estes quem propuseram a área para a realização do evento (figura 64). Um espaço nunca equacionado pela equipa, vazio, abandonado e degradado, localizado à beira do *Rio Besòs*, e anteriormente ocupado pelo antigo restaurante *El Molinet*, recentemente demolido. Pelo seu potencial histórico e construtivo, pretendia-se

<sup>50</sup> Este conceito é explicado adiante, no último ponto deste capítulo.

<sup>51</sup> Este jogo assemelha-se ao monopólio, no entanto a moeda de troca usada é a *grama*, uma moeda do bairro, à semelhança do que já acontece em *Santa Coloma de Gramenet* para a criação de um sentimento identitário.

recuperar o espaço para uso dos vizinhos e “*convertirlo en la punta de lanza para decidir que futuro quieren sus vecinos para Safareitjos*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 190).

A turma foi estruturada em grupos de trabalho, consoante as diferentes tarefas necessárias à organização do grande evento. Cada grupo tinha as suas tarefas e responsabilidades designadas, tal como um coordenador, que transmitia as informações entre grupos, para uma melhor organização e comunicação entre todos. Desta forma funcionavam como uma grande equipa e desenhavam em conjunto, numa estrutura organizativa muito horizontal, o tão importante evento.

Um dos grupos focou-se na recolha e análise de dados sobre o bairro. Durante o semestre foi elaborado o questionário com o qual se abordou os moradores nos dias do evento, que foram mais tarde compilados, estudados e partilhados num site<sup>52</sup> (figura 65).

O trabalho do grupo de financiamento, passou pela antecipação, organização e constante comunicação com todos os grupos, no sentido de converter este exercício académico em algo real (Arquitectos de Cabecera, 2018a). O orçamento era bastante limitado, pelo que era importante inventariar todo o material e mão de obra disponibilizados pelo município, pelas associações de moradores, pela ETSAB pelos AC, e pelos próprios alunos. Este levantamento logístico foi essencial para o desenho e a construção do evento e de todas as atividades precedentes, uma vez que as soluções surgiram a partir do material disponível. A partir daí, procedeu-se à recolha e organização dos recursos, à orçamentação e à gestão de fundos (figura 66), conseguidos pelo investimento dos alunos e professores (em partes iguais), e pelas vendas realizadas no evento.

A comunicação do evento e atividades esteve ao encargo de outro grupo de alunos, sendo explorada a comunicação oral, em papel e digital, com o objetivo de chegar a toda a comunidade (Arquitectos de Cabecera, 2018a), sendo a determinada altura do processo criada uma página de *Facebook*, que se revelou um elemento chave de divulgação e partilha.

Para o logo e o mote do evento foi escolhida uma imagem de mulheres no *safareig*<sup>53</sup> (figura 67) como uma representação histórica e significativa de vida comunitária, de modo a incentivar o encontro e a coesão social e o sentimento de pertença. A acompanhar a imagem, o *slogan*, “*Fem Safareitjos, fem festa*”, tornou-se um hino do evento e do próprio bairro.

---

<sup>52</sup> A consultar em: <https://safareitjos7d.herokuapp.com>

<sup>53</sup> *Safareig* significa ‘tanque da roupa’ em catalão. É o singular de *safareitjos*, designação do bairro uma vez que este tinha vários tanques, e onde a comunidade vinha lavar a roupa, devido à proximidade com o rio.

Nas festas espanholas é usual a gravação de um *pregón*, com o objetivo de apresentar a festa e convidar à sua participação. Para esta festa foi gravado um vídeo<sup>54</sup>, que contou com a participação das pessoas do bairro. Cada morador declamava versos de um poema referente ao ato de ir ao *safareig* e *cotillear*<sup>55</sup>, num espaço de encontro e partilha que se foi perdendo com o avanço tecnológico doméstico, mas que se queria recuperar.

Durante todo o processo distribuíram-se panfletos, cartazes e *flyers* pelas caixas de correio (figura 68), pelos locais de comércio e pelas escolas do bairro, sendo um recurso importante para a divulgação do evento e de todas as atividades que aconteceram ao longo do semestre. Os alunos tinham sempre consigo estes elementos, aos quais recorriam sempre que visitavam o bairro, para divulgar e explicar o processo e alcançar mais pessoas.

Todos os momentos que o antecederam, e o próprio dia da festa, foram acompanhados de perto pela equipa de comunicação para a partilha direta nas redes sociais e para a construção de um arquivo documental de todo o processo.

Com a missão de integrar a população nas atividades, o grupo da participação, começou por tecer uma rede de agentes do bairro e integrá-los em dinâmicas inclusivas e variadas, para que estes “*no solo se sintieran parte del proceso sino que formaran parte imprescindible de él*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 106).

Elaboraram e atualizaram constantemente um calendário com todos os momentos delineados. A dinâmica de todas as atividades era adaptada aos participantes alvo e aos objetivos específicos a atingir com as mesmas, seguindo sempre a estrutura: “*una actividad introductoria de presentación, para generar confianza tanto entre los participantes como con nosotras, la dinámica principal y por último la grabación del pregón, las encuestas y la entrega del pañuelo como cierre y conclusión*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 109). As atividades eram planeadas em fichas (figura 70) e acompanhadas de plantas esquemáticas com todos os passos da dinâmica (figura 69) – podendo ser partilhadas e transformadas – que serviam de guião para a distribuição de tarefas e organização entre todos os grupos. Ações como a gravação do *pregón* (figura 71) e a serigrafia e entrega dos *pañuelos* (figura 72) com o logo da festa aos participantes, foram transversais a todas as atividades, promovendo um sentimento de identidade.

As primeiras iniciativas foram dirigidas às crianças do bairro: numa delas procurava-se conhecer os caminhos que faziam no seu dia a dia, e propor jogos didáticos, sendo que na outra, apenas as crianças propunham os jogos (figura 73); ambas dirigidas ao desenho de uma das atividades do evento, a *yincana*, que procurava ocupar espaços menos usados do bairro com um percurso complementado com jogos.

---

<sup>54</sup> A consultar em: [https://www.youtube.com/watch?v=z6G\\_f7jgoOs](https://www.youtube.com/watch?v=z6G_f7jgoOs)

<sup>55</sup> Coscuvilhar



A ação principal que obrigou a uma grande organização entre todos os grupos, implicou a construção do elemento central da festa, o *safareig*, e a pintura do mural. Todos podiam participar na atividade, mas para garantir a mão de obra necessária e incluir entidades do bairro, elaborou-se uma ação de divulgação nas escolas envolventes e contou-se com a colaboração dos escuteiros. Dos momentos mais significativos para participar, destacava-se o início e o fim da construção deste elemento, pelo que se dividiu a atividade nestes dois momentos, e os alunos completaram o resto da construção (Arquitectos de Cabecera, 2018a). A técnica de construção escolhida foi o *superadobe*, uma vez simples, divertida e inclusiva, permite a brincadeira com terra e não necessita de grandes qualificações. O mural também ganhou relevância dando “*dignidade a un espácio residual, cargalo de intención y darle visibilidad*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 141), acabando por trazer uma mensagem reivindicativa ao lugar. A dinâmica estava dividida segundo as etapas de construção com *superadobe* e de pintura do mural, cada posto tinha uma equipa, que rodava a cada quinze minutos ecoando o grito “*Fem Safaretjos, Fem festa*”. A maior ou menor participação nas atividades dependeu das idades e das preferências de cada participante, mas todos fizeram parte da grande transformação coletiva, que teve repercussões tanto na comunidade como no próprio espaço publico do bairro.

Uma outra ação contou com a participação de mulheres de várias gerações, que se reuniam no *casal* para costurar, na construção de uma sombra para o evento. Pelo bairro recolheram-se, lençóis e roupas de moradores, que se uniriam com tampas de garrafas e cordas, ficando intactas para serem depois recuperadas e devolvidas. A atividade decorreu na praça, ao ar livre, à qual as crianças que brincavam por perto, se acabaram por juntar à performance, “*creando un ambiente intergeracional y multicultural, tan inesperado como interesante*” (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 169).

Uma das atividades muito esperada era a *Jane’s Walks*, percursos urbanos nos quais os próprios moradores partilham com os participantes a cultura, a história, a vida e os problemas do seu bairro. Esta iniciativa inspirada nas ideias de Jane Jacobs que “*defendía fervientemente que las personas que habitan en un barrio son las que mejor entienden cómo funciona y que su conocimiento es necesario para mejorarlo y fortalecerlo*”. (Arquitectos de Cabecera, 2018a, p. 175), acabou por não ter a concretização esperada devido à meteorologia, no entanto foram gravados alguns depoimentos em vídeo.

Todas as atividades foram relevantes para a integração dos moradores na construção da festa do bairro, o que se pôde constatar fundamental no dia do evento.

Os grupos de desenho e execução trabalharam em conjunto, sendo que tudo acontecia e se decidia *in situ*, tanto o desenho dos elementos que compunham a festa (inclusive o seu enredo), como a materialização de cada ideia. Podemos definir este grupo como o mais ‘arquitetónico’ de todos, mesmo não sendo no formato em que os alunos estavam habituados a trabalhar na universidade. A grande diferença é que a conceção do projeto “*no venía marcada desde nosotros mismos, si no desde los tempos y necesidades que iban surgiendo*” (Arquitectos de Cabecera,



2018a, p. 185), e, por isso, o primeiro passo de todo o trabalho foi um levantamento dos lugares do bairro e um conhecimento sociocultural da comunidade. Após a eleição do lugar para a realização do evento, procedeu-se à limpeza do espaço.

O tema da festa era o *safareig*, não tanto pelo ato quotidiano de ir lavar a roupa, mas sobretudo pelo momento de socialização que significava e que se pretendia reativar entre os vizinhos. Havia, então, que construir um *safareig* para criar uma nova centralidade no bairro. O desenho do elemento decorreu em paralelo com as atividades da praça, e em conjunto com os escuteiros do bairro, que segundo as suas necessidades foi ganhando uma forma orgânica. A técnica de construção escolhida de *superadobe* é de fácil elaboração, uma vez que só exige o manuseamento de água e terra, permite uma grande liberdade de forma, e, também a participação de todos. Este elemento foi projetado para ser cheio de água nos dias do evento, pelo que teve de ser impermeabilizado.

Durante a estadia da equipa no local, foi reconhecida a necessidade de criar uma sombra agradável. A solução passou por construir uns apoios, com elementos de obra disponibilizados pelo armazém municipal, que suportavam o entramado elaborado numa das atividades da praça.

Todos os elementos construídos passaram por diferentes soluções e foram sempre acompanhados de desenhos técnicos detalhados.

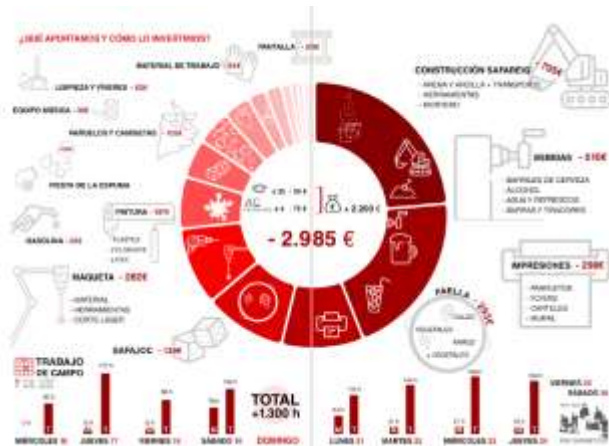
Por último, mas não menos importante, foi o enredo desenhado em volta dos debates que aconteceram no dia da festa e que passava pela tradição de lavar a roupa. Metaforicamente debateu-se: a água, como elemento dinamizador do espaço público; a roupa suja, identificando as fragilidades e as necessidades do bairro; o sabão, como ato de construir soluções entre todos, “lavando os problemas” e o estender da roupa, como forma de reflexão e partilha das conclusões (Arquitectos de Cabecera, 2018a).



64 | Local identificado para a realização do evento



65 | QRcode



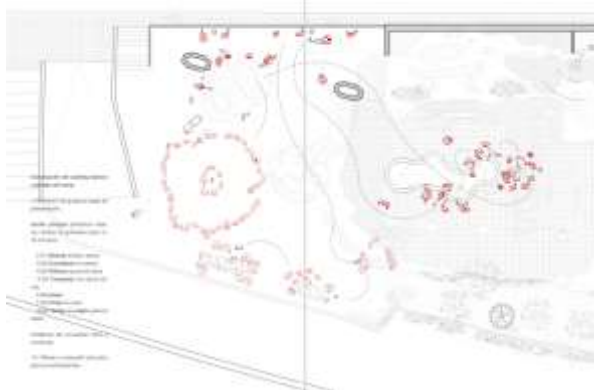
66 | Gestão dos fundos para a organização do evento



67 | Mulheres no saforeig



68 | Flyers nas caixas de correio dos vizinhos



69 | Planta descritiva do desenvolvimento e organização de uma atividade



70 | Ficha do planeamento de uma atividade



71 | Gravação do pregón



72 | Serigrafia e entrega de pañuelos



73 | Atividade com as crianças do bairro

Durante as semanas de construção daquele lugar, a presença da equipa e a visibilidade das atividades, foram despertando a atenção de vizinhos e transeuntes.

Como ato inaugural abriu-se a água para encher o *safareig* (figura 74), decorreram os discursos oficiais e teve lugar uma sessão de cinema ao ar livre. Com pipocas a acompanhar, e numa grande tela suspensa na estrutura viária (figura 75), assistiu-se à projeção de curtas-metragens dirigidas, filmadas e interpretadas pelos alunos da escola, e também à apresentação do *pregón*.

O dia seguinte começou com a *yincana*, uma corrida de obstáculos com atividades para os mais novos, para conhecerem os vizinhos, lugares menos visitados e algumas curiosidades sobre o bairro. Em paralelo, realizaram-se os primeiros debates (figura 76) em torno do *safareig*, moderados por alunos, reunindo convidados de diferentes áreas e moradores. Com o primeiro tema (água) refletiu-se sobre o significado e a importância social do *safareig*, e a transformação das margens do *Rio Besòs* nos últimos anos. O seguinte (roupa suja e sabão) procurava refletir sobre as necessidades e os problemas do bairro, bem como as suas potencialidades e ferramentas para o melhorar.

Depois o mural por que todos esperavam foi inaugurado, descobrindo um a um cada letra da mensagem – *Fem Safaretjos* (figura 77). O momento do almoço comunitário, a *paella*, juntou a comunidade e os participantes à volta da mesa, numa oportunidade de grande comunhão e alegria, sobretudo devido à colaboração de todos na sua confeção. Em paralelo, uma exposição apresentava as propostas desenvolvidas pelos alunos no semestre anterior, por forma a apresentar toda a investigação que os AC já vinham a desenvolver no bairro.

Do terceiro debate que decorreu durante a tarde, – de forma descontraída, com os pés dentro de água e usufruindo da sombra naquele dia de calor –, a reflexão mais relevante a retirar foi que a câmara tinha vontade de mudança, os vizinhos estavam dispostos a participar e havia projetos disponíveis, pelo que era necessário avançar e melhorar o bairro de todos (Arquitectos de Cabecera, 2018a).

Enquanto as crianças aguardavam impacientemente, alunos e professores preparavam o início da festa da espuma. O momento protagonizado pelas crianças, enquanto se subiu a lona e ao som da música se disparou a espuma, acabou por se tornar num dos momentos marcantes do dia, quando os alunos e professores acabaram por se juntar (figura 78).

O final de tarde continuou com o concurso de talentos, houve grupos e solistas, dança e música, do rock ao violino, com toda a gente de pé. No final, novamente, Rosa e Francesc, vizinhos e grandes colaboradores do trabalho desenvolvido no bairro, ofereceram um postal a cada aluno e professor, como forma de agradecimento.

Como ato de encerramento voltou-se às projeções na tela gigante, exibindo os vídeos realizados pelos alunos: um relatava todo o trabalho do semestre anterior, no qual se explicavam as problemáticas e as soluções propostas de forma interativa e transversal através da personagem do fantasma do *molinete*; outro compilava todos os vídeos do processo participativo e construtivo da festa.

Finalizada a festa, a desmontagem decorreu em dois momentos, contando, mais uma vez, com professores, alunos e comunidade: materiais temporários, que se desmontaram no fim do dia, por serem frágeis e poderem ser levados; e materiais retornáveis, da câmara ou de outras entidades que tinham de ser devolvidas no dia seguinte. Ficaram apenas os elementos permanentes, o lugar foi limpo e o bairro ganhou um novo espaço público (figura 79).

Tão (ou mais) importante que a montagem e a realização do evento, foi o momento de reflexão e avaliação – *Y ahora qué?*. O mesmo elemento que serviu de mote a toda a festa, serviu de local de encontro para a sessão crítica entre alunos e professores que decorreu dias mais tarde. O espaço era agora da responsabilidade do município e da comunidade, sendo necessário cumprir as normas de segurança e acessibilidade. Como tal, o elemento de sombra teve de ser retirado, ao *safareig* teve de se adicionar uma solução de drenagem, e o mobiliário deixado para a ocupação do espaço teve de ser retirados (Arquitectos de Cabecera, 2018a).

Todo o processo, da conceção à construção, foi documentado num dossier<sup>56</sup>, servindo de elemento de avaliação do TT e que foi, mais tarde, entregue à ETSAB, à autarquia e à associação de vizinhos do bairro.

Nos anos que se seguiram, Ibon, Josep, e Zaida continuaram a acompanhar o TT, assim como os workshops de verão. O trabalho em *Santa Coloma de Gramenet* continuou como previsto, no ano letivo de 2018/19, no bairro vizinho do *Raval*, juntando-se à equipa de professores Antoni Font (n.d.). No verão de 2019 decorreu o workshop na fábrica *La Escocesa*, e conseqüentemente o TT de 2019/20 também foi na *La Escocesa*.



74 | Ato inaugural



75 | Sessão de cinema



76 | Debates em torno do *safareig*



77 | Inauguração do mural com o slogan do evento



78 | Festa da espuma



79 | Espaço depois da festa

<sup>56</sup> Pode ser consultado em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo)

## **Presente | *na universidade e na cidade***

Em novembro de 2018 os AC foram convidados a participar no workshop *Regeneración Urbana* da *Fundación RIA*, fundada e presidida por David Chipperfield, em Ribeira, na Galiza, e dirigida por Manuel Rodríguez, antigo aluno e membro da equipa AC.

Já em 2019 constitui-se a *Asociación Arquitectos de Cabecera* com o objetivo de sustentar a duplicidade do seu trabalho, podendo ter uma incidência na prática profissional, mantendo-se na academia. Composta por professores, antigos alunos e outros colaboradores, a intenção é formar profissionais capazes de integrar equipas de pré-projeto (decisores de programa), projeto e pós-projeto (monitorizando resultados), procurando ampliar e melhorar a prática profissional.

Um dos antigos alunos, professor convidado da *Architectural Association School of Architecture* e associado dos AC, Raul Avilla, está a desenvolver uma tese de doutoramento no *Royal College of London* sobre a arquitetura gerada a partir de coletivos, tendo AC como um dos seus casos de estudo.

Com o trabalho desenvolvido na *La Escocesa*, os AC ganharam no final de 2019 uma ‘residência artística’ nesse complexo fabril.

Recentemente, Ibon e Josep, e o projeto académico AC foram convidados a integrar o grupo de investigação de Análise Crítica da Modernidade: Arquitetura e Cidade, coordenado por Josep Maria Montaner (1954), no Departamento de História e Teoria de Arquitetura e Técnicas de Comunicação, na ETSAB. Incluídos num projeto de habitação de emergência, estão responsáveis pela organização de um Fórum Internacional de Habitação de Emergência, a decorrer neste ano de 2020 em Barcelona.

## **Metodologia**

A fórmula aberta que caracteriza a metodologia dos AC, é a essência do projeto, no sentido em que é projetada sobre a realidade de cada caso, sabendo qual o seu ponto de partida, mas sem certeza de qual o seu resultado ou concretização final. Assim trabalham com um conjunto de passos metodológicos – contacto, cartografia, diagnóstico – ferramentas abertas e flexíveis a diferentes situações, “*pero el resultado es imprevisible*” (Bilbao, Bohigas, 2016).

A sua metodologia é adaptável a cada bairro uma vez que, até o estudante entrar em contacto com o usuário, não se conhece a real situação, na sua complexidade histórica, construtiva e social (Arquitectos de Cabecera, 2018b). O objetivo é que os alunos criem cumplicidade com os vizinhos, entendendo os seus problemas, e elaborem as perguntas que sentem ser prementes de responder, num processo que exige grande maturidade e sensibilidade.

Enquanto que em outros projetos académicos, o programa é apresentado aos alunos com uma área designada, problemas definidos e, por vezes, uma lista de elementos de entrega, a metodologia defendida pelos AC “apenas” define o método para abordar o território, sendo que cada aluno segue o seu próprio caminho, em interligação com os demais.

Este método pode encontrar os mais variados processos e resultados, uma vez que depende do que cada morador expressa e partilha com os alunos. Como tal nunca existe um programa preestabelecido, pelo contrário, ele é encontrado no resultado do diagnóstico que cada estudante atinge, consoante as problemáticas identificadas. Assim cada um pode chegar a um programa funcional distinto, podendo o projeto converter-se numa reabilitação, numa *hoja de ruta*, ou até numa ação reivindicativa. Ou seja, o caminho faz-se ao contrário, “*no se parte del programa, pero se llega al programa*” (Bilbao, 2020), uma vez que o programa é a resposta de cada estudante às necessidades detetadas.

Outro grande pressuposto dos AC é que a arquitetura não é uma prática autónoma (Arquitectos de Cabecera, 2019a), portanto um dos seus grandes objetivos passa por partilhar esta metodologia com outras universidades e instituições, como uma ferramenta *open source*. Com uma ótica interdisciplinar, pretendem gerar sinergias com outras áreas do saber e coletivos sociais, numa abordagem de trabalho em rede, segundo uma lógica horizontal e colaborativa.

*“Compartimos la necesidad de respaldar los movimientos sociales desde la disciplina de la arquitectura, el arquitecto visto como mediador que apoya los procesos de transformación de la ciudad liderados por la comunidad.” (Arquitectos de Cabecera, 2019a)*

Os AC reconhecem a cidade como um projeto coletivo e reivindicam o papel dos arquitetos como um agente social, um mediador, com conhecimentos teóricos e técnicos, mas ao mesmo tempo sensível ao tecido social (razão pela qual estabelecem a comparação com o médico de família).

O final dos processos é marcado pela apresentação do resultado – na forma de um dossier técnico – aos moradores, à comunidade e à administração, analisado em debate, e que depois estes são livres de utilizar como melhor entenderem.

## **1| Entrar em contacto**

Tendo como ponto de partida a chegada ao bairro, objetiva e sem preconceitos, o primeiro passo a tomar no início do processo consiste em estabelecer contacto com a população.

*“En cuanto a la vivienda social, no creo que necesitemos más barrios expansivos nuevos. Lo que deberíamos hacer es repensar la Minas y los Bellvitges que tenemos para darle outro acento, y eso tiene que ver con trabajar con las personas que viven detrás de estas fachadas. Con eso y con entender que las asociaciones son el motor de transformación más exigente que tenemos, podremos comprender que no son los vecinos quienes pueden reclamar, participar y coproduzir una ciudad diferente.” (Bilbao, Bohigas, 2016)*

Não tendo a intensão de solucionar todos os problemas, e entendendo que não são os únicos, nem os primeiros atores na transformação da cidade, procuram juntar-se às equipas que trabalham nos locais, como um agente ativo que fornece conhecimentos técnicos e profissionais. Deste modo entendem ser “*esenciales en los procesos de transformación de la ciudad, pero no pueden hacerlo por sí mismos*” (Arquitectos de Cabecera, 2019a).

Longe da ideia do ‘arquiteto estrela’, com uma grande ideia que soluciona todos os problemas, os AC entendem a arquitetura como um processo que não começa nem acaba nos arquitetos (Bilbao, 2020).

Para conhecer as necessidades da comunidade, pode ser montada uma oficina de atenção ao cidadão, onde os moradores abordam os técnicos e comentam as suas questões, ou os próprios técnicos podem percorrer o bairro indo ao encontro da população. Não menos importante é o contacto com as entidades existentes no bairro e que nele trabalham, entendendo que ninguém conhece melhor o local do que aqueles que vivem ou atuam nele (Arquitectos de Cabecera, 2019b). Por vezes, por uma questão de tempo do processo, uma vez que os tempos académicos são limitados face ao tempo de um processo de participação cidadã, os professores entram em contacto com as entidades dos bairros, antes de os alunos, e todo o processo é acompanhado e partilhado com estas.

Consideramos que ao aproximar os estudantes de diversas conjunturas socioeconómicas e culturais, esta metodologia contribui para a formação de futuros profissionais mais comprometidos com a realidade social, capazes de realizar propostas técnicas tangíveis, vinculadas às necessidades concretas de cada comunidade.

## **2| Cartografia da situação**

Na necessária recolha de dados, procede-se ao levantamento da informação sobre os habitantes, analisando os seus hábitos e comportamentos; sobre a habitação, do ponto de vista de habitat e do habitar; sobre o edifício, como lugar de relação e de intercâmbio entre o privado e o público; e sobre o bairro, como parcela da cidade, observando movimentos e percursos (Arquitectos de Cabecera, 2019b).

Cada aluno explora as suas técnicas de investigação, não havendo da parte dos professores qualquer exigência nos recursos a utilizar ou no modelo de apresentação, ao contrário do que é costume verificar-se numa disciplina de projeto. Podem até desenvolver ferramentas próprias em colaboração com outras disciplinas, como a sociologia ou a antropologia.

Um tema que os AC procuram implementar no processo de trabalho é a cartografia gerada por uma ação, isto é, conhecer através de atuar (Bilbao, 2020). Não é uma análise como a que se faz no ensino tradicional da arquitetura, com uma objetividade distante do que se desenha, e para quem. Pelo contrário, os AC consideram que provocando uma determinada dinâmica num

território, podem dela recolher mais informação e conhecer melhor as realidades. Este estímulo pode concretizar-se numa ação de socialização, como um convite para uma refeição; numa ação de protesto percebendo de que forma as pessoas agem e são capazes de se implicar; ou numa ação de construção, ocupando um lugar e percebendo a reação da comunidade e da própria cidade.

Mais uma vez, à semelhança do que acontece na medicina, procuram usar um (re)agente para observar uma reação e para encontrar as principais questões que são precisas resolver. Então, procuram fazer no início do processo um ato que incite a comunidade a revelar os *layers* de informação que são precisos ser cartografados.

### **3| Diagnóstico**

Passo de maior responsabilidade, e que exige maior maturidade, sendo o mais complexo, por implicar a identificação dos problemas a solucionar.

É necessário saber perceber quais são os problemas cruciais, priorizar, avaliar os recursos existentes – em termos financeiros, materiais, de tempo e mão de obra– e definir quais os objetivos. A relação direta com pessoas e situações reais, com as suas circunstâncias e expectativas, coloca os alunos numa situação de maior tensão e responsabilidade, mas, ao mesmo tempo, torna toda a aprendizagem mais eficaz, por resultar de uma experiência pessoal, intensa e envolvente, em que se percebe o impacto de cada ação.

*“desde el momento que atendemos situaciones reales que demandan buenas soluciones, adquirimos una responsabilidade ineludible que nos obliga a ser muy propositivos y efectivos”.* (Anexo 1)

Esta é também a etapa em que se delinea a estratégia e a tática de intervenção, o que faz com que o aluno desenvolva competências específicas para a prática futura da sua profissão e tome consciência da necessidade de uma formação mais humanista e transversal de modo a poder agir com assertividade em situações de tensão criativa.

### **4| Proposta/Projeto**

As soluções variam consoante as características e os problemas identificados em cada caso, e podendo ir desde microprojetos a operações à escala urbana.

As propostas são elaboradas por etapas – de mínimos a máximos – hierarquizando e planeando o mais possível, tendo em conta as possibilidades económicas. A primeira fase é sempre pensada no sentido de dar visibilidade ao problema, numa ação de pressupostos muito baixos, e as seguintes passam pelas mais variadas evoluções, até à construção do projeto.

Nesta fase recupera-se muitas vezes o elemento transversal a todos os processos – a ação – que se revela imprescindível na cartografia, mas também nas soluções propostas, uma vez que



dela se consegue sempre extrair novos graus de informação. Por ação entende-se também a construção de um protótipo, de um documento interativo, de um iniciativa reivindicativo ou um ato social. Em *Safareijos*, por exemplo, houve um desenho arquitetónico muito rigoroso de modo a construir um evento social de dois dias. Para tal houve planeamento, desenho, organização, execução, acompanhamento técnico, desfrute, desmonte, documentação, avaliação, tudo componentes de um projeto, ao qual se somam outras áreas de trabalho do arquiteto ampliando o seu espetro e trabalho.

*“Portanto el pre-proyecto es un campo de trabajo que se abre a los arquitectos. Creo que el arquitecto ha de estar en la fase previa al proyecto, en el proyecto, como siempre, y en el post-proyecto, monitorizando lo que se há hecho para saber más y actuar mejor.”*  
(Bilbao, Bohigas, 2016)

Um dos focos na formação dos AC é o pré e o pós projeto de arquitetura: o primeiro referente à programação dos espaços a construir; o segundo referente à monitorização dos espaços e da comunidade após a conclusão do projeto, no sentido de explorar estas funções ampliando o espetro das áreas de trabalho dos arquitetos.

Numa metáfora Josep Bohigas explica como *Vivienda y Ciudad* é um filme, enquanto que *Arquitectos de Cabecera* é um documentário (Bohigas, 2018), uma vez que o filme tem um guião escrito, e tudo o que acontece durante as filmagens segue uma narrativa, para chegar a um final inicialmente definido. O mesmo acontece normalmente nas disciplinas de projeto que começam com um programa que pretende fazer com que os alunos atinjam determinadas competências e conhecimentos. Num documentário existe um tema de interesse que é investigado, e todas as filmagens vão sendo captadas à medida que se vão obtendo novos dados. O final, quando existe, só vai sendo conhecido durante a pesquisa. Nos TT ou workshops, quando os alunos chegam a um bairro, com a metodologia dos AC para provocar uma situação, esta pode levá-los às mais variadas soluções, desde projetos urbanos a projetos sociais.

## 06 | Considerações Finais

Esta dissertação permitiu o entendimento dos processos participativos na concepção do projeto arquitetónico, uma vez que a investigação se direccionou para a compreensão dos seus contextos e motivações, para as várias questões implícitas no próprio ato de participar e para a sua real materialização e concretização, tanto na prática como no ensino de arquitetura.

No decurso da investigação compreendemos que o questionamento da prática e do ensino de arquitetura é uma constante ao longo da história. Porém, o tema da participação tem ganho relevo em contextos de crise social, cultural, política, económica, urbana ou habitacional, pelo papel transformador do processo arquitetónico urbano.

O estudo sobre os processos participativos em arquitetura demonstrou a interdisciplinaridade e a complexidade das questões implícitas no ato de participar, demonstrando a pertinência num trabalho articulado com as ciências sociais. Tornou-se evidente a relação com a responsabilidade social, o compromisso político e o código de ética do arquiteto.

A análise comparativa dos casos de estudo permitiu comprovar que ambos são representativos do modo como os processos participativos se materializam e concretizam num ensino atento e crítico, numa prática concreta e inclusiva, e em políticas democráticas comprometidas com a sociedade e com a cidade.

Os coletivos têm diferentes campos de ação – a Cooperativa Trabalhar com os 99% num âmbito profissional, e os *Arquitectos de Cabecera*, num âmbito académico – diferindo, por isso, no seu *modus operandi*. A Cooperativa afirma procurar não seguir uma ‘metodologia’ estante e predefinida, não obstante, conseguimos sublinhar um posicionamento que se foi consolidando com a sua prática; já os AC definem uma série de passos metodológicos que, servindo de diretrizes ao trabalho académico dos alunos, procuram funcionar como uma fórmula aberta e adaptável. Ainda assim, podemos identificar alguns aspetos semelhantes e representativos de ambas as metodologias.

Para começar, estes processos podem partir da solicitação das próprias pessoas ou comunidades, da sinalização por parte dos próprios coletivos, ou ainda, por entidades, públicas ou privadas, que criam a ponte entre ambas as partes, distinguindo-se dos convencionais projetos de encomenda ou concurso.

No diagnóstico dos contextos, ambas as equipas partem para os territórios de ‘folha em branco’, procurando através do contacto com as pessoas, conhecer e compreender as suas reais necessidades – de forma objetiva e livre de análises preestabelecidas – com a intenção de elaborar soluções concretas e viáveis, que melhorem efetivamente a vida das pessoas, afastando-se da ideia do arquiteto herói. Nesse sentido, e entendendo que não são os únicos a operarem nos territórios, procuram trabalhar com as entidades locais, como um agente ativo que se une a um processo que não começa nem acaba com ele.

Em virtude do entendimento de que a arquitetura não é uma prática autónoma, e investindo na troca entre diferentes áreas, os coletivos são constituídos por equipas interdisciplinares. Estas associam-se muitas vezes a outros coletivos, num trabalho em rede – tanto a nível nacional como internacional – seguindo princípios de horizontalidade, colaboração e cooperatividade, no qual o sucesso de uns acaba por ser o sucesso de todos.

Pela observação e interpretação da cidade como a sobreposição de *layers* de informação, os coletivos recorrem a diferentes aproximações para explorarem os territórios: assembleias ou reuniões com as comunidades, para um estudo mais generalizado; inquéritos ou entrevistas, para uma análise mais específica; instalação de gabinetes de apoio local, para uma maior presença nos territórios, e conseqüentemente maior proximidade com as pessoas; e ainda, ações e dinâmicas *com* e *para* as comunidades, de forma a provocar estímulos nos territórios, que enriqueçam os diagnósticos.

Ao longo dos processos, os coletivos procuram um equilíbrio entre as suas competências técnicas, os desejos e as necessidades das pessoas, e as circunstâncias. Este processo de trabalho contínuo de partilha, diálogo e aprendizagem mútuos, fomentador de possíveis transformações sociais, procura ser mais valorizado do que a materialização física dos espaços construídos. No trabalho dos AC é de salientar a consistente produção de um dossier técnico que documenta exaustivamente o processo, e que é entregue a todas as entidades envolvidas.

No entanto, o facto de os coletivos terem âmbitos diferentes, acaba por os distinguir no seu campo e tempo de ação. Enquanto a cooperativa procura assumir a responsabilidade em delinear estratégias de atuação, os AC procuram desenvolver competências específicas nos alunos, para uma prática futura mais humanista, ampla e comprometida. Os processos participativos, ao implicarem a inclusão das pessoas e transformações sociais, culturais, políticas e urbanas, necessitam e levam o seu tempo. Este acaba por ser mais longo no trabalho da cooperativa, uma vez que acompanha diferentes intervenções nos territórios, por vezes condicionadas pela política e pela burocracia. Nos AC, o tempo de ação está sujeito ao calendário académico, revelando-se por vezes condicionante à concretização de alguns

processos. Por essa mesma razão, acabaram por criar a *Asociación Arquitectos de Cabecera*, no sentido de terem uma incidência também na prática de arquitetura.

O entendimento da participação em arquitetura não se deve ficar apenas por uma forma de pensar e sentir, mas também de ser e agir em coletivo. Nesse sentido, esta tem uma forte relação com as ciências humanas e sociais, baseando-se num trabalho contínuo de troca e partilha, através da horizontalidade e do diálogo, verdadeiros instrumentos da democracia. Nesse processo, o arquiteto tem um papel mediador, ou seja, é o técnico que possui competências para estabelecer relações, compreender as problemáticas e formular soluções, com base numa ação educativa *com* as pessoas. Por conseguinte, o ensino de arquitetura deve assentar numa prática dialética com a realidade, através de pedagogias e metodologias que recorram à experiência participativa.

Conclui-se, assim, que a ação da arquitetura deve continuar a ser motor para a transformação acompanhando os novos desafios contemporâneos, que vão para além de questões sociais e políticas, abrangendo temas como a sustentabilidade, igualdade de género e qualidade de vida (privada e pública). É relevante, particularmente tendo em conta a situação pandémica vivida, ter em consideração e valorizar as reais necessidades de todas as pessoas.

É, desta forma, objetivo persistir na procura de como o âmbito profissional e académico se podem enriquecer e completar mutuamente, com o intuito de desenvolver o pensamento crítico, e valorizar a pertinência social e política da arquitetura. Nesse sentido, esta investigação intensificou o interesse em continuar a minha participação ativa e transformadora, por uma sociedade e uma cidade mais justa, igualitária e verdadeiramente democrática.

## Referências Bibliográficas

Andujar, J. P. (2011) *Paseos com mi madre*. Barcelona: Tusquets Editores.

Arendt, H. (1958) *The Human Condition*. Chicago: University of Chicago Press.

Arias Laurino, D. (2018) *La construcción del relato arquitectónico y las arquitectas de la modernidad: un análisis feminista de la historiografía*. Tese de Doutoramento em Teoria e História de Arquitetura. Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona, Universitat Politècnica de Catalunya.

Arquitectos de Cabecera (2015) *Can 60: de la producción fabril a la producción cultural*. Disponível em: <https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/can60> (acesso: 10 de junho de 2019).

Arquitectos de Cabecera (2017) *Workshop Arquitectos de Cabecera 2017: Besòs – Barri dels Safarells*. Disponível em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier\\_wac\\_besos\\_2017\\_reducido](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/dosier_wac_besos_2017_reducido) (acesso: 9 de maio de 2019).

Arquitectos de Cabecera (2018a) *Fem festa, fem Safarells*. Disponível em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro\\_verde\\_ttac1](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/libro_verde_ttac1) (acesso: 9 de maio de 2019).

Arquitectos de Cabecera (2018b) *Safarells 2017*. Disponível em: [https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2\\_libro\\_rojo](https://issuu.com/arquitectosdecabecera/docs/ttac2_libro_rojo) (acesso: 9 de maio de 2019).

Arquitectos de Cabecera (2019a) *Arquitectos de Cabecera*. Disponível em: <https://arquitectosdecabecera.org/AC/> (acesso: 7 de setembro de 2019).

Arquiteturas film festival (2019) *Collectives Gathering*. Lisboa (conferência: 7 de junho de 2019).

Arruda, F. (2017) *A participação do usuário na arquitetura e em intervenção urbana*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n3/2175-3369-urbe-2175-3369009003AO09.pdf> (acesso: 7 de junho de 2019).

Ateliernob (2011) *Projecto e workshop KIDSMOB*. Arqa, Arquitectura e arte, 98-99, pp. 71-72.

Ateliernob (2013) *Ateliernob: What ever happened?*. Disponível em: [https://vimeo.com/76348011\\_](https://vimeo.com/76348011_) (acesso: 13 de outubro de 2020).

Ateliernob (2020a) Disponível em: <https://www.ateliernob.com/versao-pt/sobre> (acesso: 10 de outubro de 2020).

Ateliernob (2020b) *Cozinha Comunitária das Terras da Costa – Ateliernob + Projecto Warehouse*. Disponível em: <https://www.ateliernob.com/versao-pt/sobre> (acesso: 10 de fevereiro de 2020). Link sem acesso: <http://remodelacoes.pt/artigo/126395/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-ateliernob-projecto-warehouse>.

Ateliernob, Warehouse, C., Catarino, A. (2017) *Terras da Costa*. Lisboa: Europress.

Bairros Saudáveis (2020) *A quem se dirige*. Disponível em: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/o-programa/a-quem-se-dirige/index.htm> (acesso: 1 de dezembro de 2020).

Bandeirinha, J. (2007) *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Bandeirinha, J. (2014) *O Processo SAAL: arquitectura e participação 1974-1976*. Porto: Fundação Serralves.

Barone, A. (2002) *Team 10 – arquitectura como crítica*. São Paulo: Annablume.

Barone, A., Dobry, S. A. (2004) “*Arquitetura participativa*” na visão de Giancarlo De Carlo. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, 15.

Bilbao, I. (2020) *Conversa sobre o percurso dos Arquitectos de Cabecera*. (conversa informal: 21 de janeiro de 2020).

Bilbao, I., Bohigas, J. (2016) *El ciudadano ha de estar en el centro de las operaciones de todo arquitecto* Entrevistados por Claudia Cendoya. Barcelona Building Construmat, Barcelona, novembro de 2016. Disponível em: <https://www.spanish-architects.com/es/architecture-news/destacados/arquitectos-de-cabecera> (acesso: 21 de setembro de 2019).

BIP/ZIP (2012b) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.:034 – Bairro nas nossas mãos*. Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012> (acesso BIP/ZIP (2012a) *Candidatura*

ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.:035 – PRODAC Norte em Movimento. Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2012> (acesso: 11 de agosto de 2020).

: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2013) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 004 – PRODAC Norte Fora de Portas*. Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2013> (acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2014a) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 080 – PRODAC Norte Construir participação*. Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014> (acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2014b) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 011 – PRODAC Sul: Espaço comum*. Disponível em: <http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014> (acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2014c) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 070 – Desenhar Redes*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2014_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2015a) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 009 – O lugar para a participação*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2015b) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 008 – Laboratório de Participação*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2015c) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 050 – Construir Redes em Marvila*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2015_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2016) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 002 – Laboratório de Participação II*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2016\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2016_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2017) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.:022 – PRODAC preparar o futuro*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2017\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2017_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

BIP/ZIP (2018) *Candidatura ao Programa BIP/ZIP Lisboa, Ref.: 053 – Frente Técnica Anti-Despejo*. Disponível em: [http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2018\\_](http://bipzip.cm-lisboa.pt/index.htm?l=2018_)(acesso: 11 de agosto de 2020).

Bishop, C. (2012) *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. Nova Iorque: Verso Books.

Blasco, D. S., Mejón, J. G., Tamayo, H. C. e Garcia, C. A. (2019) *El pati de l'escola en igualtat*. Sant Cugat del Vallès: Pol-len e Equal Saree.

Bohigas, J. (2016) *Arquitectos de Cabecera (AC)*, Quaderns, 266. Disponível em: <http://quaderns.coac.net/es/2016/02/arq-de-capcalera/> (acesso: 11 de agosto de 2019).

Bohigas, J. (2018) *Aula de Taller Temático de Arquitectos de Cabecera*, ESTAB, UPC (28 de março de 2018).

Borasi, G. (2015) *The Other Architect: another way of building architecture*. Montreal: CCA.

Bordenave, J. E. D. (1994) *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense.

BR Cidades em Portugal (2019) *Cidades do Brasil na conjuntura de crise política*. Lisboa (aula aberta: 10-11 de julho de 2019).

Calvino, I. (1990) *As Cidades Invisíveis*. Traduzido do italiano “Le città invisibili” por José Colaço Barreiros. Lisboa: Editorial Teorema 2002.

Câmara Municipal de Lisboa (2011) *Dia feliz no Bairro PRODAC: moradores receberam certidões propriedade*. Disponível em: <http://habitacao.cm-lisboa.pt/?no=151000100613:092011> (acesso: 3 de setembro de 2020).

Carneiro, M. C. (2019) *Arquitetura e práticas participativas: Alternativa política ou tendência neoliberal? O caso de estudo Elemental*. Tese de Mestrado em Arquitetura. Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa.

Carvalho, R. (2016) *A Cidade Social – Impasse. Desenvolvimento. Fragmento*. Lisboa: Tinta-da-China.

Catarino, A. (2020) *Conversa sobre os vários processos da Cooperativa Trabalhar com os 99%*. (conversa informal: 20 de junho de 2020).

Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (2015) *Piso Piloto: Medellín – Barcelona*. Disponível em: <https://www.cccb.org/es/exposiciones/ficha/piso-piloto/128989> (acesso: 11 de setembro de 2019).

*Chega de Fiu Fiu* (2018) [documentário] Produzido por Amanda Kamanchek e Fernanda Frazão. Brasil: Brodagem Filmes.

Ciocoletto, A., Col.lectiu Punt 6 (2014) *Espacios para la vida cotidiana, Auditoría de Calidad Urbana con perspectiva de Género*. Barcelona: Comanegra.

Cirugeda, S. (2007) *Situaciones urbanas*. Barcelona: Tenov.



Cirugeda, S. (2011) *Arquitecturas Colectivas / Collective Architectures (Esp-Ing): Recetas Urbanas*. s.l.: Vibok Ediciones.

*Citizen Jane: Battle for the city* (2016) [documentário] Produzido por Matt Tyrnauer. EUA: Altimeter Films.

Col.lectiu Punt 6 (2016) *Qué es el urbanismo feminista?* [vídeo online] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dI4TOCPMMBA> (acesso: 18 de setembro de 2019).

Col.lectiu Punt 6 (2019) *Urbanismo Feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida*. Barcelona: Virus Editorial.

Coletivo Warehouse (2019) *Portal de Palma: uma viagem pela memória coletiva do Bairro de Palma*. Lisboa. Disponível em: <http://warehouse.pt/projectos/portal-de-palma/?lang=pt-pt> (processo participativo: 16-17 de março de 2019).

Constante, P., Vilaça, I. (2015) *Usina: entre o projeto e o canteiro*. São Paulo: Edições Aurora.

Cooperativa Btuin, Cooperativa Milacessos, Coletivo Warehouse (2019) *Levantar o Cerco às Colinas*. Lisboa (encontro: 2 de abril de 2019).

Cooperative City (2020) *Manifesto. Planning post-COVID-19 cooperative cities*. Disponível em: <https://cooperativecity.org/2020/07/18/manifesto/> (acesso: 2 de dezembro de 2020).

Dallari, D. (1983) *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense.

De Carlo, G. (1972) *An architecture of participation*. South Melbourne: Royal Australian Institute of Architects.

Delgado, M. (2011) *El espacio público como ideología*. Madrid: Catarata.

Diaz Garcia, V. J. (2015) *La participación ciudadana posible en arquitectura y urbanismo*. Diagonal. Disponível em: <http://www.revistadiagonal.com/articulos/analisi-critica/la-participacion-ciudadana-posible-en-arquitectura-y-urbanismo/> (acesso: 7 de junho de 2019).

Equal Saree (201-) *Equal Saree*. Disponível em: <http://equalsaree.org/> (acesso: 27 de novembro de 2020).

Exterioridades Críticas (2020) *Arquitectos de Cabecera (AC)* Disponível em: <http://exterioridadescriticas.net/casos-de-estudio/arquitectos-de-cabecera-ac/> (acesso: 21 de agosto de 2019).

Figueiras, O. L. (1985) *da Função Social do Arquitecto para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: E.S.B.A.P.-Arquitectura.

- Frampton, K. (2014) *Historia crítica de la arquitectura moderna* (4ed). Barcelona: Gustavo Gili.
- Freire, P. (1968) *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Frente Técnica Anti-Despejo (2019) *Que praça queremos?* Lisboa (assembleia: 26 de março de 2019).
- Friaças, A. (2018) *Coletivo de arquitetas feministas quer tornar Lisboa “uma cidade de todas e de todos”*. O Corvo. Disponível em: <https://ocorvo.pt/coletivo-de-arquitetas-feministas-quer-tornar-lisboa-uma-cidade-de-todas-e-de-todos/> (acesso: 1 de outubro de 2019).
- Gehl, J. (1971) *A Vida entre Edifícios. Usando o Espaço Público*. Traduzido por Tiago Carvalho. Lisboa: Livraria Tigre de Papel e Ciclodá.
- Glaser, M., Karssenber, H., Laven, J., Hoff, M. eds. (2015) *A Cidade ao Nível dos Olhos: Segunda Versão Ampliada – Lições para os Plinths*. Traduzido por Paul Horn Regal e Renee Nycolaas. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Goula Mejón, J., Cardona Tamayo, H., Saldaña Blasco, D. e Amat Garcia, C. (2019) *El pati de l'escola en igualtat: guia de diagnosi i d'intervenció amb perspectiva de gènere*. Barcelona: Pol.len edicions.
- Greed, C. (2001) *Social Town Planning*. Londres: Routledge.
- Harvey, D. (2008) *O Direito à Cidade*. Traduzido do inglês “The Right to the City” por Jair Pinheiro. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod\\_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf) (acesso: 1 de outubro de 2020).
- Harvey, D. (2012) *Ciudades rebeldes: Del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. Traduzido do inglês “Rebel Cities. From the right to the city to the urban revolution” por Juanmari Madariaga. Madrid: Akal.
- In Conflict (2020). Disponível em: <https://www.inconflict.pt/> (acesso: 3 de dezembro de 2020).
- Jacobs, J. (2011) *Morte e Vida das Grandes Cidades*. Traduzido do inglês “The death and life of great American cities” por Carlos Rosa. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Jara, A., Saraiva, T. M. (2020) *Arquitetura do Comum* [podcast] Disponível em: [https://open.spotify.com/show/5neBYCkRb3xCkcMmndPuJe?si=B0YFVPtbQ\\_m7b7oYieXprA](https://open.spotify.com/show/5neBYCkRb3xCkcMmndPuJe?si=B0YFVPtbQ_m7b7oYieXprA) (acesso: 1 de junho de 2020).
- Jenkins, P. (2010) *Architecture, Participation and Society*. Londres: Routledge.
- Kroll, L. (1987) *An architecture of complexity*. Londres: MIT Press.

- KWY.studio (2013) *Planning for Protest*. Projeto associado da Trienal de Arquitetura de Lisboa.
- Largo Residências (2019) *Frente Técnica Anti-Despejo*. Disponível em: [https://www.largoresidencias.com/proyectos/frente-tecnica-anti-despejo\\_](https://www.largoresidencias.com/proyectos/frente-tecnica-anti-despejo_) (acesso: 3 de julho de 2020).
- Le Jeune Karl Marx* (2017) [filme] Produzido por Raoul Peck. Paris: Diaphana Films.
- Lefebvre, H. (1968) *O Direito à Cidade*. Traduzido do francês “Le Droit à la Ville” por Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro.
- Lefebvre, H. (2004) *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: EDUFMG.
- Levi Bismark, P. (201?) *Os outros. Os espaços da democracia*. Punkto. Disponível em: <https://www.revistapunkto.com/2010/09/os-espacos-da-democracia-praca-do.html#more> (acesso: 21 de junho de 2019).
- Lotus (2011) *Activism in Architecture*. Lotus International, 145. Milão: Editoriale Lotus srl.
- McGuirk, J. (2015) *Radical Cities: Across Latin America in search of a new architecture*. Londres: Verso.
- Miessen, M. (2007) *The violence of participation*. Berlim: Sternberg Press.
- Miessen, M. (2010) *The nightmare of participation*. Berlim: Sternberg Press.
- Miessen, M., Basar, S. (2009) *Alguien dijo participar?* Barcelona: dpr-barcelona.
- Montaner, J. M. (2011) *Arquitectura y crítica*. Buenos Aires: Nobuko.
- Montaner, J. M. (2014) *A modernidade superada: ensaios sobre a arquitetura contemporânea*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Montaner, J. M. (2015) *Sistemas arquitetônicos contemporâneos*. São Paulo: Gustavo Gili.
- Montaner, J. M. (2016) *A condição contemporânea da arquitetura*. Traduzido por Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili.
- Montaner, J. M. (2017) *Do dígrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação*. Traduzido por Maria Luisa Paz. São Paulo: Gustavo Gili.
- Montaner, J. M., Muxi, Z., Falagán, D. H. (2013) *Herramientas para habitar el presente: La vivienda del siglo XXI*. Buenos Aires: Nobuko.
- Monteys, X. (2014) *Casa Collage*. Barcelona: Gustavo Gili.

Mulheres na Arquitetura (2019) *Cidades e Género: Perspectivas e estratégias*. Lisboa (workshop: 18-20 de setembro de 2019).

Muxí, Z. (2018) *Mujeres, casas y Ciudades: Más allá del umbral*. Barcelona: dpr-barcelona.

Muxí, Z., Montaner, J. M. (2014a) *Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili.

Muxí, Z., Montaner, J. M. (2014b) *Renovación de los métodos pedagógicos de la arquitectura*. La Vanguardia. Disponível em: <http://arqxaq.es/renovacion-de-los-metodos-pedagogicos-josep-maria-montaner-zaida-muxi/> (acesso: 7 de outubro de 2020).

Muxí, Z., Montaner, J. M. (2020) *Política y arquitectura: por un urbanismo de lo común y ecofeminista*. Barcelona: Gustavo Gili.

NucleAR (2019) *Conversa Improvável: Mulheres na Arquitetura*. Lisboa (aula aberta: 15 de maio de 2019).

*O que vai acontecer aqui?* (2019) [documentário] Produzido por Left Hand Rotation. Lisboa: s.n.

Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Sul (2013) *Arquitetura Hoje*. Lisboa: OASRS.

Pateman, C. (1970) *Participation and democratic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

Penteado, F. (2018) *Um polvo chamado Ateliernob – Tentáculo 1, Umbigo*. Disponível em: <http://umbigomagazine.com/pt/blog/2018/01/23/um-polvo-chamado-ateliernob-tentaculo-1/> (acesso: 21 de junho de 2020).

Penteado, F. (2018) *Um polvo chamado Ateliernob – Tentáculo 2, Umbigo*, Disponível em: <http://umbigomagazine.com/pt/blog/2018/01/23/um-polvo-chamado-ateliernob-tentaculo-2/> (acesso: 21 de junho de 2020).

Pereira, M. M. (2012) *Fazendo género no recreio: a negociação do género em espaço escolar*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Pereira, S. (2018) *Da necessidade de uma nova circunstância. A colaboração do Ateliernob no processo de recuperação de habitações após o complexo de incêndios de junho de 2017*. Tese de Mestrado em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto.

Pestana Lages, J. (2014) *A pesquisa também desenha*. Estudo Prévio. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/42/joana-pestana--a-pesquisa-tambem-desenha> (acesso: 9 de abril de 2019).

Pestana Lages, J. (2017) *À Conquista de Justiça Espacial: Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos da Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Urbanismo. Faculdade de Arquitectura de Lisboa da Universidade de Lisboa.

Petrescu, D., Till, J., Jones, P. Eds. (2005) *Architecture and participation*. Londres: Spon Press.

Piza, J. (2003) *Vida e obra de Giancarlo de Carlo*. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/02.022/3205> (acesso: 1 de outubro de 2020).

Piza, J. (2007) *Giancarlo De Carlo*. Entrevista realizada no dia 1 de agosto de 2002. Disponível em: (<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/08.032/3292>) (acesso: 1 de outubro de 2020).

Portas, N. (2004) *O processo também desenha: entrevista a Nuno Portas*. *Arquitectura e Vida*, 51, pp. 34-41.

Portas, N. (2008) *A arquitectura para hoje, Evolução da arquitectura moderna em Portugal*. Lisboa: Livros horizonte.

Portas, N. (2011) *A cidade como arquitectura*. Lisboa: Livros horizonte.

Rancière, J. (2010) *O mestre ignorante: cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Lisboa: Edições Pedagogo.

Robles, A. (2018). *Arquitectura para no arquitectos: arquitectos de cabecera*. Fundación Arquia Blog, 6 de junho de 2018. Disponível em: <https://blogfundacion.arquia.es/2018/06/arquitectura-para-no-arquitectos-arquitectos-de-cabecera/> (acesso: 29 de agosto de 2019).

Rudofsky, B. (1964) *Architecture without architects, a short introduction to non-pedigreed architecture*. Nova Iorque: The Museum of Modern Art.

Santiago Baptista, L. (2011) *Experiências Participativas, Práticas arquitectónicas interventivas perante a uniformização profissional*. *Arqa, Arquitectura e Arte*, 90-91, pp. 6-7.

Saraiva, T. M. (2017a) *Palácio Marquês de Abrantes no Etnias – SIC* [Entrevista] Disponível em: <https://vimeo.com/208288665> (acesso: 13 de outubro de 2020).

Saraiva, T. M. (2017b) *Devolver o Palácio Marquês de Abrantes à população* [Entrevista] Disponível em: [https://ionline.sapo.pt/artigo/549375/tiago-saraiva-devolver-o-palacio-marqu-s-de-abrantes-a-populacao-?seccao=Mais\\_](https://ionline.sapo.pt/artigo/549375/tiago-saraiva-devolver-o-palacio-marqu-s-de-abrantes-a-populacao-?seccao=Mais_) (acesso: 1 de agosto de 2020).

Schneider, T., Awan N., Till, J. (2011) *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*. Londres: Routledge.

- Sennett, R. (2012) *Juntos: rituales, plácemes y política de cooperación*. Barcelona: Anagrama.
- Sevilha, A. R. (2017) *Arquitetura democrática é as pessoas sentirem que contam*. Construir. Disponível em: <https://construir.pt/2017/10/10/arquitetura-democratica-as-pessoas-sentirem-contam/> (acesso: 27 de outubro de 2020).
- Sevilha, A. R. (2018) “*Vou ao Archi Summit tentar fazer paralelos com outras áreas que nos permitam recuperar o senso comum*”. Construir. Disponível em: <https://construir.pt/2018/07/11/vou-ao-archi-summit-tentar-fazer-paralelos-com-outras-areas-que-nos-permitam-recuperar-o-senso/> (acesso: 27 de outubro de 2020).
- Siza Vieira, A. (2008) *A experiência participativa é algo que fica*. Arqa, Arquitectura e Arte, 58, pp. 44-53.
- Spatial Agency. *Giancarlo De Carlo*. Disponível em: <https://www.spatialagency.net/database/giancarlo.de.carlo> (acesso: 7 de outubro de 2020).
- Spatial Agency. *Jane Jacobs*. Disponível em: <https://www.spatialagency.net/database/jacobs> (acesso: 7 de outubro de 2020).
- Spatial Agency. *Rural Studio*. Disponível em: <https://www.spatialagency.net/database/rural.studio> (acesso: 7 de outubro de 2020).
- Spatial Agency. *Santiago Cirugeda*. Disponível em: <https://www.spatialagency.net/database/santiago.cirugeda> (acesso: 7 de outubro de 2020).
- The Pankhurst sisters: a tale of two sisters* (2018) [documentário] Produzido por Edward Cotterill. Reino Unido: 3DD Production.
- The Pruitt-Igoe Myth: An urban history* (2011) [documentário] Produzido por Chad Freidrichs. EUA: Unicorn Stencil.
- Til, J. (2009) *Architecture Depends*. Cambridge: The MIT Press.
- Warehouse, C. (2014) *Cozinha comunitária das Terras da Costa*. Disponível em: <http://warehouse.pt/projectos/cozinha-comunitaria-das-terras-da-costa-almada/?lang=pt-pt> (acesso: 1 de agosto de 2020).
- Zevi, B. (1996) *Uma definição de Arquitectura*, Lisboa: Edições 70.

## **Anexos**

Anexo 1 | Portfolio dos *Arquitectos de Cabecera* 2013-2019



**ARQUITECTOS DE CABECERA**

2013-2019

[www.arquitectosdecabecera.org](http://www.arquitectosdecabecera.org)

[info@arquitectosdecabecera.org](mailto:info@arquitectosdecabecera.org)



## ARQUITECTOS DE CABECERA

Arquitectos de Cabecera (AC) is an approach to the city born out of an assembly movement formed by students and professors in Barcelona School of Architecture (ETSAB) in 2013. Working on the city and focusing on the collective, the methodology aims to bring the figure of the architect closer to the citizen and claims for a more committed role of the architect towards the city's social structure. Its legal shape is the one of an academic group and an association. We work along collectives, associations, municipalities and universities.

AC emerged from academia as a response to three crisis: pedagogic, social and disciplinary. In academia, there is an overall lack of contact with reality and its problems. At a social level, there is a housing emergency that began with the burst of the real estate bubble in 2008. Regarding practice, we feel disciplinary traditional tools and methods have not proved sufficient to respond to the new set of challenges emerged in the last decade.

AC questions the traditional education and practice of architects by giving the social fabric the same importance than the urban structure. We aim to empower students and to act on the existing city, both morphological and social, as a field of work. We aim to work with the existing city, its problems and contradictions. Our current research topics are focused on the intersection of social movements and architecture, the role of architect in urban transformation, new forms of architecture pedagogies and the new forms of housing within open metropolitan areas.

AC is formed by a group of people coming from different backgrounds and expertise: academia and research, municipal government and policy making, professional practice, and social movements. We share the need to endorse social movements from the discipline of architecture, the architect seen as a mediator supporting community-led processes of city transformation.

AC focuses on the subject (the inhabitant) rather than in the object (the house). It acts on the domestic in order to transform the city from the inside out, understanding that public space starts in the domestic. If the city is formed in its vast majority by

housing, a qualitative improvement of the city necessary needs to consider the domestic. Thus, everything is housing.

AC understands that architects are not the only, nor first, actors in city transformation, and therefore is crucial to work with the ones that are already working in place. We understand our position from a double condition: architects are essential in city transformation processes, but they cannot do it by themselves. Architecture is not a self-standing discipline; nothing is: human being are ecodependents and interdependent. Therefore we aim to generate synergies between universities, social collectives and administration in a multidisciplinary and long-term approach. AC method aims to be shareable with other universities and administrations as an open source tool that works in a network-base approach.

AC method is adapted to every situation differently: knowing the inhabitant is essential to understand the reality of the urban fabric. As a result, there is a starting point – the inhabitant in its domestic space – but there is not certainty of the following steps, which vary in each situation. Thus, we work with a set of flexible tools open to different scenarios. Since the city is an open city in constant transformation we understand that problems never get to be solved, but only reformulated in a new conditions that must embed an improvement of the original conditions. The key question is “for whom”.

AC thinks the city as a collective project. We have collaborated broadly with several institutions and associations in Spain, Colombia, Italy and Mexico. AC contribution to architecture has been recognized locally and internationally. AC received the 2015 City of Barcelona Architecture Award and has been nominated to the 2017 Mies van der Rohe award. AC has been exhibited in the 2015 Piso Piloto Exhibition in Barcelona and Medallin, in 2017 Fringe Festival in Glasgow and in the 2018 Biennale of Venice. We are invited to lecture regularly national and internationally.

# CV

## AWARDS

- 2018 1<sup>o</sup> Prize *Imatges del Sud* competition, organized by Center for Cooperation and Development UPC (Polytechnic University of Catalonia)
- 2017 Nomination *Mies Van der Rohe Awards*
- 2015 *City of Barcelona Award 2015* in the Architecture and Urbanism category

## LECTURES

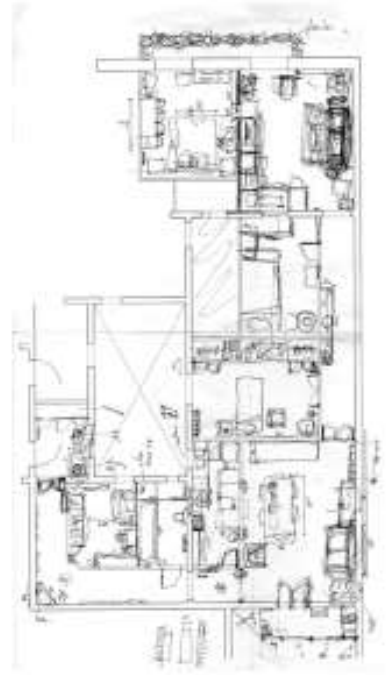
- 2019 27/03 "Altered Teaching, Tactical Urbanism, Collective Action". FETSAC19 Architecture Festival of the Technical School of A Coruña
- 26/03 "Social Innovation in Architecture": Social Innovation Conference. Organized by Lleida City Council.
- 2018 November Tutors and lecturers in "Urban Regeneration" workshop. Organized by Fundacion RIA (by David Chipperfield). Ribeira, Galicia
- October "Community Architecture and the Housing Question" Series, Mas Housing, ETHZ Zurich, Suiza
- 2017 August "Community Architects" Huazhong University of Science & Technology (HUST), in Wuhan, China
- July "Social Form vs. Open City" Fringe Architecture festival Glasgow

## EXHIBITIONS

- 2018 October - now Permanent exhibition in *Besos Metropolitan Park*, Consorci del Besòs, Santa Coloma de Gramenet
- May-October "Becoming - Arquitectos de Cabeceira". Spanish Pavilion at the 16th Biennale of Architecture in Venice.
- 2015 June-October "Piso Piloto - Medellín - Barcelona". CCCB Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, Spain and Museo de Antioquia, Medellín, Colombia.

## PUBLICATIONS

- 2018 "Arquitectes de Capçalera, Eskola-arkitektura auzolanean", *Aldiri Journal: Arkitektura eta abar*
- 2016 "Conversations at ETSA B. I. Bilbao and J. Bohigas", in *Rusc online platform*.
- 2015 "Arquitectos de Cabeceira", journal article in *Quaderns d'Arquitectura i Urbanisme: Núm 266-267*.





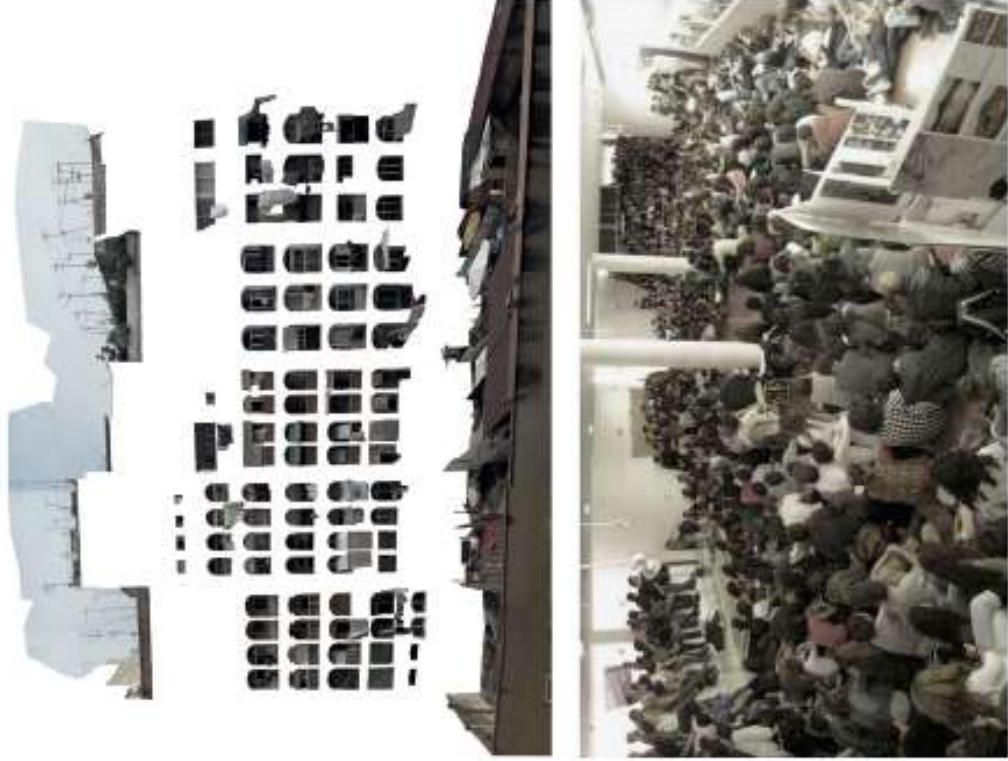
## OPEN ETSAB-ETSAB

*An altered pedagogy for the public schools of architecture  
Raval, Barcelona, 2013*

The Open ETSAB-ETSAB represented the birth moment of AC, in 2013. A student assembly movement questioned the pedagogy of architecture in the midst of the economic, social and political crisis derived from mortgage crisis in 2008. Open Etsab-Etsab meant to approach architecture to denizens city from the two public schools of architecture. The first two-weeks event was supported by many studios, although only Arquitectos de Cabecera (AC) remains today as an autonomous proposal.

Together, students and tutors challenged the role of architects in urban transformations and of the academia in the city of Barcelona. The first AC workshop consisted on revisiting the site where students had been workings for a whole year in design studio: Raval neighbourhood in Barcelona's medieval area, one of the most complex urban and social scenarios in the city. While the studio approach had been morphological during the year, for that time it was social. More than 200 hundred future architects started knocking on neighbours doors: "hi, I am an architect, I come from academia and I have a knowledge that may be of your interest, can I help you?". For our surprise, the response was very positive.

For two weeks we designed projects for the "pacientes de cabecera", alongside them and having their needs and real conditions at the core of project decisions. The conclusion was an almost makeshift exhibition in Angels Square. Instead of the traditional academic event which would take place within the school, we questioned neighbours in the public space. Although none of those projects had further development, the idea of an "arquitecto de cabecera" or a "community architect" as a new kind of professional - and thus the need of a new disciplinary and pedagogical approach - was already in everyone's mind.



## CAN 60

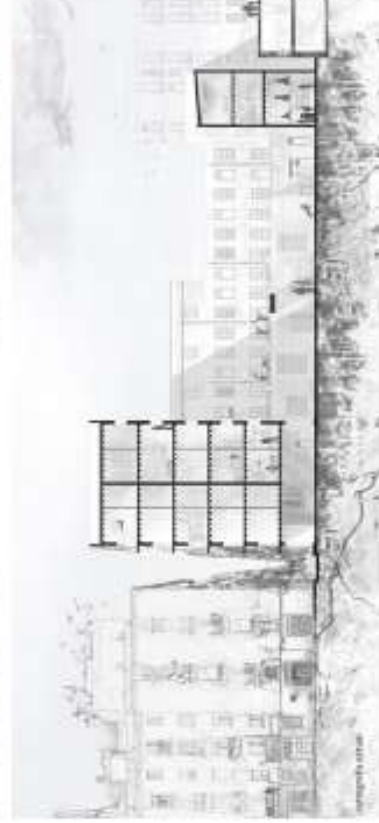
preserving immaterial heritage.  
Raval, Barcelona, 2015

Can 60 is a building with a strong historical significance: one of the 38 "housing-factory" workshops of Raval old city neighbourhood, where the factories were placed before the demolition of the city walls in the XIXth C and their displacement to the east of the city. Can 60 exemplifies a specific typology of building: a block with a ring of housing (for the workers) plus a central void where the warehouse and productive spaces were placed. In 2015, Can 60 contained housing and a number of cultural activities. However, the whole block happened to have been bought by a foreign investment group, which aimed to demolish the factory and turn it into luxury flats for tourists. That would have had a negative impact in a neighbourhood through the loss of heritage and gentrification.

We drew the cartography of the material heritage (the typological building) that contained and supported an immaterial heritage: a number of cultural institutions and associations that had a significant contribution to culture both local and international. We claimed that if the building disappeared all the immaterial heritage will be lost and with it, all the ties with the social fabric in which Can 60 stands would be broken.

With the collaboration with other associations that were already working in place we approached each of the users individually to understand their conditions. This process revealed that they were not united. We designed a short-term and a mid-term strategy to "save Can 60". The short-term strategy consisted in preparing an exhibition taking advantage of the celebration of Festas del Raval, exposing the production of Can 60 – what would be lost – and to open the hermetic building to the neighbourhood to visualize the problem. The long-time strategy consisted in the cataloguing of the building as one of the last remains of house-factory typology within the city and to produce arguments and graphical evidence in order to convince the administration to preserve the building.

After a long process of negotiation, in September 2016, the municipality bought the building, which is now under the process of being converted into a public civic centre. Moreover, all the housing-factories of Raval were listed and will be preserved as part of the urban and typological heritage of the city. That could only be possible through a collective effort of many people and associations.





# GUERNIKA, or Lancaster 24

Microprojects.  
Lancaster 24, Raval, Barcelona, 2015

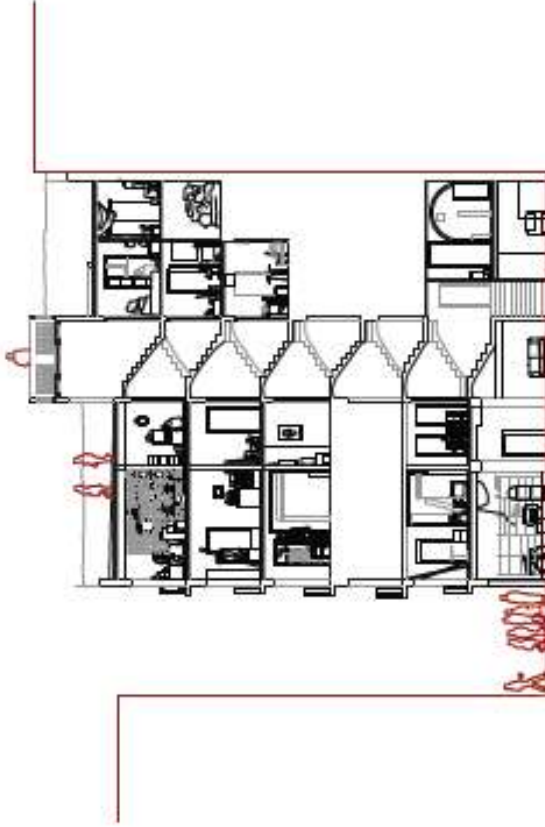
We discovered Lancaster when Sarah came to the Citizen's Attention Office in 2015. She came from France to Barcelona in 2011, and squatted an empty building in Lancaster str. 24 along with a group of people to boost a project for migrant single mothers. That project failed, and after a year the building was substandard housing conditions. While squatted houses are seen as stereotypes, what the students witnessed was a varied range of different people in social emergency ranging from single mothers to elderly people.

Sarah introduced us to dwellers, and the idea of restarting a new project gathered the community again. After the cartography of the building, its dwellers, and analysis of problems and pathologies we got to the conclusion that there was an urgent need to bring hygiene to the building: ventilation, sewage and water, as well as restoration works. Despite there was no budget, dwellers had the skills and are willing to improve the situation of the building.

The strategy we set in this case is based in "microprojects": instead of a large single intervention we planned and designed multiple short ones that neighbours could execute whenever they had budget for the materials or time to invest. Our technical consultancy included the planning of the interventions, as well as the description of tools, people and instructions to carry them out.

The interventions included the improvement of light and ventilation of the building, waterproofing of the roof, the installation of a solar heater and its plumbing installation and the opening of a window at the ground floor that would improve hygienic conditions. In addition, a first intervention developed by the students together with the community consisted on the transformation of the ground floor space into a gathering and shared area and the painting of the facade and common areas. This increased trust in the project, to trust themselves and to gather the community together.

The building was affected by a Urban Improvement Plan (PMU) from 2002, and in 2016 a collective "Collective Mothers L24" was created in order to avoid an eviction. Finally, dwellers were relocated in public housing flats and Lancaster was demolished.



## BOCACHICA

Heritage and event

San Felipe Castle, Bocachica, Cartagena de Indias, Colombia, 2016

This project was a direct commission from the Colombian Ministry of Culture and Heritage that consisted in preparing a colonial fortress that would host the final event of the "Emerging Heritage" week. As constraints: nearly zero budget, and the impossibility of doing any permanent change – even small as a nail – to the listed fortress. We partnered with Peilab from Universidad Javeriana Bogotá and collective Zubark.

During the first days the contradictions of that place were obvious: the fortress was close to Bocachica, a town of 10,000 inhabitants that felt alienated from it. They live in informal housing where streets lack pavement, lighting and any kind of supporting design of the public space. For our surprise, a gas infrastructure was under construction in a village that had no gas household appliances and lacked a public water supply infrastructure (water was supplied by tank truck). How could gas be prioritized over water? It turned out that, though public subsidies, investors were preparing the land for tourism. In other words, interventions where not targeting the actual inhabitants of Bocachica.

After conversation with the local communities, our proposal was the appropriation of the fortress by the local community for the event. The physical accommodation of the space had three strategies: to domesticate an uncanny space turning it into a living room using broken furniture - fixing it - provided by the locals as a barter, to protect the area from the strong sun we needed shadow, that was built with cables and umbrellas, and to buy some trees with the little budget in order to provide long-term shadow (social gathering spaces) for the future.

The day of the event was successful: national authorities and locals gathered, traditional events took place and the official speeches were followed by the Bocachica Manifesto that stated some claims and allowed the creation of a number of working groups. As a result of the workshop, the government organized the Ribera Wood Workshop, which trained the population in the construction of models, restoration and building of traditional boats which were used to connect the island with the city of Cartagena, transporting people and goods.





## SAFARETJOS

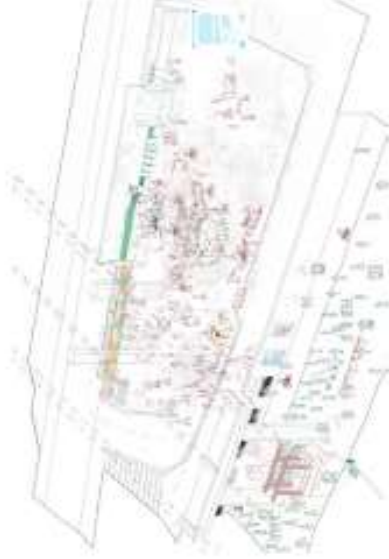
Fem Festa, fem Safaretjos.

Santa Coloma de Gramenet, metropolitan area of Barcelona, 2016-2018

Safaretjos (lavstory in Catalan) represented the first long-term and territorial project for AC: we were invited by the municipality to test our methodology in a larger scale for two years. Safaretjos presents a double condition of periphery and centrality on the one hand it has a peripheral condition within Santa Coloma de Gramenet, but by other hand it very close to Barcelona - on the other side of the river - and in front of the ring road. The neighbourhood is disconnected from its surroundings and has no public facilities. As a result, it is being depopulated due to the lack of opportunities, commerce is closing and the young population that progressed economically systematically left the area. On top of everything, a riverside masterplan had been approved and later on stopped due to the opposition of neighbours who, despite recognizing the areas needed more housing to attract new population, felt it would have a negative impact as a result of its morphology. In the 2009, the new major Nuria Parion accepted and agreed with neighbours claiming and stopped the master plan.

Through more than two years we developed a number of projects and strategies, focusing on topics such as borders, facilities, typological identity, elderly people, isolation, and children. The results were regularly presented under the form of "actions" which joined academic and leisure purposes, gathering academia, neighbours, local associations and the administration.

As a result of the successful event of the first workshop, we received from the municipality the commission to organize a community-building event. Safaretjos was the only neighbourhood of Santa Coloma which did not have its community year party. These are rooted traditions in Spain, and the absence of it is meaningful and evidenced the lack of social cohesion and feeling of identity. We proposed to recover a traditional "Foam Party" and organize it along with local associations, collectives and schools. The party was a media to, on the first place, cohesion the community through the construction of the facilities that would host it. Secondly, during the whole day a number of debates around the neighbourhood and its problems and potentialities took place between neighbours, politicians and academics.



## PAAC ESCOCESA

Architecture Office for Citizen's Attention  
Poblenou, Barcelona, 2018 - ongoing

The Program of Attention of Arquitectos de Cabecers (PAAC) is set by an agreement between AC, the Foundation "Habitat Impuls" and the housing cooperative "Co-housing Barcelona". Its precedent can be located in the Citizen Attention office that was built within the framework of "Piso Piloto" Exhibition at CCCB Barcelona in 2015. PAAC is an attempt to establish a permanent free architecture office in Poblenou neighbourhood which acts as a label between academic and professional projects. It will be placed in La Escocesa, an industrial enclosure in Poblenou. Abandoned for many years, it was converted into a self-managed creation centre. However, it presents a complex and fragile scenario: it gathers artists, administration of the centre and a gipsy community that squats the perimeter housing. It is owned by the administration in an plot historically threatened by speculation and in a neighbourhood that suffers a gentrification process. In terms of buildings, only one of the warehouses is officially used by artists, while many are in bad condition.

The first intervention in la Escocesa took place in WAC'19, where AC collaborated with Peilab from Universidad Javeriana de Bogotá. Our intervention focused in two main topics: the community and heritage. After an analysis of the situation, we designed an "action" that could meet several goals at the same time. We decided to operate in one of the closed warehouses. In terms of heritage, we demolished the walls that covered windows and doors, and built a new entrance with recycled materials. With that we claimed a space that had been closed for decades, and started a process of adaptation for further use as artist's studios. While one of the buildings of la Escocesa collapsed as a result of administration's inaction – a refurbishment project was designed but never executed – an informal action over a listed building could claim the use of the space as a form of heritage preservation. Regarding the community, we chose music and dance as a cultural vehicle of the diverse communities that would meet on stage. In addition, we built an "air barricade", an inflatable structure that connected the interior of the warehouse with the exterior. With that we invited to discover a reversed space on a new layer of the palimpsest of la Escocesa.





